

MESTRADO  
ARQUITETURA

# A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente.

Sara Marques Serra

**M**  
**2018**



Sara Marques Serra. A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente.



A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente.

Sara Marques Serra



**A cidade romana de Viseu.**  
A memória do passado como  
suporte da cidade do presente.

Sara Marques Serra

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientador  
Professor Doutor Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva

Porto, 2018

*“Mas a cidade não conta o seu passado, ela contém-no como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”*

Italo Calvino, *As cidades Invisíveis*

|   |      |
|---|------|
| Agradecimentos  | VII  |
| Resumo/Abstract   | VIII |
| Introdução  | 1    |
| <b>Parte 1</b>  |      |
| <b>Território e Cidade</b>                                  |      |
| 1. Conquista da Península Ibérica                           | 7    |
| 2. Implantação romana na Península Ibérica                  | 11   |
| 2.1. Fundação de cidades                                    | 11   |
| <b>Parte 2</b>  |      |
| <b>Vissaium</b>   |      |
| 1. Topografia e Hidrografia de Viseu                        | 17   |
| 2. Viseu antes dos romanos                                  | 21   |
| 3. Os romanos em Viseu                                      | 25   |
| 3.1. Ocupação e organização do território da <i>civitas</i> | 25   |
| 3.2. Toponímia  | 29   |
| 4. A cidade   | 31   |
| 4.1. Descrição do espaço                                    | 31   |
| 4.2. A topografia de Viseu ao tempo dos romanos             | 33   |
| 4.3. Os polos da cidade                                     | 35   |
| 4.4. A Cava de Viriato                                      | 39   |
| 4.5. Muralhas   | 45   |
| 4.5.1. A muralha do Alto Império                            | 45   |
| 4.5.2. A muralha do Baixo Império                           | 49   |
| 4.6. As portas e as necrópoles                              | 55   |
| 4.7. Os arruamentos   | 57   |
| 4.8. Zona Residencial                                       | 73   |
| 4.9. Os edifícios públicos de <i>Vissaium</i>               | 75   |
| 4.9.1. O <i>Forum</i>                                       | 75   |
| 4.9.2. Os restantes edifícios públicos                      | 89   |
| 4.10. Reconstrução conjetural de <i>Vissaium</i>            | 97   |
| 5. O território da <i>civitas</i>                           | 101  |
| 5.1. A centuriacão  | 101  |
| 5.2. A rede viária a partir de Viseu                        | 103  |

### **Parte 3**

#### **Depois da ocupação romana**

- |   |     |
|---|-----|
| 1. As ocupações sucessivas depois dos romanos       | 109 |
| 2. A influência da cidade romana na cidade medieval | 111 |

|                      |     |
|----------------------|-----|
| Considerações finais | 113 |
| Bibliografia         | 117 |
| Créditos de Imagens  | 127 |
| Anexos               | 135 |

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Pedro Alarcão, orientador desta dissertação, pelo apoio e disponibilidade fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pelo interesse e tempo dedicados e pelo incentivo a participar em várias conferências sobre o tema, que ajudaram a compreender a verdadeira extensão da ruína e do desenho, como métodos fundamentais de análise de cidades.

À Câmara Municipal de Viseu, à DRCC e à Casa do Miradouro pela ajuda e disponibilização de material escrito, desenhos e cartografia fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Não podendo deixar de agradecer à Arqueóloga Lília Basílio pela partilha de ideias sobre a cidade romana de Viseu.

À empresa ArqueoHoje, por cederem generosamente a informação sobre os trabalhos de escavação arqueológica que realizaram e, em especial, à Arqueóloga Carla Santos, por ajudar nos primeiros passos da investigação e esclarecer as incertezas sobre a interpretação dos achados.

Ao Arqueólogo Pedro Sobral de Carvalho por, generosamente, partilhar o seu tempo e conhecimento sobre Viseu, sem o qual muitas questões teriam ficado por responder.

À minha família agradeço todo o carinho e distrações que tornaram o trabalho muito mais fácil. Aos meus pais pelo incentivo e apoio que constantemente transmitem, festejando as minhas vitórias como se fossem as deles. À tia Zita pela preocupação e incentivo, que ajudaram a passar muitas dificuldades e à avó Maria pelas histórias, que misturam o quotidiano com “os caminhos velhos” (que depois me apercebi serem romanos) e que ajudaram a manter a esperança quando apareceram impasses na pesquisa.

Ao Francisco que acredita que eu sou capaz de qualquer coisa e me acompanha em todas as aventuras. Obrigada por nunca me deixares sozinha.

À Cátia Matos e ao João Neto, que acompanharam este percurso desde o início, obrigada não é suficiente por toda a ajuda, conselhos e por me convidarem sempre que há bolachas a sair do forno. Tenho também de agradecer ao João Paiva pela troca de ideias e conselhos, que começam no Império Romano e acabam na atualidade.

Ao Alexandre Gomes, Ana Agostinho, Beatriz Ferreira, Beatriz Mafra, Catarina Oliveira, Cristiana Gomes, Inês Sapata, Luís Sismeiro, Mariana Barbosa, Mariana Duro, Patrícia Faria, Pedro Lima e ao Tiago Miranda obrigada por me lembrarem constantemente que não há nada que os amigos não consigam solucionar ou transformar numa comédia.

Esta dissertação tem como objetivo a análise da cidade de Viseu durante a ocupação romana, entre os séculos II/I a.C. e IV/V d.C., usando o desenho como principal método de análise, sobre as teorias e achados.

A primeira parte pretende enquadrar o tempo e local de estudo, clarificando sobre as alterações que ocorreram a nível global na área onde se insere Viseu. A perceção do território e da sua ordenação permitem traçar a área política em que a cidade romana de Viseu se inseria, a Lusitânia. A compreensão da sua organização aos vários níveis cria uma base de estudo mais sólida, apoiada em fatos e exemplos que, certamente, influenciaram Viseu.

A segunda parte, considerada prática, visa estudar a cidade e a sua evolução através da análise e reconstrução do que seria o seu urbanismo, recorrendo à tratadística romana e aos estudos e escavações feitos por outros investigadores sobre a cidade de Viseu e outras cidades da Lusitânia. A sobreposição de diferentes camadas de informação, de fontes e contextos diversos, cria uma metodologia de trabalho rica, que se apoia no desenho para atingir o seu objetivo final. O enquadramento excepcional de Viseu, resguardado num vale por um sistema montanhoso, com acesso a água e bom domínio do terreno criam as condições ideais para a fixação humana. A cidade é desconstruída até às suas fundações para ser, a seguir, reconstruída peça a peça até um todo coeso. A natureza da informação disponível permite responder quase tantas perguntas quanto as que foram levantadas durante esta dissertação.

Na terceira parte abordamos a continuidade da herança romana, conscientes que cada geração deixa a sua marca no sítio em que habita moldando e condicionando as gerações futuras. É por isso possível traçar paralelismos, e em alguns casos coincidências/sobreposições, entre as várias épocas após a compreensão da herança deixada pelos diferentes povos que habitam um espaço.

Analisando os edifícios de carácter público, que seguiram esta época, e as heranças na cidade medieval queremos deixar clara a ideia de continuidade presente na malha urbana.

Using drawing as a method of investigation this thesis proposes to analyse the city of Viseu, Portugal, during the roman occupation, from the II/I century BC to the IV/V AD.

The first part contextualizes the space and time of study whilst describes generally the main changes that occurred in the area where Viseu sits. The understanding of Lusitania, the roman region that Viseu was a part of, its boundaries and relationships allowed for a better analysis of other cities and examples that were certainly an influence.

The second part, considered the more practical part of this work, aims to study the city and its evolution, analysing and reconstructing what is supposed to be its old blueprint. To do so the roman treatises about urban planning and cities, such as Vitruvius, were used in combination with other investigations about the roman city of Viseu and the archeological excavations that took place in the city. This creates several layers of information that are unified using tracing, creating a unique work method. The exceptional location of Viseu, protected by mountains with a good supply of water and understanding of its surroundings creates the ideal conditions for humans to settle. The city was deconstructed to the ground and then rebuilt, brick by brick, until it was a whole again. The type of information obtained allowed to answer as many questions as the ones that were made.

The last, third, part the roman legacy is analysed, aware that every generation leaves a mark in the place it inhabits, shaping it and the way future generations use it. It is, therefore, possible to outline similarities and in some cases coincidences, between the several layers of use of a space. Studying the public buildings that followed the roman era and the heritage on the medieval city we ought to make clear the idea of continuity in the plan of the city.

No presente estudo procurámos reavivar a memória de uma cidade sobre ela mesma. Partindo da arqueologia e da história, o desenho da arquitetura e das formas faz renascer a configuração dada ao território, pelos povos que o ocuparam anteriormente.

A escolha do tema prendeu-se com o desejo de estudar a ocupação romana, conhecida pela sua geometrização e rigor, numa área que atualmente fizesse parte do território português. Viseu apresentou-se como um território pouco explorado e referido, no qual achamos que seria pertinente a intervenção da arquitetura e do desenho, dando uma nova perspetiva a um campo, maioritariamente estudado por arqueólogos e historiadores.

O estudo começou com alguma incerteza, faltando os vestígios óbvios e documentados com que os nossos colegas Charles Rocha<sup>I</sup> e Margarida Alves<sup>II</sup> começaram os seus estudos, em *Tongobriga* e *Aquae Flaviae*, respetivamente, em dissertações de MiArq, desta natureza, na FAUP.

Após este começo atribulado rapidamente percebemos que o estudo de Viseu romano não só seria possível, com contornos diferentes dos colegas citados anteriormente, mas pertinente.

O estudo desenvolveu-se, assim, em três partes: a primeira onde se faz uma abordagem histórica à área e épocas em estudo, a segunda onde se analisa o que se conhece da cidade romana em todos os seus aspetos, e por último, abordamos o que aconteceu a este aglomerado assim que o Império Romano desapareceu e o território foi sucessivamente ocupado por outras culturas.

A comparação e estudo de outras cidades da Lusitânia, como *Augusta Emerita*, *Conimbriga*, *Liberalitas Iulia Eborac*, *Pax Iulia*, *Aeminium*, *Ammaia*, *Eburobritium* e *Igaeditania*; permitiu traçar paralelismos e retirar informação fundamental para a compreensão de Viseu na época romana<sup>III</sup>.

A perspetiva da arquitetura na análise e interpretação da história torna-se fundamental para, depois de analisados os achados e a história, se ensaiar um desenho adaptado ao existente. É um trabalho multidisciplinar, apoiado em investigação de muitos outros que se debruçaram sobre a cidade romana de Viseu.

Esta multidisciplinariedade é mais visível, em todo o trabalho, durante a parte dois onde a sobreposição de várias camadas de informação é abordada através do desenho, esclarecendo algumas hipóteses e colocando outras. A interpretação da cidade atual e dos achados arqueológicos, vista pela arquitetura, torna-se fundamental para reconhecer padrões e testar hipóteses que, de outra maneira, não passariam da palavra escrita.

A dissertação é apresentada num único volume, com texto e imagens. Os anexos e créditos de imagem encontram-se no final, permitindo uma consulta fácil ao mesmo tempo que não interferem com a fluidez do restante trabalho.

O uso da planta atual da cidade de Viseu em vez de uma base limpa, apenas com a representação da topografia, deve-se à natureza da dissertação e à intenção de transmitir ao leitor que as intervenções feitas durante a ocupação romana não podem ser lidas isoladas mas devem sim ser estudadas como uma parte de um todo, que desenhou a cidade atual.

As fontes das figuras e desenho encontram-se nos Créditos de Imagens, tornando a leitura das legendas menos pesada e mais focada na informação contida nas figuras e desenhos, e não sobre eles. As

I Charles Rocha, Lino Tavares Dias, e Pedro Alarcão, *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano* (Edições Afrontamento, 2015).

II Margarida Alves, «Aquae Flaviae: a ruína como imagem de cidade». 2015

III O estudo do desenho e configuração destas cidades foi feito com recursos às plantas elaboradas por Maria Pilar Miguel dos Reis e apresentadas na tese de doutoramento da sua autoria "DE LVSITANIAE VRBIVM BALNEIS. Estudo sobre as cidades da Lusitânia" Vol. II

imagens das escavações efetuadas na cidade, assim como as plantas das cidades da Lusitânia, mencionadas durante esta dissertação, encontram-se nos anexos, para referência durante a leitura e por curiosidade, para o leitor.

Na vertente linguística do trabalho optamos por usar o novo acordo ortográfico, na redação do texto, em conjunto com a tradução integral, para português, das passagens citadas. Esta opção pretende apenas facilitar a leitura desta dissertação, sabendo de antemão que o leitor domina as várias línguas utilizadas e não teria dificuldade na sua tradução e compreensão.

As notas de rodapé citam o autor, título do artigo ou obra completa citada, em vez da regra frequentemente seguida, guiada pelo *American Psychological Association (APA)*, onde apenas se refere (autor, ano, página). Esta escolha pretende clarificar a origem da informação, que se tornaria confusa devido a extensa bibliografia consultada de alguns autores.

A bibliografia foi dividida em duas partes sendo que a primeira é dedicada ao estudo geral da civilização romana e das cidades da Lusitânia; a segunda parte é específica à cidade de Viseu. Esta opção pretende facilitar a consulta dos títulos por tema e natureza da publicação.

Parte 1  
Território e Cidade

# 1. A CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA

1 Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 4a (Publicações Europa-América, 2002). p. 13

2 Ver: Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, 33º (Editorial Verbo, 1973). José Mattoso, «Antes de Portugal», *História de Portugal. 1 Antes de Portugal* (Editorial Estampa, 1997). Ana Margarida Arruda, «O mundo luso-romano: A estrutura político-administrativa», ed. João Medina, *História de Portugal* (Clube Internacional do Livro, 1997). Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. p. 17

3 Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. p. 17

4 M. Justino Maciel, «A Época Clássica e a Antiguidade Tardia», em *História da Arte Portuguesa Vol. 1*, ed. Paulo Pereira (Lisboa: Ed. Temas e Debates, 1995). p. 79 - 80

Foi no contexto das Guerras Púnicas que se deu a entrada dos romanos no território da Península Ibérica, no ano de 218 a.C. Pouco se sabe sobre o que seria o território da Península nessa altura, devido às escassas informações existentes<sup>1</sup>.

Este desembarque de tropas romanas nas Ampúrias, comandadas por Gneu Cipião, teve como principal objetivo a aniquilação das tropas de Cartago.

Esta primeira época de guerras na Península, que corresponde à segunda época de lutas Púnicas, terminou em 202 a.C., com a derrota cartaginesa frente a Roma, na batalha de Zama.

Em 197 a.C., dada a extensão da Península Ibérica, esta foi dividida em duas províncias: Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior. A primeira, Citerior, dos Pirenéus ao Rio Almanzora, a distâncias iguais entre Cartagena e Almeria e a segunda, a Ulterior, dos limites referidos anteriormente para sul e ocidente. Esta divisão teve intenções políticas na sua génese, pois cada província apoiava um dos dois generais que, nesta altura, lutavam em Roma pelo poder<sup>2</sup>.

Só em 194 a.C. é que se dá o primeiro confronto entre romanos e lusitanos, iniciando assim a segunda época de guerras na península. Esta primeira confrontação, que teve lugar em Ilipa (Alcalá del Rio), estendeu-se até 179 a.C. e acontece aquando um retorno dos Lusitanos ao seu território, após uma expedição à Bética. Estas movimentações, dentro do território lusitano, eram comuns nesta altura levando os lusitanos a sul do Tejo e ao vale de Guadalquivir, com o objetivo de roubar outros povos<sup>3</sup>.

Durante o século II a.C. podemos, porventura, destacar os seguintes acontecimentos:

a aparente paz, de 179 a 155 a.C., em que não há registos de conflitos entre lusitanos e romanos, à exceção do ano de 163 a.C. Seguida pela época mais intensa de conflitos ocorre de 155 a.C. a 136 a.C., entre romanos e lusitanos. A partir de 147 a.C. os lusitanos têm um novo chefe: Viriato, que ficará conhecido como a cara da resistência Lusitânia. Os lusitanos propõem paz, a Roma, por duas vezes: em 151-150 a.C. após fortes perdas, a favor dos romanos, e em 141 a.C. após grandes vitórias a seu favor.

Viriato é assassinado por volta de 139 a.C., terminando assim o período de maior resistência contra os romanos na Lusitânia. Houve tentativas de prosseguir a guerra com um novo chefe, Táutalos, que não foram bem-sucedidas.

É, então, possível definir o período de guerras Lusitanas entre 155 e 137 a.C..

Por volta de 138 a.C., Décimo Júnio Bruto construiu um *castrum* nas margens do Tejo, na zona que hoje é Lisboa, como base logística para as tropas na Península<sup>4</sup>.

Existem relatos de insurgências dos lusitanos entre 114<sup>a</sup>.C. e 99 a.C., mas que foram suprimidos pelos romanos.

A partir do século I a.C. o governo das províncias da Hispânia era atribuído a antigos cônsules ou pretores. Eram nomeados anualmente havendo, no entanto, exceções em que a administração foi dada a uma única pessoa; como no caso de Pompeio entre 54 e 49 a.C. e com Octaviano (Augusto), a partir de 41 a.C..

Após a guerra civil, que começou em Roma em 49 a.C. e que opôs César a Pompeio, da qual César saiu vitorioso, este invade a Península Ibérica que tinha sido entregue a Pompeio. Em 61 a.C. Júlio César é nomeado pretor da Hispânia Ulterior, território que englobava as atuais fronteiras de Portugal, após expulsar os exércitos de Pompeio desta



Figura 1 – Divisão do território da Península Ibérica, a partir de 27 a.C.

região.

Júlio César é assassinado em 44 a.C. e em 22 a.C. César Octaviano é aclamado como Augusto, começando assim um novo capítulo na Península e no Império.

Em 27 a.C. começa a conquista da última parte da Península, com a tomada das Astúrias e Cântabros, levada a cabo por Augusto. É ainda neste ano que a divisão geográfica da Hispânia é alterada: passando de duas partes, Citerior e Ulterior, para três: Hispânia Ulterior Bética, Hispânia Ulterior Lusitânia e Hispânia Citerior Tarraconense. Destas três novas províncias apenas a Bética se encontrava pacificada e por isso sem necessidade permanente de um exército. A Lusitânia e Tarraconense, por ainda apresentarem perigo de revolta das populações, eram administradas pelo Imperador.

Nesta altura, o atual território de Portugal encontrava-se completamente subordinado a Roma não participando nas principais operações militares da península<sup>5</sup>.

5 Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*. 33° (Editorial Verbo, 1973) p. 49

A conquista definitiva da Península Ibérica dá-se em 25 a.C., com a derrota dos Ástures. É também neste ano que se dá a fundação de Emerita Augusta (Mérida), que se torna capital da Lusitânia.

Durante a época flaviana, com a alteração do regime político-jurídico, e a elevação de muitas cidades da Lusitânia a *municipium*, ocorreram mudanças nas suas construções: procedeu-se à renovação dos edifícios públicos existentes, como é o caso de Conimbriga, ou à construção de novos monumentos. Este fenómeno não é transversal a todo o território da Lusitânia, existindo cidades como Ammaia que, recebendo um aumento de estatuto noutra época, têm monumentos de outra cronologia.

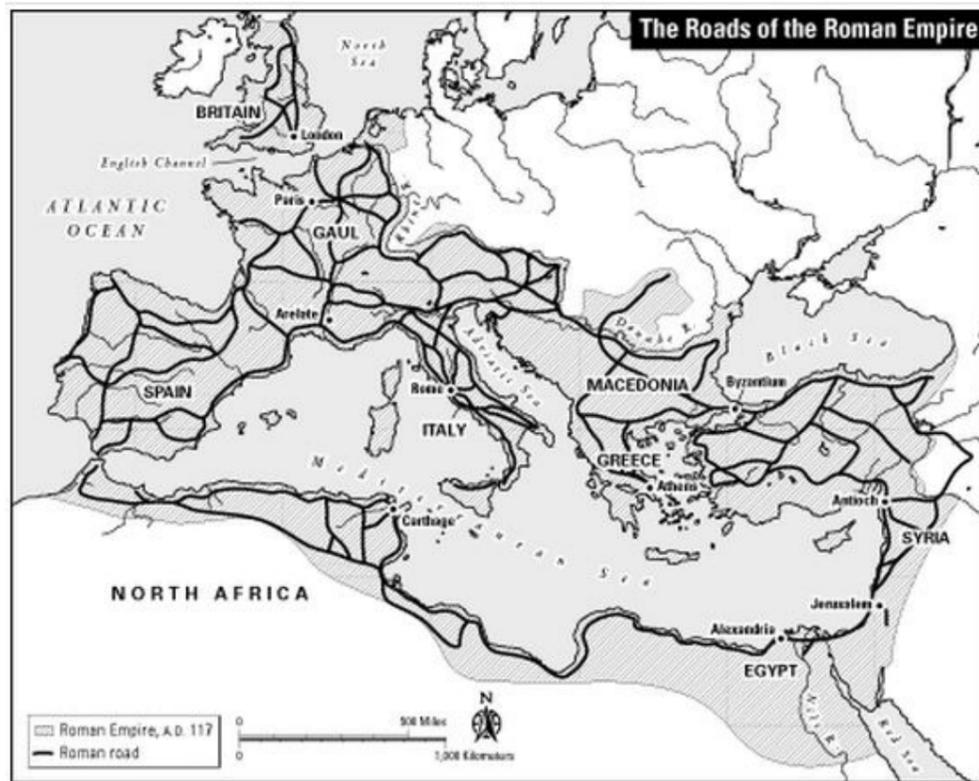


Figura 2 – Esquema das principais vias, do Império Romano, no ano 17 a.C.

## 2. A IMPLANTAÇÃO ROMANA NA PENÍNSULA IBÉRICA



Figura 3 – Fotografia de um troço da via romana em Abraveses, Viseu

6 AAVV, João Pedro da Cunha Ribeiro, e Susana de Oliveira Jorge, «Portugal das Origens à Romanização», *Nova História de Portugal* (Editorial Presença, 1990). p.358-359

Segundo afirmam alguns autores<sup>6</sup>, no século III a.C. já existiam zonas no Ocidente da Península Ibérica que possuíam um elevado grau de desenvolvimento social e político, próximo do romano. Regiões como o Algarve, Estremadura, Ribatejo e Vale do Sado estabeleceram relações com o Mediterrâneo durante o primeiro milénio antes de Cristo, adotando alguns dos costumes das sociedades com que faziam trocas comerciais.

Com a romanização da península, conceitos como a linearidade e a hierarquia ganharam importância na organização espacial, na pequena e na grande escala. A romanização foi um processo lento e conseguido, em parte, através da criação de colónias que eram ocupadas por cidadãos de Roma, que levavam consigo os costumes e tradições do Império; ao mesmo tempo a criação de estradas facilitava a deslocação dentro do Império Romano. Foram introduzidas novas estruturas e modos de viver, mas algumas tradições da cultura indígena eram preservadas (como se percebe pela manutenção de fronteiras, caminhos e algumas habitações).

*“Uma estrada é via imperial, essencialmente estratégica e administrativa, nos tempos romanos. Na Idade Média, ela recebe o nome de via pública e liga povoações próximas, refletindo uma economia fechada e senhorial. Na época seguinte, adota o nome de estrada real e expressa a centralização política (...). Na Idade Contemporânea, depois de ter sido vencida durante meio século pelo caminho de ferro, a estrada triunfa, toma o nome de nacional e torna-se escrava da velocidade.”*

7 Daniel Vale, «A Via Antiqua de Braga a Astorga - Wall Street International», 2017, <http://wsimag.com/pt/arquitetura-e-design/22724-a-via-antiqua-de-braga-a-astorga>.

O sistema de estradas romano que ligava todo o império, facilitando o transporte de pessoas, bens e comunicação, foi uma das maiores obras da antiguidade. A construção destas vias, chegando algumas aos nossos dias, era feita de maneira rigorosa, hierarquizada e com propósito. Abandonando a informalidade dos caminhos da transumância, a via imperial aparece como elemento regulador e de ligação do território.

As vias principais distinguiam-se das outras, secundárias e particulares, pelo pavimento, largura e a existência ou não de marcos miliários. Assim, as vias principais teriam mais de 3 *passus* (4.50m), as vias secundárias entre os 2 e os 2.5 *passus* (3.00 e 3.50 m) e os caminhos particulares, entre 1 e 2 *passus* (1.50m e os 3.00m)<sup>8</sup>.

Para além das estradas, em termos de organização territorial, a área que é hoje Portugal continental deveria englobar cerca de 30 *civitates*<sup>9</sup>, com os diversos núcleos urbanos que existiam na Lusitânia devidamente hierarquizados.

A diferença de estatuto que Roma atribuía às cidades da Hispânia determinava, entre outros fatores, quem pagava ou não impostos. As cidades aliadas e livres encontravam-se livres deste encargo. Por outro lado, os *municipia* (núcleos urbanos pré-romanos a que foi concedido o direito latino), as colónias (cidades fundadas de raiz) e as cidades peregrinas (cidades pré-romanas, não consideradas imbuídas o suficiente do espírito romano, os seus cidadãos não tinham direito à cidadania romana. Estas cidades representavam a maioria no território do Império Romano) tinham de pagar impostos ao Império<sup>10</sup>.

Devido ao clima de instabilidade vivido em Roma e no Império, com o fim da República e as constantes guerras na Hispânia, os governadores da Península atuavam de forma relativamente independente do Senado Romano, fazendo acordos da forma que lhes fosse conveniente.

Só na época de Augusto, com a criação de uma nova divisão administrativa na Península, é que a Hispânia começa a ser alvo de uma organização mais estruturada. Segundo Jorge de Alarcão, o Imperador criou a província da Lusitânia refazendo as fronteiras existentes, fundou novos

8 Sandra Borges, «Vias Romanas no Concelho de Oliveira de Frades», *AI - Madan II*, n. 9 (2000): 48-54.

9 Jorge de Alarcão, «Arquitectura Romana», ed. Jorge de Alarcão, *Do Paleolítico à Arte Visigótica, História da Arte em Portugal Vol.1* (Lisboa: Publicações Alfa, 1986). p. 86

10 Ver: Arruda, «O mundo luso-romano: A estrutura político-administrativa». Miguel Vega Carrasco, «La ciudad romana - Papel de periódico», *Papel Periodico*, 2013, <http://papeldeperiodico.com/2013/03/la-ciudad-romana/>.

centros urbanos, urbanizou alguns *oppida* preexistentes e delimitou as *civitates* da mesma.<sup>11</sup> A delimitação das *civitates* foi materializada por padrões: *termini augustales*. São conhecidos quatro destes padrões, sendo que um se encontra no território de estudo desta dissertação, em Guardão (Tondela).

11 Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 4a (Publicações Europa-América, 2002). p. 35

12 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», *Revista Arqueologia* 8 (Dezembro de 1983): 83–93. p.83

“... para os Gregos a polis era a prerrogativa de um grupo limitado e exclusivista, enquanto que, para os Romanos, a urbs representou, pelo menos durante o período mais brilhante e fecundo da história, a melhor forma de transformar estrangeiros, bárbaros mesmo, em cidadãos.”<sup>12</sup>

A fundação de uma cidade romana era sempre feita com base num estudo prévio do lugar e dos recursos disponíveis. Embora muitas das cidades do império tenham baseado a sua fundação em antigos povoados ou utilizado campos militares romanos, após a pacificação dos territórios, existiram outras que foram criadas de raiz – as funções destas novas *civitas* poderiam ser de defesa ou de promoção do Império, mas sempre com o intuito colonizador e de romanizar os povos conquistados.

“Em teoria, a fundação de uma cidade romana era precedida pela escolha cuidadosa do local a ocupar, nomeadamente através da consulta dos presságios, prática que imediatamente releva a importância do fator sacro no ritual, aliás interpretada por Vitruvius de forma bastante pragmática. A cidade começava por ser um *templum*, ou seja, um espaço consagrado cuidadosamente delimitado pelo *pomerium*, sulco traçado pelo fundador, revestido de uma toga arcaica, com um arado de relha de bronze puxado por uma junta de bois brancos, de forma a fixar o percurso retangular ou quadrangular da futura muralha. Terminada a *inauguratio* procedia-se à divisão do espaço urbano em quatro regiões definidas pela intersecção das duas vias principais, o *decumanus maximus*, orientado no sentido Oeste-Este, a partir do nascer do sol, e o *cardo maximus*, perpendicular à primeira; uma e outra conduziam às portas da cidade, correspondendo ao ponto de cruzamento a implantação do fórum, a grande praça pública em que se centrava parte importante da vida cidadina. Através do traçado do *decumanus* é possível conhecer com exatidão a data do *orientatio* das cidades em que ele se conservou, ...”<sup>13</sup>

13 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», *Revista Arqueologia* 8 (Dezembro de 1983): 83–93.

Os romanos fundaram trinta e cinco colónias na Hispânia, quatro das quais se encontravam na Lusitânia: *Pax Iulia* (atual Beja), *Scallabis* (atual Santarém), *Norba Caesarina* (Cáceres) e *Emerita Augusta* (atual Mérida) – esta última foi a única criada não para ser uma cidade defensiva, mas um espelho de Roma que refletisse a grandeza da cidade-estado e mãe do Império.

O apogeu das cidades romanas - fruto da paz em que vivia o Império Romano, das relações económicas prósperas e dos excedentes agrícolas - deu-se entre os séculos I e II d.C. No século III o Império Romano do Ocidente entra em decadência - por fatores externos e internos – reduzindo drasticamente a prosperidade e a qualidade de vida das cidades que, deixando de ser seguras, são inicialmente reduzidas e fortificadas e, posteriormente, abandonadas. No século IV, após todas estas condicionantes, dá-se um crescimento das *villae* que acompanha a fuga das populações para os territórios rurais. O apogeu do abandono da vida urbana dá-se no século V com as invasões dos povos bárbaros, “as cidades que lhes sobreviveram vão, durante séculos, vegetar como pequenos centros administrativos e, em especial, como centros episcopais.”<sup>14</sup>

14 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», *Revista Arqueologia* 8 (Dezembro de 1983): 83–93. p.86

“... se é certo que as cidades romanas tendiam a corresponder a um modelo ideal, expresso através da existência de elementos comuns, não podemos, todavia, ignorar as variantes locais e as diferenças inerentes aos vários tipos de cidade, ...”<sup>15</sup>

15 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», *Revista Arqueologia* 8 (Dezembro de 1983): 83–93. p.87

## Parte 2

### Viseu

## 1. TOPOGRAFIA E HIDROGRAFIA DE VISEU

O distrito de Viseu localiza-se no centro de Portugal, sendo a sua capital homónima a segunda maior cidade deste território.

O distrito é delimitado por vários sistemas montanhosos. A norte as serras de Leomil (1008m), Montemuro (1392m) e Lapa (953m), a noroeste a serra do Arado (1071m), a sul e sudoeste as serras de Estrela (1993m) e Lousã (1205m) e a oeste a serra do Caramulo (1074m).

A cidade de Viseu encontra-se no centro deste território, numa zona designada por “Planalto Beirão”, com altitudes compreendidas entre os 400m e os 700m. O seu clima tem influência continental e marítima, sendo a temperatura média de inverno 9°C e de verão 35°C.

A cidade de Viseu tem uma altitude máxima de 493 metros, na zona da atual Sé, e o seu solo é muito rochoso. A sua acrópole é mais baixa que as vizinhas de Santa Luzia ou Senhora do Castro, no entanto, Viseu encontra-se numa posição privilegiada sobre a envolvente, sendo possível observar estas colinas e outras, que também foram habitadas por povoados proto-históricos.

A sua ocupação remonta ao primeiro milénio antes de Cristo, com a ocupação romana a estender-se desde o século I a.C. até ao século IV d.C.. A ocupação deste espaço foi contínua ao longo dos séculos, mas não pacífica, tal como os vestígios do alto da Sé revelam.

Ocupada por diferentes povos, com culturas e modos de viver distintos, a cidade manteve o seu núcleo central em constante ocupação, aumentando ou reduzindo a partir deste, consoante a segurança do território.

A *civitas* de Viseu ocupava uma área delimitada por formações montanhosas e linhas hidrográficas. Os seus limites encontram-se definidos a norte pelo planalto da Nave, a sul pela plataforma do Mondego, a ocidente pela serra do Caramulo e maciço da Gralheira e a oriente pelo vale do rio Távora.

O limite formado pela Serra do Montemuro, noroeste-sudeste, é uma barreira natural de difícil atravessamento. A serra do Caramulo, nor-nordeste/su-sudoeste, serve de linha de separação do litoral atlântico. O maciço da Gralheira, entre as serras de Montemuro e Caramulo, é simultaneamente uma zona de divisão entre o interior e o litoral atlântico e uma zona de fácil transposição, sendo usada há séculos para estabelecimento de rotas comerciais e civilizacionais. O rio Mondego separa, a sul, esta região da cordilheira da Estrela; a nordeste e oriente a serra da Lapa e a linha de alturas até Celorico sempre foram um elemento fundamental de defesa e fixação de povos.

Geologicamente, a *civitas* pode ser dividida em dois: parte norte-oriental e parte sul (plataforma do Mondego).

Na parte norte-oriental é caracterizada pela existência de fraturas geológicas que intercalam diferentes rochas e minerais. Na zona entre o Satão e o Porto existe uma falha geológica principal e a sudoeste dela, na zona de Cota, existe um filão com grandes quantidades de hematite e limonite, que poderá ter sido explorada há alguns séculos atrás. Na zona de São Pedro do Sul, o rio Vouga e os seus afluentes criaram vales profundos onde o aproveitamento termal das águas é, à muito tempo, utilizado pelos povos que habitam a região.

A parte sul é constituída por “vales muito largos e grosseiramente paralelos, separados por interflúvios geralmente estreitos e por vezes rigorosos”<sup>16</sup>. A plataforma do Mondego, situada entre a serra da Estrela e a serra do Caramulo, é uma grande superfície de aplanamento de depósitos maioritariamente arenítica e granítica, de tamanho grosseiro. A zona montanhosa periférica dificulta a agricultura, enquanto que a zona central, com cursos de água abundantes e uma topografia aplanada, facilitou a fixação do homem.

16 Ferreira, António de Brum, *Planaltos e montanhas do norte da Beira – Estudo de Geomorfologia*, Lisboa, 198, pg. 110 em João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade n°2*, ed. Ana Saturnino (CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997). p. 329



Figura 4 – Imagem de satélite da Península Ibérica, com a localização de Viseu, Évora, Mérida e Roma.

A maioria do território é caracterizada por duas bacias hidrográficas: bacia do rio Vouga e a bacia do rio Mondego. O rio Vouga nasce na serra da Lapa, corre abruptamente em sentido oriente-ocidente até São Pedro do Sul, onde desce suavemente até entrar numa zona de vales abruptos que termina em Pessegueiro do Vouga, já fora do território da *civitas*. A sua bacia estende-se a norte até próximo do rio Paiva, e a sul à linha de alturas de Cota, serra da Muna e Boaldeia (no sopé da serra do Caramulo, próximo de Viseu). As suas margens são feitas de cabeços abruptos com posições dominantes sobre as linhas água e os caminhos de transumância.

É durante o primeiro milénio a.C. que nestes cabeços se vão fundar povoados fortificados. Assim aparecem, na bacia do Vouga e do Paiva, os castros de S. Lourenço, Outeiro da Maga, Castro Daire, S. Martinho de Moitas, Ucha, Cárcoda, Banho, Pinho e Senhora da Boa Morte. Na margem esquerda do Vouga aparecem os castros de Senhora do Castelo de Vouzela e Paços de Vilharigues. Para além dos castros referidos, que foram romanizados, existiram muitos outros que foram abandonados ao longo do tempo, como é o caso dos castros da Senhora da Guia, Alcofra, Monte Lafão e Campia, entre outros. (figura 7)

Embora o Mondego corra por margens íngremes de difícil acesso, servindo de elemento separador entre as mesmas, os rios que vão desaguar na sua margem direita, su-sudoeste, têm o seu percurso por zonas geograficamente pouco acidentadas, ao contrário do que acontece com o Rio Vouga e os seus afluentes. O principal afluente do Mondego nesta margem é o rio Dão que, por sua vez, tem como afluentes o rio Pavia, o rio Dinha e o rio Asnes. Estes três rios que atravessam vales estreitos e sinuosos formam cabeços e cristas nestas zonas, que também foram aproveitados para fixação do homem. Alguns dos povoados, ao longo destes três rios, são: Senhora do Barrocal, Santo Idos, Santa Luzia, Três Rios e Nossa Senhora do Castro. O rio Dão torna as regiões onde passa nas mais férteis e produtivas da região. Tal como acontece na bacia do Vouga, existiram povoados que foram abandonados antes da conquista romana, como é o caso de: Aral, Castainça, Castelo dos Mouros e Senhora do Castro.

Os terrenos entre os rios Dão e Mondego, Dão e Pavia e Pavia e Dinha são bastante planos e férteis, possibilitando o seu uso para agricultura intensiva. Entre os rios Vouga e Alfusqueiro localiza-se um terreno que vai ter um papel fundamental na rede de comunicações estabelecidas pelos romanos.

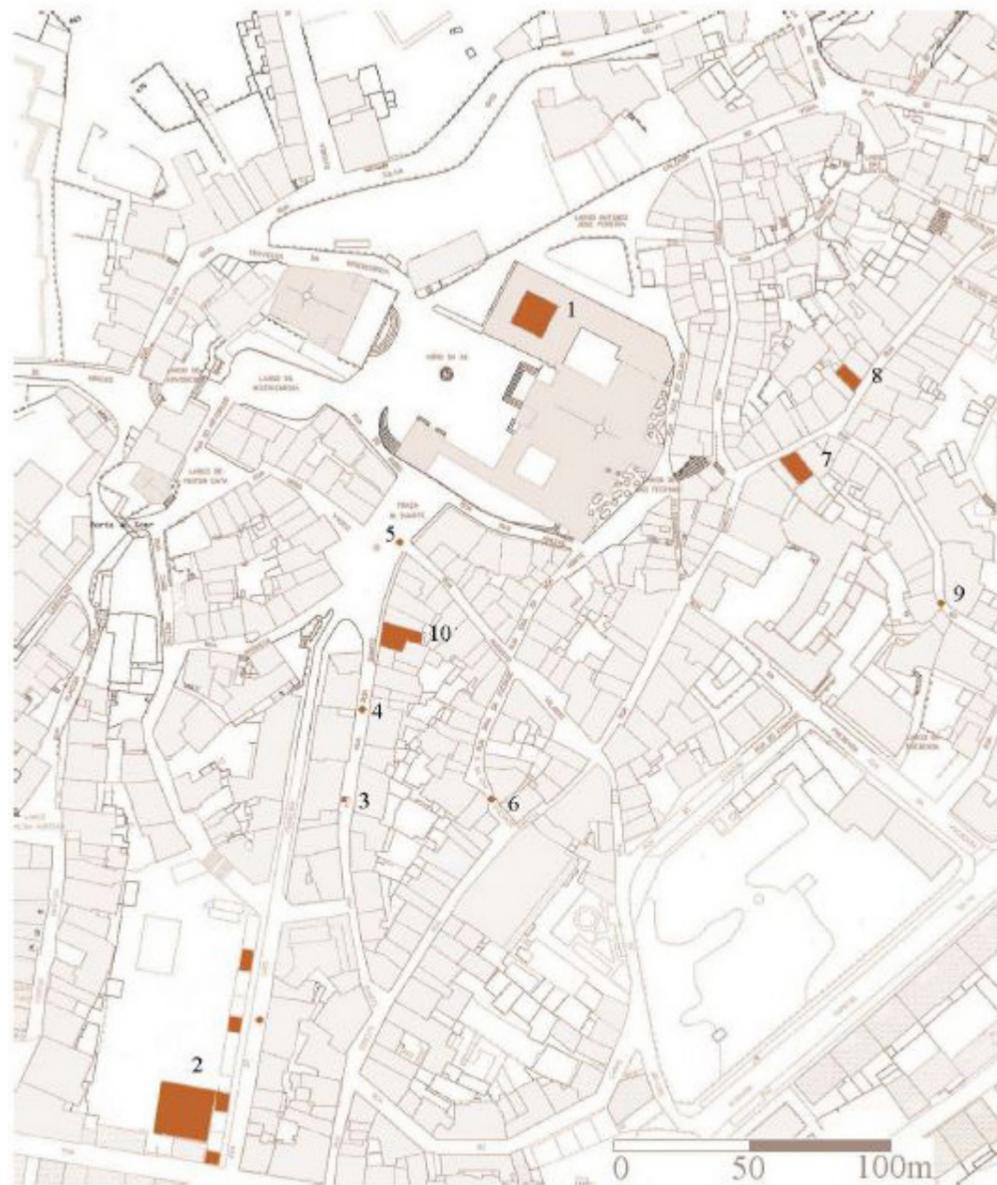
É ainda importante referir que, na antiguidade, o rio Vouga e Mondego eram navegáveis durante uma extensão considerável, tendo um papel importante no desenvolvimento do território que abrangiam<sup>17</sup>.

O território ocupado pela *civitas* é assim dividido em duas regiões: uma rochosa e pouco propícia à fixação humana, que corresponde sensivelmente à zona norte do rio Vouga e bacia do rio Paiva, e outra mais plana e com melhores condições para a prática agrícola, que se pode considerar como sendo a zona central de contato entre o planalto da Nave e a plataforma do Mondego.

Na primeira zona fixam-se os povoados em altitude, em que apenas é possível uma agricultura e pastorícia de autosuficiência. A fixação de povoados nesta zona pode também estar ligada à exploração minéria; na segunda, mais plana, pratica-se ainda hoje agricultura, pecuária, fruticultura, vitivinicultura e olivicultura de maneira intensiva e com objetivo comercial.

17 Ferreira, António de Brum, *Planaltos e montanhas do norte da Beira – Estudo de Geomorfologia*, Lisboa, 198, pg. 110 em João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade nº2*, ed. Ana Saturnino (CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997). p. 346

## 2. VISEU ANTES DOS ROMANOS



Localização dos núcleos no Morro da Sé

### Legenda

- |  |   |
|--|---|
| 1: Núcleo do Museu Grão Vasco;                         | 6: Núcleo da Rua Sra da Piedade;        |
| 2: Núcleo do Mercado 2 de Maio;                        | 7: Núcleo da Rua Direita n.º 172/176;   |
| 3: Núcleo da Rua D. Duarte frente ao 58;               | 8: Núcleo da Rua Direita, n.º 229;      |
| 4: Núcleo da Rua D. Duarte;                            | 9: Piso de Cabana da Rua do Gonçalinho; |
| 5: Núcleo da Praça D. Duarte (frente à Rua do Hilário) | 10: Praça D. Duarte n.º 1/3;            |
|  | 11: Núcleo da Rua do Comércio.          |

Figura 5 – Planta da atual cidade de Viseu com a localização dos achados pré-romanos.

18 Sara Almeida, «A Idade do Ferro no planalto de Viseu: O Caso do Morro da Sé» (Universidade de Coimbra, 2005). p. 113

19 Estrabão III,5 in João Luís Inês Vaz, «Organização Espacial Castreja Na Civitas De Viseu», *Máthesis*, n. 5 (1996): 149–62.pg. 157

20 Lino Tavares Dias, «Quantas paisagens culturais podemos ver da nossa janela?», em *Paisagem Antiga, sua Construção e (Re)Uso, Reptos e Perspetivas*, ed. Pedro Alarcão e Lino Tavares Dias (CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», sem data), 57–71. p.70

21 “Sempre se presumiu a existência de um castro em Viseu, variando entre os que afirmavam a sua existência, embora sem elementos materiais evidentes (Girão, 1925, p. 11-12; Vale, 1971, p. 257, Coelho, 1943, p. 15 entre outros) e os que a negavam (Vaz, 1997, p. 340 – 342 e Cruz, 1986, p.147) e os que diziam que era provável a sua existência (Ribeiro, 1971, p. 443 e Alarcão, 1989, p.11).” Pedro Manuel Sobral de Carvalho e João Luís Inês Vaz, «Viseu\_ a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana», em *Viseu - Cidade de Afonso Henriques* (AVIS, 2009), 31–46.

22 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* LXVIII e L (2009): 147–201.

23 João Luís Inês Vaz. *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* n.º2. p.338

É difícil estabelecer uma cronologia precisa sobre os povoados pré-romanos que ocuparam o distrito de Viseu e como se organizavam internamente. Sabe-se, no entanto, que os povoados fortificados com bom domínio sobre o terreno predominavam.

Embora não seja possível fazer uma ligação direta entre a altitude e a cronologia dos povoados especula-se que os povoados do Bronze Final ocupassem zonas de cota mais elevada do que os seus sucessores<sup>18</sup>. Para além de um forte domínio sobre o território envolvente, a presença de redes de água (que ajudam na defesa e nas relações entre povoados) e de outras condições naturais que privilegiem a defesa, são fatores decisivos na escolha dos lugares para fixação dos povoados.

Os povos que ocupavam o atual distrito de Viseu, viviam da pastorícia e agricultura apenas para autossuficiência. Alguns escritos da época relatam que estes povos se encontravam em constante conflito pelos escassos recursos que existiam<sup>19</sup>, um tipo de vivência parca, associada aos povoados que se fixavam em cotas mais elevadas.

Numa primeira fase de fixação humana, os cabeços são o género de terreno mais ocupado. Na fase seguinte, mais ligada à Idade do Ferro, os esporões vão ser os relevos mais utilizados para a fixação humana. Independentemente destes dois fatores, o domínio visual continua a ser o fator mais importante.

Também na região do Douro, vizinha da área em estudo, se fala de uma ligação entre altitude e cronologia. Tal como refere Lino Tavares Dias: “Aos períodos de auge sentidos na construção da paisagem seguem-se períodos mais ou menos longos de declínio e outros de crise. Neste território [Bacia do Douro], depois de identificados os planaltos dolmênicos acima dos 800 metros de altitude e os castros construídos sobre os 400 metros, os períodos de auge corresponderam aos séculos II, III e IV, notados pelos investimentos públicos romanos e pelas reformas agrárias que usaram os terrenos com cotas em torno dos 250 metros.”<sup>20</sup>

Jorge de Alarcão afirma que, no distrito de Viseu, as zonas onde se encontravam uma maior concentração de povoados eram: Lafões, Alto-Paiva, Alto-Dão, Tondela, vertente noroeste da Serra da Estrela e no núcleo central (onde se encontra a cidade de Viseu).

Já na cidade de Viseu, a ocupação pré-romana foi, durante muito tempo, abordada por vários autores de maneira hipotética e especulativa<sup>21</sup>. Devido à falta de escavações na cidade, e à falta de estudo e documentação apropriada de outras, os autores que afirmavam a existência de um povoado pré-romano na cidade de Viseu faziam-no de maneira incerta e sem base fatural.

As informações sobre a pré-história da cidade são, efetivamente, escassas e apenas permitem concluir que, entre os finais do IV<sup>o</sup> milénio e finais do III<sup>o</sup> milénio a.C., existiu uma “primeira ocupação do morro onde hoje se encontra a parte antiga da cidade de Viseu”<sup>22</sup>.

Entre a Idade de Bronze e a Idade de Ferro, a importância da cidade evoluiu na região devido à sua posição geográfica estratégica, era “centro natural de um vasto planalto entre as serras do Caramulo, Montemuro e Nave e um paralelo de alturas que passa entre Fornos de Algodres e Trancoso.”<sup>23</sup> e tinha um fácil acesso a água.

O controlo das rotas comerciais da região, concedia às elites locais um inegável poder e autoridade. Ameaçado pontualmente pelas comunidades vizinhas de Santa Luzia, Castro dos Três Rios e Castelo dos Mouros, que terão coexistido com o castro de Viseu durante algum tempo.

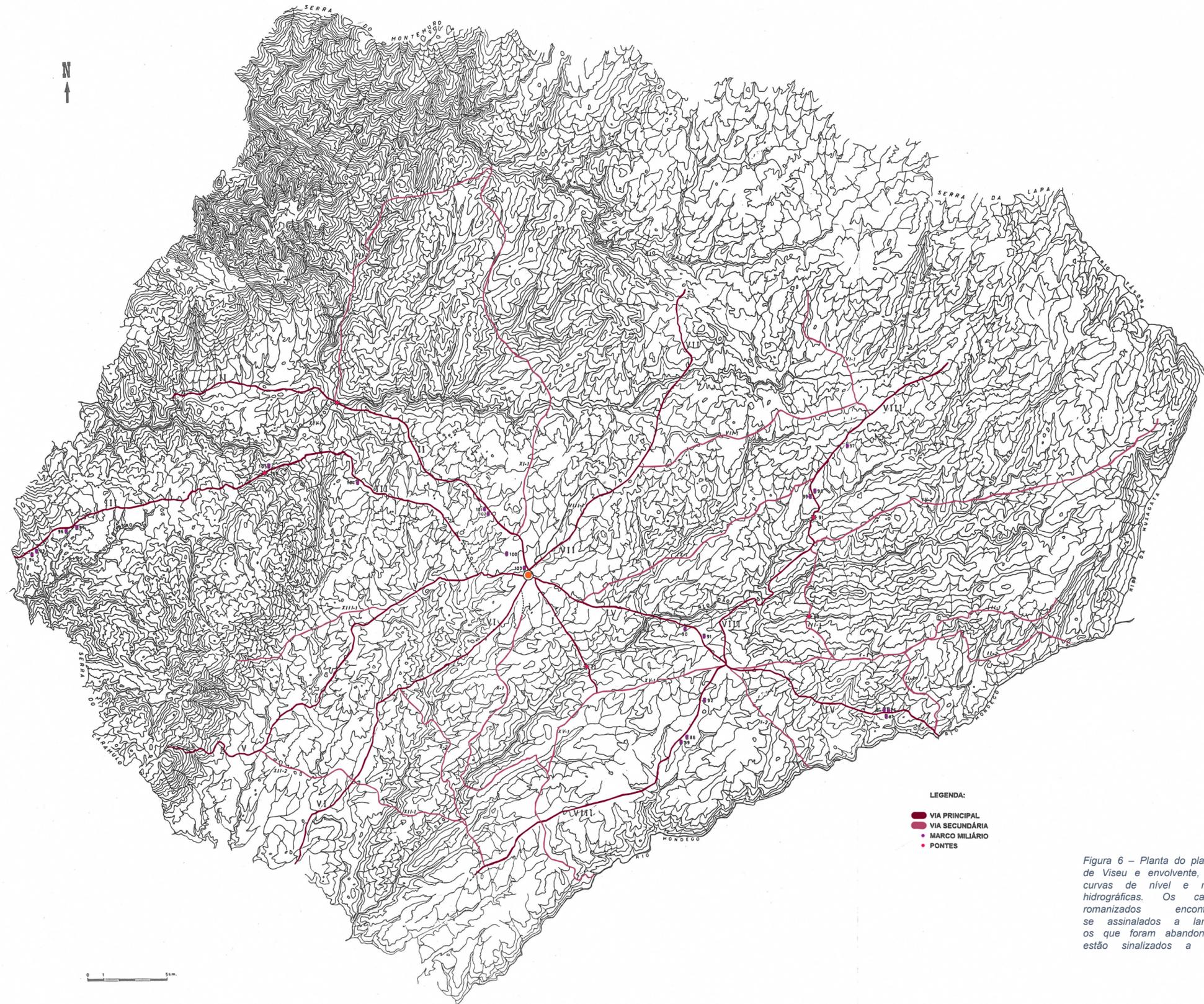


Figura 6 – Planta do planalto de Viseu e envolvente, com curvas de nível e redes hidrográficas. Os castros romanizados encontram-se assinalados a laranja, os que foram abandonados estão sinalizados a azul.

24 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* LXVIII e L (2009)

25 Carvalho e Vaz, «Viseu a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana».

26 Sara Almeida, «A Idade do Ferro no planalto de Viseu: O Caso do Morro da Sé» (Universidade de Coimbra, 2005), p. 30 - 34

Com a realização de escavações arqueológicas, já no início do século XXI, foi possível comprovar a existência de um povoado proto-histórico, que se tratava de *“um aglomerado populacional proto urbano, sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos graníticos e a própria topografia do terreno para dispor os espaços domésticos e áreas funcionais. (...) os espaços domésticos coexistiram com as áreas funcionais ou produtivas. (...) Estas estruturas fazem lembrar o tipo de habitação mais antigo também detectado no vizinho castro de Santa Luzia (Vaz, 197 pp.18-20) ou no Cabeço do Castro de S. Romão (Seia) (Senna-Martinez, 2000 pp.136-144), e que foram claramente datadas do Bronze Final, (...)”*<sup>24</sup>

A cronologia de ocupação do morro da Sé começa, assim, entre os séculos V e III a. C. mantendo-se até à atualidade. Estes trabalhos de escavação realizados na cidade levaram à descoberta de partes do sistema defensivo do castro, *“composto por uma ou mais linhas de fossos abertos na rocha com paredes oblíquas, às vezes quase verticais, apresentando uma profundidade máxima de cerca de 3m e de largura 1,90m. Este(s) fosso(s) precedia(m) uma muralha feita em pedra, de que ainda não surgiram vestígios.”*<sup>25</sup> Os tramos de fosso encontrados nas escavações estavam preenchidos com materiais da Idade do Ferro, o que leva à especulação sobre a reestruturação do povoado ainda nesta época. Tomando como referência o museu Grão Vasco, o nº1/3 da Praça D. Duarte e a esquina da Rua do Gonçalinho (lugares com escavações na cidade de Viseu, onde se confirmou a presença de vestígios pré-romanos e assumindo que não existiram descontinuidades no povoado) obtém-se uma área, aproximada, de 1,5 hectares. Esta estimativa é correspondente a um limite mínimo de área ocupada. A área deste povoado pré-romano devia ter uma área mais próxima dos 6 hectares e teve o seu apogeu entre os séculos IV e III antes de Cristo<sup>26</sup>.

### 3. OS ROMANOS EM VISEU

#### 3.1. OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIVITAS

Na atual área do distrito de Viseu os romanos escolheram as áreas situadas a meia altitude para se fixarem. Uma vez que na zona montanhosa periférica apenas seria possível a prática de uma agricultura e pastorícia de sobrevivência, os romanos escolheram a zona de contacto do planalto da Nave com a plataforma do Mondego e esta última para ocuparem, por permitirem uma utilização do solo e dos recursos disponíveis de maneira a existirem excedentes e possibilitar estabelecer economias de troca entre os povos da *civitates*, da Lusitânia e do Império.

De todas as estações inventariadas por João Vaz, nesta região, num total de 260: 192 estão a uma cota inferior a 500 metros e as restantes acima da mesma. Destas 192, 113 localizam-se a uma altitude inferior a 400m; assim é possível afirmar que os romanos ocuparam maioritariamente áreas entre os 400/500 metros de altitude na zona de Viseu, uma cota baixa para a topografia da região.

Os castros que foram romanizados tinham como característica comum aproveitar esporões triangulares ou situar-se em cabeços com domínio sobre a envolvente. Manuela Martins classificou estes povoados em tipo A e tipo B, respetivamente.

*“Os castros do tipo A aproveitam uma boa posição estratégica sobre as linhas de água que lhes vai permitir economia de esforço na construção de muralhas. (...) Sendo assim, parece que teremos que concluir que foram sobretudo razões estratégicas que levaram à manutenção destes povoados.*

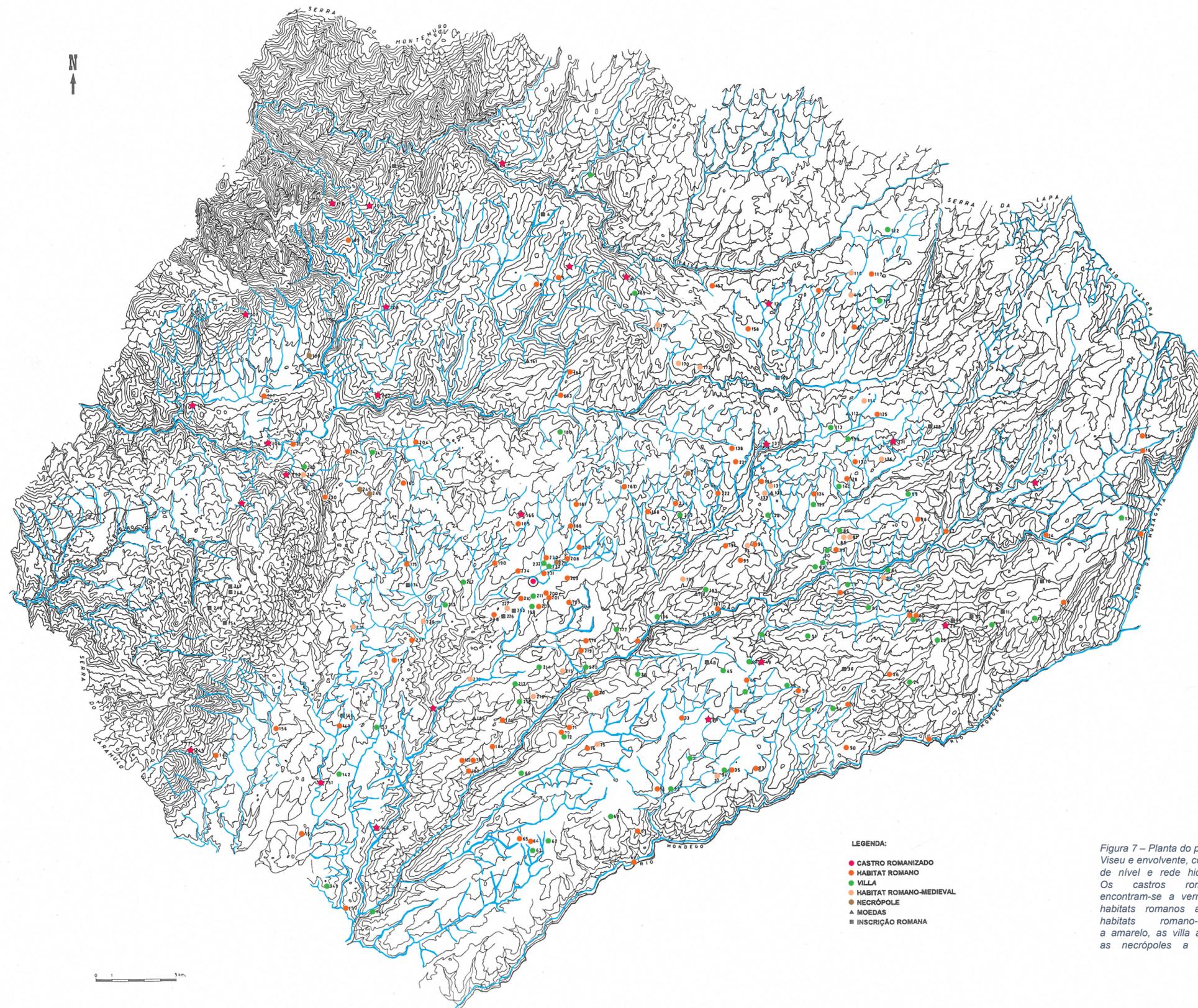
*Incluem-se neste grupo alguns castros cujo início de ocupação não podemos definir, como por exemplo, os castros de Pinho e Três Rios, que se localizam na zona periférica.*

*Os povoados do tipo B também se encontram presentes na área da civitas. São povoados que se estabelecem em montes que se elevam na paisagem envolvente. Muitas vezes nem são os montes mais altos que são ocupados, mas sim montes rodeados por outros de mais elevada altitude e em que houve castros habitados em épocas anteriores.*

*Na região central existem apenas quatro povoados anteriores que permaneceram ocupados sob o domínio romano. São eles o castro de Santa Luzia, o castro da Senhora do Castelo de Mangualde, o castro da Senhora do Bom Sucesso e o castro dos Três Rios. Os três primeiros pertencem ao tipo B e apenas o último se integra no tipo A, mas mesmo assim situa-se num esporão baixo (314 m de altitude) e a sua manutenção é difícil de compreender...”<sup>27</sup>*

Aquando da romanização de Viseu, muitos dos castros em altura foram abandonados devido à sua localização e características – apresentavam um tipo de solo que apenas permitia uma agricultura e pastorícia de subsistência. Outros fatores como a sobreposição de fronteiras, acesso a rotas ou terreno fértil foram fortes impulsionadores das regiões a ocupar pelos romanos, que trouxeram para a Península Ibérica um novo sistema económico, mais centrado na exploração mineira e agricultura como atividade económica.

Assim, com a chegada dos romanos a Viseu, alguns castros da região foram abandonados enquanto outros se mantiveram. Isto criou uma primeira linha de povoados secundários, que distava do núcleo de Viseu cerca de 16,5 quilómetros. A partir desta linha secundária era possível encontrar outros castros com 8 a 12 quilómetros entre eles. Os aglomerados terciários encontram-se entre os 3 e os 8 quilómetros de distância entre si<sup>28</sup>.

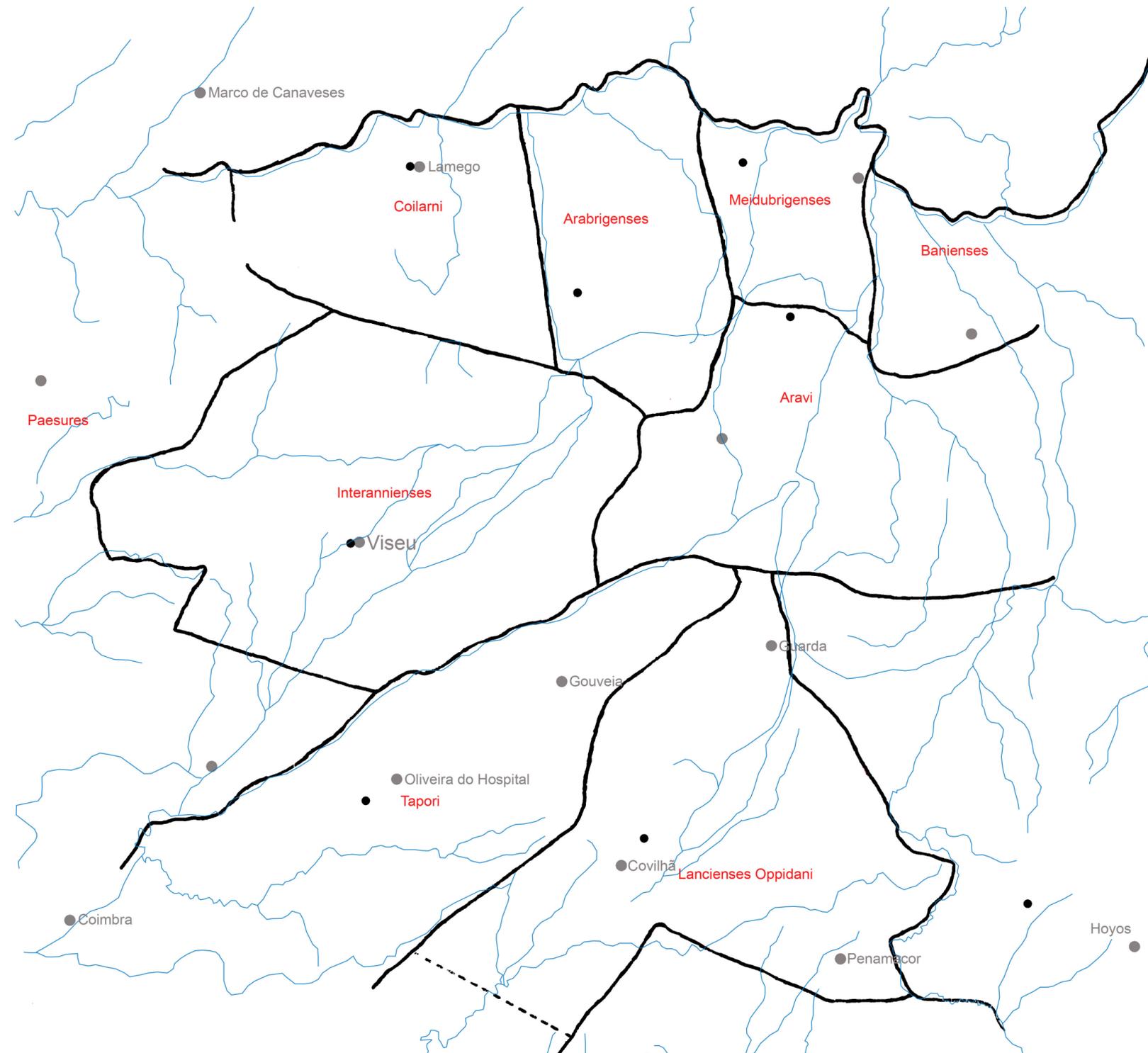


LEGENDA:  
● CASTRO ROMANIZADO  
● HABITAT ROMANO  
● VILLA  
● HABITAT ROMANO-MEDIEVAL  
● NECRÓPOLE  
▲ MOEDAS  
■ INSCRIÇÃO ROMANA

Figura 7 – Planta do planalto de Viseu e envolvente, com curvas de nível e rede hidrográfica. Os castros romanizados encontram-se a vermelho, os habitats romanos a laranja, habitats romano-medievais a amarelo, as villa a verde e as necrópoles a castanho.

27 João Luís Inês Vaz, A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade nº2, p.331

28 João Luís Inês Vaz, «Organização Espacial Castreja Na Civitas De Viseu», p. 156



29 João Luís Inês Vaz, «A Ocupação do Espaço de Viseu na Época Romana», *Máthesis* 15 (2006): 143–54. p. 149

Surge assim um novo tipo de povoamento ligado às potencialidades agrícolas da região, abandonando o sistema de cultivo apenas para consumo próprio e englobando a Lusitânia nas rotas comerciais do Império.

Após esta análise é possível concluir que, no distrito de Viseu, os romanos colonizaram os povoados existentes, não criando novas cidades como fizeram em Mérida.

*“A refundação de Viseu é, pois, um ato político-administrativo da vontade de Augusto que tem como função dotar uma nova civitas de uma capital. Os povos da região são agrupados sob uma designação romana, os Interannienses, significado pleno de sentido se pensarmos na hidrografia da civitas, limitada a norte, sul e oriente por linhas de água. Esta designação significa que não havia um povo que fosse dominante e por isso se adota uma designação romana.”<sup>29</sup>*

Figura 8 – Esquema da organização geográfica dos povos mencionados na ponte de Alcântara. A amarelo os nomes atuais, a vermelho os nomes romanos.



Figura 9 – Ara Votiva consagrada aos deuses vissaieigenses.

30 João Luís Inês Vaz, «Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia», em *Cidade e foro na Lusitânia Romana*, ed. T. Nogales Basarrate, 2010, 315–63. p.320

31 Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Luís Fernandes, *Vissaium O Espírito do Lugar*, ed. Arqueohoje Conservação e Restauro do Património Monumental Lda, 2009. p. 021

32 Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Luís Fernandes, *Vissaium O Espírito do Lugar*, ed. Arqueohoje Conservação e Restauro do Património Monumental Lda, 2009. p. 014

Até à descoberta de uma ara votiva, na primeira década deste século, o nome mais consensual para a cidade romana de Viseu era *Interranniensia*. Analisando os nomes dos povos presentes na Ponte de Alcântara, que aparentam apresentar-se por ordem geográfica, os *Interrannienses* teriam o seu território entre o Vouga e o Mondego: território cujo centro é Viseu. Assim apareceria o nome romano de Viseu, que por falta de achados que o comprovassem ou desmentissem foi, até recentemente, usado para designar a capital da *civitas*.

Existem, no entanto, registos do século VI que se referem à cidade como *Veseo* ou *Viseo*, tornando pouco credível a hipótese de o topónimo ter derivado de *Interranniensia*.<sup>30</sup> Em 2005, Jorge de Alarcão afirma que Viseu seria a capital dos *Interrannienses*, mas que teria um topónimo diferente.

Esta suposição foi confirmada poucos anos mais tarde, com o aparecimento de uma ara votiva, durante as escavações do funicular, na Travessa da Misericórdia. A ara votiva é do século I da nossa era e está consagrada aos deuses e deusas *vissaieigenses*. “Apresenta um elegante capitel com frontão triangular (à frente e atrás) e toros laterais. No seu topo foi escavada uma pequena cavidade circular central. Trata-se do fóculo (do latim *foculus*, pequeno fogo), destinado às libações dos crentes, que aí queimariam essências em honra das divindades evocadas.”<sup>31</sup> Tem gravado numa das suas faces o seguinte texto:

“DEIBABOR / IGO / DEIBOBOR / VISSAIEIGO / BOR / ALBINVS / CHAEREA / F / VSLM”

Embora estejam feitas em epigrafia latina, as primeiras cinco linhas não se encontram escritas em latim, mas sim num suposto dialeto da Península Ibérica, com origens pré-romanas, e uma língua indo-europeia. Assim, a sua interpretação tem de ser feita tendo em consideração outras inscrições similares que se conhecem na Península Ibérica. O texto gravado na ara não é, então, mais do que evocativo a todos os deuses e deusas de *Vissaium* que protejam o lugar e a sua população. O seu achado veio esclarecer a dúvida antiga sobre a toponímia da cidade, que à época romana seria, assim, *Vissaium*.

“A chegada dos romanos à cidade de Viseu deve ter-se dado no século I a.C., mas foi sobretudo durante o século I da nossa era que a cidade romana é estruturada.”<sup>32</sup>



## 4. A CIDADE

### 4.1. DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Pensa-se que os romanos tenham utilizado o povoado da Idade do Ferro, adaptando a sua malha ortogonal à topografia existente. Aumentaram os limites do povoado existente, expandindo a cidade para sul e oriente que são mais planas. Construíram uma muralha, de carácter fundacional e não defensivo. A malha da cidade era, assim, de traçado ortogonal nas novas áreas mais planas e adaptado o plano ortogonal às curvas do terreno na parte antiga, onde se encontrava o povoado proto-histórico<sup>33</sup>. João Vaz diz que haveria uma coincidência da nova muralha romana com a existente no povoado proto-histórico, na encosta da cidade virada ao rio Pavia.

<sup>33</sup> João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe», 147-201, p. 165

<sup>34</sup> João Luís Inês Vaz, A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade nr2, p.338-339

Pela cidade passavam várias linhas de água. O principal sendo o rio Pavia, que passa na parte norte do espaço ocupado pelos romanos. Existiram vários ribeiros que desaguavam no Pavia e que hoje se encontram por baixo da malha urbana: O ribeiro do Fontelo, com nascente ao lado da Igreja do Carmo<sup>34</sup>. Outro ribeiro que seguia na direção norte até à atual Escola Emídio Navarro e encontrava-se com outra linha de água que vinha do Fontelo, ambas as linhas formavam então um ribeiro que afluía no Pavia. A outra linha de água é o ribeiro de Santa Cristina, hoje canalizado debaixo da Avenida Capitão Silva Pereira, que passava na base do povoado proto-histórico e na época romana ficava dentro da própria cidade (servindo provavelmente para escoamento dos esgotos da mesma).

O achado de vários miliários na região, e a sua consequente interpretação, colocam o ponto zero para a contagem de milhas na cidade de Viseu. Uma vez que por norma o ponto de partida para contagem das milhas era uma cidade capital de *civitas*, é possível afirmar que Viseu seria a cidade capital.

Existe ainda na cidade de Viseu, um sítio com muralha ortogonal que alguns especialistas especularam ser da época da conquista romana da Península, outros que discordam, atribuem a sua construção à época da ocupação árabe da Península e há ainda quem diga que é da Idade Média. Este sítio, chamado de Cava de Viriato, em referência ao líder da resistência Lusitana, será tratado no capítulo 4.4. A Cava de Viriato.

Figura 10 - Planta da atual cidade de Viseu, com o Rio Pavia e a Cava de Viriato.

## 4.2 A TOPOGRAFIA DE VISEU AO TEMPO DOS ROMANOS

Como foi referido anteriormente, os romanos refundaram uma cidade no sítio que hoje é Viseu, a partir de um povoado da Idade do Ferro.

As escavações feitas na cidade, sob os mais variados contextos, em que apareceram vestígios pré-romanos, permitem concluir que a romanização da cidade equivale a uma “segunda camada” de ocupação, sob a rocha mãe, quando não é a primeira<sup>35</sup>. João Vaz afirma que, em qualquer sítio da cidade que se façam escavações, as rochas-mãe do solo se encontram a pouca profundidade<sup>36</sup>.

Desde o fim da ocupação romana até aos nossos dias a cidade de Viseu já foi morada de muitos outros povos, todos eles deixando a sua marca no terreno. Assim, analisando a planta atual da cidade, em conjunto com a morfologia do seu terreno, é possível identificar os sítios onde essas alterações ocorreram. Plataformas artificiais para sustentar construções, elevações para a construção de estradas ou suportes de terras, são tudo exemplos da mão do homem a esculpir o sítio, moldando-o de acordo com as suas necessidades.

João Vaz afirma, tendo por base os relatórios de José Coelho e as escavações que levou a cabo na cidade de Viseu, que a plataforma onde hoje se encontra a Sé de Viseu é artificial e feita nos finais do Império Romano para ali se construírem edifícios<sup>37</sup>.

Para permitir uma leitura mais correta do que seria o território durante a época de estudo procedemos à remoção destas transformações, na planta atual das curvas de nível. Corrigindo para o que nos pareceu o “estado original” do terreno, obtivemos uma planta topográfica de Viseu que nos permite uma leitura mais focada sobre o espaço.

A planta apresentada em seguida (*figura 12*) é o resultado deste exercício.

É possível concluir, após a análise da planta, com a topografia à chegada dos romanos a Viseu, que este território seria uma planície do lado norte, este e sul, e com cotas mais altas, criando elevações próximas dos 400m.

O rio Pavia permitiria uma fonte de água corrente proporcionando, ao mesmo tempo, defesa. Esta área é, pois, uma zona desejável para manter/estabelecer uma cidade, possuindo muitos dos princípios que Vitruvius aponta para a salubridade de um lugar<sup>38</sup>.

35 Para perceber bem a estratigrafia destes povos consultar: Sara Almeida, «A Idade do Ferro no planalto de Viseu: O Caso do Morro da Sé».

36 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 339

37 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 340

38 Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*. M. Justino Maciel (Trad.) (IST Press, sem data).I, IV

Figura 11 – Planta da atual cidade e topografia de Viseu. A vermelho encontram-se assinalados alguns exemplos de alterações feitas à morfologia do terreno pelo homem.



#### 4.3. OS POLOS DA CIDADE

A existência de o que pode ser um antigo acampamento militar romano, a Cava de Viriato, levou, desde os primeiros estudos sobre a história da cidade, à especulação de quais seriam os seus limites e como esta ocupava o território à época romana. Surge assim a discussão sobre a existência de um ou dois polos de desenvolvimento da cidade romana, que vai dividir os historiadores do século XIX e XX.

O principal defensor da teoria de dois polos de desenvolvimento é Amorim Girão<sup>39</sup>. O autor afirma, na sua obra sobre a cidade no início do século XX, que durante a ocupação romana de Viseu existiram dois polos urbanos: um no alto da Sé e outra na baixa da Regueira, para além da Cava, que considera um acampamento romano. Estes polos iriam acabar por se estender no território e encontrar-se.

O primeiro núcleo de desenvolvimento, que seria no alto da Sé, teria aproveitado o castro proto-histórico existente. Todavia, Amorim Girão apenas destina esta zona da cidade a um ponto de observação, que podia ou não ter sido fortificado; passando assim a maioria da população a habitar a parte baixa da cidade, entre a zona de Santa Cristina até ao Rio Pavia, incluindo nesta área a Prebenda, Regueira, S. Miguel, Largo das Freiras (atual Largo Mouzinho de Albuquerque), Rua do Arco e Avenida Navarro.

Autores mais recentes, como Orlando Ribeiro<sup>40</sup>, Celso Tavares da Silva, Jorge de Alarcão<sup>41</sup> e João Vaz<sup>42</sup> contestam as ideias de Amorim Girão defendendo apenas um núcleo de povoamento que se foi expandido gradualmente.

Para estes autores a cidade romana teria começado a expandir-se a partir do alto da Sé para as zonas mais planas, de maneira gradual e contínua.

Orlando Ribeiro nomeia os bairros da Ribeira e da Regueira como as áreas de expansão da cidade romana. Sendo o da Ribeira o mais antigo e o da Regueira o mais campestre.

Celso Tavares da Silva<sup>43</sup>, afirma que Viseu seria, à época romana, um importante aglomerado. Estabelece a área do aglomerado do rio Pavia ao Cerrado, e de S. Miguel do Fetal a poente da Sé (por limites que não determinou). No alto da Sé coloca um templo e vários edifícios de administração pública, indicando assim que ali se deveria situar o *forum*.

Jorge Alarcão delimita a cidade romana de Viseu através da definição da sua muralha que faz passar pela Rua de João Mendes até ao Largo de Santa Cristina, seguindo para poente acompanhando a Rua do Carmo e de D. Duarte até à Sé, ou passando pela Rua do Chão do Mestre até ao Largo da Misericórdia, do Adro da Sé a muralha seguiria pela Rua da Calçada da Vigia, até ao Largo Mouzinho de Albuquerque. Sugere para a localização do *forum*, a *insula* central entre a Rua da Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalinho.

João Vaz delimita o que seria a zona povoada pelo Terreiro de Santa Cristina, Largo Mouzinho de Albuquerque e morro da Sé. Em 1993, quando estuda novamente a cidade romana de Viseu, define dois perímetros para a cidade: um de fundação no século I d.C. e outro mais pequeno, do século IV d.C.<sup>44</sup>. A cidade teria, assim, uma configuração mais ou menos retangular com um traçado de semi ortogonal, adaptado à topografia, englobando a acrópole, a zona da Regueira e de Santa Cristina.

39 Aristides de Amorim Girão, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana* (Coimbra: Coimbra Editora Lda, 1925), p. 22

40 Orlando Ribeiro, «Em Tomo das Origens de Viseu», *Revista Portuguesa de História*, n. 13 (1971): 211-29.  
41 Jorge de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*, ed. Gabinete de História e Arqueologia, 1ª (Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1989).

42 João Luís Inês Vaz, «Introdução ao estudo de Viseu na época romana», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* XLII (1983).  
43 Celso Tavares da Silva, «A Catedral de Viseu. I. O Problema das Origens», *Viseu Ilustrado* 1 (1983): 29-30.

44 A descrição completa é feita no capítulo 4.5. Muralhas

Figura 12 – Planta da atual cidade de Viseu com as curvas de nível ao tempo dos romanos.

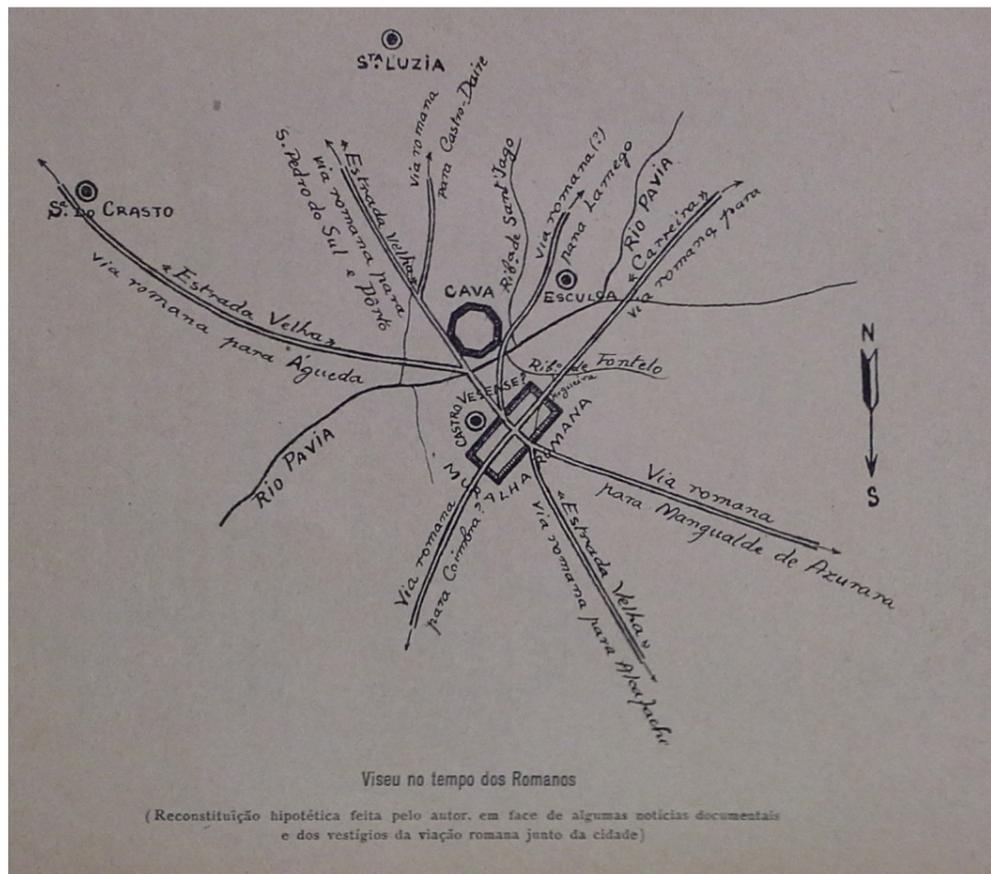


Figura 13 - Viséu no tempo dos Romanos segundo Amorim Girão.

45 A. de Lucena e Vale, «Em Torno das Origens de Viséu», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* XXX, n. 2 (1971): 255-60.

José Coelho e Lucena e Vale<sup>45</sup> discordam também da hipótese de diversos núcleos de povoamento, apresentada por Amorim Girão. Mas, ao contrário dos autores anteriores, não apresentam nenhuma proposta para os limites da cidade, afirmando apenas que seria mais lógica uma ocupação gradual e sem divisões.

Atualmente, a hipótese aceite por quem estuda a cidade e a romanização do Império Romano é de um polo, que teria o *forum* no alto da Sé e se desenvolveria a partir daí, até à zona mais baixa.

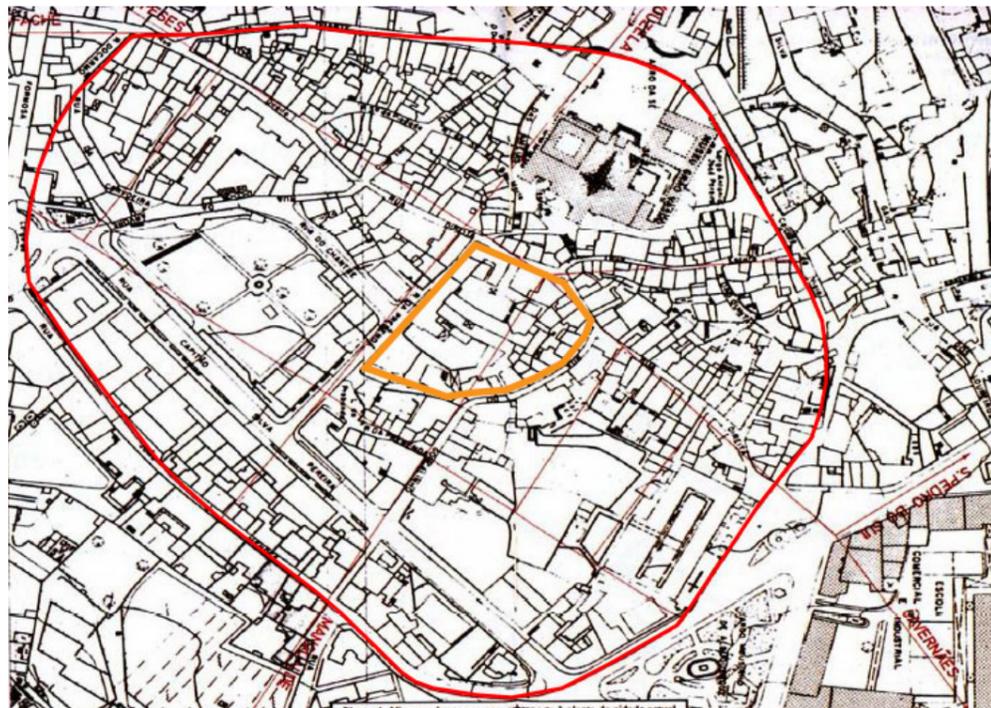


Figura 14 - Planta da atual cidade de Viséu com o limite assinalado, de acordo com Jorge de Alarcão.



Figura 15 – Planta da atual cidade de Viseu com delimitação da Cava de Viriato, a vermelho, e o limite da cidade romana durante o alto império, a vermelho esbatido.

46 Aristides de Amorim Girão, «Cava de Viriato», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* III, n. 1 (1944): 69–75.

47 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 360

48 Amorim Girão, «Cava de Viriato» in *Beira Alta - Revista Semanal para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. III Nº 1, p. 69 - 75, 1944

49 Maximiano de Aragão, *Vizeu (Apontamentos Históricos) Tomo I* (Viseu: Typographia Popular de Henrique Francisco de Lemos, 1894).

50 Amorim Girão, «Cava de Viriato» in *Beira Alta - Revista Semanal para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. III Nº 1, p. 69 - 75, 1944

51 Compara a Cava de Viriato com a Cava do Ebro em Espanha e com a Cidade da Mata, em Antanhol, Coimbra; estabelecendo paralelismos entre estas construções e a Cava de Viriato, a partir dos quais retira conclusões sobre a sua origem.

A Cava de Viriato localiza-se a norte da cidade de Viseu fora do antigo núcleo da mesma. A sua forma octogonal é rodeada por muros de terra e um fosso, tem aproximadamente 316 metros de raio e 250 metros de lado, ocupando um espaço equivalente a trinta hectares.

Atualmente apenas quatro dos lados se mantêm “em pé”, embora os restantes sejam visíveis. Estima-se que a largura destes muros seja entre 30 a 35 metros na base e existem vestígios do fosso em dois dos lados e em porções dos restantes.

As aberturas que existem, atualmente, estão localizadas: no vértice entre os taludes oeste e sudoeste; a meio do talude noroeste; aproximadamente a meio dos taludes nordeste/sudeste; no talude entre os vértices sul/sudeste e no talude entre os vértices sul/sudoeste.

Existe ainda um lance de escadas que permite subir ao topo dos taludes, localizado no talude sul/sudeste, feito no âmbito do programa *Polis*.

Da abertura de noroeste parte um caminho que vai dar ao centro da Cava, praticamente em linha reta, que tem ligação ao exterior. No meio do talude sudoeste sai outro caminho, sem ligação ao exterior, que também liga ao centro da cava.

Interiormente, os loteamentos da secção noroeste são paralelos ou perpendiculares às duas estradas que ligam ao centro da cava.

A referência mais antiga à Cava de Viriato, que se conhece, é do ano de 1449, num documento do rei D. Afonso V, a dar parecer favorável para que se faça uma feira em Viseu, dentro da Cava.

Nesta data e até ao século XVI, a Cava de Viriato aparece referida apenas como Cava. A sua associação a Viriato, o chefe lusitano, só é feita no século XVI<sup>46</sup>.

A partir desta altura vários estudiosos ligam a cava ao chefe lusitano, tais como Frei Bernardo de Brito e Manuel Botelho Ribeiro Pereira<sup>47</sup>. A importância da cidade de Viseu, nesse mesmo século, pode explicar a necessidade de, através da associação ao grande chefe lusitano, se enaltecer a mesma. Seguindo esta associação ao chefe lusitano aparecem diversas teorias sobre quem fez a Cava e a sua finalidade.

As várias teorias sobre quem construiu a cava são divididas entre os que defendem que a cava foi feita pelos lusitanos, os que defendem uma construção romana e os que defendem uma construção árabe.

Também a sua finalidade primordial é uma incógnita: alguns autores afirmam que seria uma construção agrícola que foi posteriormente convertida para fins militares, outros afirmam que sempre teve uma natureza militar e há ainda quem afirme que poderia ter sido um circo romano.

Nunca chegando a um consenso, alimentado pela falta de escavações sistemáticas no lugar, até aos anos 90, do século XX, a maioria dos autores defendia uma origem romana ou lusitana, com posterior ocupação romana, para a Cava.

Adolph Schulten<sup>48</sup>, professor da Universidade de Erlangen e especialista em obras de fortificação romana refere, numa carta de 1930 para Amorim Girão e após uma visita a Viseu, que não conhece outro acampamento militar romano que tenha muros de terra em vez de muros de pedra, classificando a mesma como um enigma.

Maximiano de Aragão<sup>49</sup>, considera a Cava uma construção romana para proteção da população e gado, que completaria o sistema defensivo da região, em conjunto com um castelo de planta quadrangular construído na colina da Sé. O fosso teria sido construído na mesma altura que a cava para escoamento das águas no interior.

Amorim Girão<sup>50</sup> classifica a cava como uma obra hidráulica agrícola, servindo o fosso para drenagem ou irrigação do solo, posteriormente adaptada para acampamento militar<sup>51</sup>.



Figura 16 – Planta da Cava de Viriato, com indicação das duas ruas interiores que ligam ao centro.



Figura 17 – Planta da Cava de Viriato com indicação do suposto campo militar romano, de cronologia anterior.

52 Mário Saa, *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino o Pio*, Tomo II (Lisboa, 1960). p.260

53 José Coelho, «Património Etnológico da Beira - Feixe de 12 teses apresentadas ao VII Congresso Beirão em Viseu e unanimemente aprovadas na sessão de 16 de Setembro de 1942» (Viseu, 1942). p.15

54 Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*. 33º (Editorial Verbo, 1973) p. 36

55 Orlando Ribeiro, «Ainda em torno das Origens de Viseu», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* XXX, n. 3 (1971): p.439 - 440

56 Celso Tavares da Silva, «A Catedral de Viseu. I. O Problema das Origens», in *Viseu Ilustrado*, Vol. 1, p. 29 -30, 1983

57 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 359 - 367

58 Vasco Gil Mantas, «Indícios de um Campo Romano na Cava de Viriato?», *Al - Madan* II, n. 13 (2003): 40-42.

59 Helena Catarino, «Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbi) e as escavações na Universidade de Coimbra», em *Barroca, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, ed. M.J. e C. F. Fernandes (Palmela, 2005), 195-214.

60 Rodrigo Banha da Silva, «De volta à "Cava de Viriato" (Viseu)», *Al - Madan* II, n. 17 (2012): 163-64.

61 Rodrigo Banha da Silva, «De volta à "Cava de Viriato" (Viseu)», *Al - Madan* II, n. 17 (2012): 163-64.

Mário Saa<sup>52</sup> diz, na sua obra de 1960, que a Cava terá sido um circo romano e já em 1992, Vasco Gil Mantas apresentou a ideia de a Cava ser de origem muçulmana.

As simetrias no interior e exterior da Cava são um dos principais motivos para a defesa da teoria de uma fundação romana. José Coelho<sup>53</sup>, Jorge Alarcão<sup>54</sup>, Orlando Ribeiro<sup>55</sup>, Celso Tavares da Silva<sup>56</sup> e João Vaz<sup>57</sup> entre outros, interpretam o monumento como um acampamento romano, divergindo apenas quanto à época (e ao autor) da mesma.

José Coelho vai mais longe definindo a Cava como um octógono perfeito, com quatro portas orientadas de acordo com os pontos cardeais que teriam continuação para dentro da mesma através das estradas atrás mencionadas, assim como de mais duas. Estas estradas ligariam à cidade romana de Viseu e à rede de estradas.

Henrique das Neves diz que a cava teria dois momentos distintos de utilização: durante as guerras entre lusitanos e romanos e outro, durante as guerras entre cristãos e muçulmanos. Construída pelos primeiros para defesa da população e gado, foi alvo de intervenções na segunda fase de ocupação, com o alteamento dos muros e aprofundamento do fosso.

Vasco Mantas<sup>58</sup> lançou a hipótese, em 1992, de a Cava ser uma construção árabe, do tempo de Almançor. Contraria a hipótese de ser de fundação romana, citando fontes antigas e alegando que nenhuma fortificação militar romana conhecida na península tem uma forma octogonal. Avança ainda com a sua teoria, dizendo que as plantas poligonais são correntes na arquitectura islâmica, por influência bizantina e que existem na Península Ibérica, nas fontes islâmicas e nas fontes cristãs, referências a campos fortificados, com fossos e taludes de terra, semelhantes à Cava de Viriato.

Não exclui a possibilidade de, no lugar da Cava, ter existido um campo romano; apoiando-se em cartografia feita por voo de 1958 para suportar esta teoria. Os indícios que Vasco Mantas atribui a um campo fortificado romano estão do lado sul da Cava. Têm medidas e forma coincidentes com o modelo clássico de acampamentos fortificados romanos, conhecidos em diversas regiões do Império Romano, do século I a.C. Helena Catarino<sup>59</sup> apoia a teoria de Vasco Mantas, acrescentado novos dados para este estudo, com o trabalho que publicou em 2005. Sugere tratar-se de uma cidade acampamento da primeira época islâmica, embora não exclua uma cronologia posterior, devido à importância da cidade de Viseu como ponto de partida das tropas muçulmanas, para o norte da Península Ibérica.

No seguimento do estudo da Cava de Viriato por estes dois autores é publicado, na revista *Al-Madan*, um artigo que relaciona a métrica e o desenho arquitetónico desta estrutura e a sua relação com a geometria romana. Pedro Banha da Silva<sup>60</sup> refere que as medidas que compõe a Cava são na realidade as medidas base usadas pelos romanos no urbanismo:

“Os 35 m admissíveis para a espessura da base do talude equivalem a um *actus*, medida linear equivalente a 120 pes; o diâmetro interior, medido a partir da base exterior do mesmo talude, a cerca de 706m, ou seja 20 *actus* ou 2400 pes; o perímetro exterior da base do talude ronda os 2960m, o que equivale a 2 milhas romanas; ... Considere-se, agora, que o desenho de um octógono regular se obtém a partir da rotação de 45° de um quadrilátero sobre outro, conectando-se depois os oito vértices assim conseguidos”<sup>61</sup>

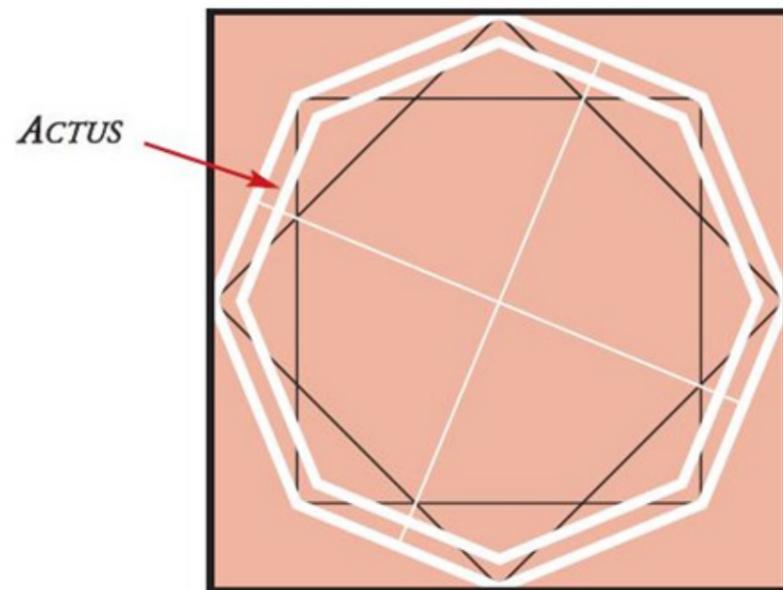


Figura 18 -Geometrização das medidas da Cava de Viriato, segundo Rodrigo Banha da Silva.

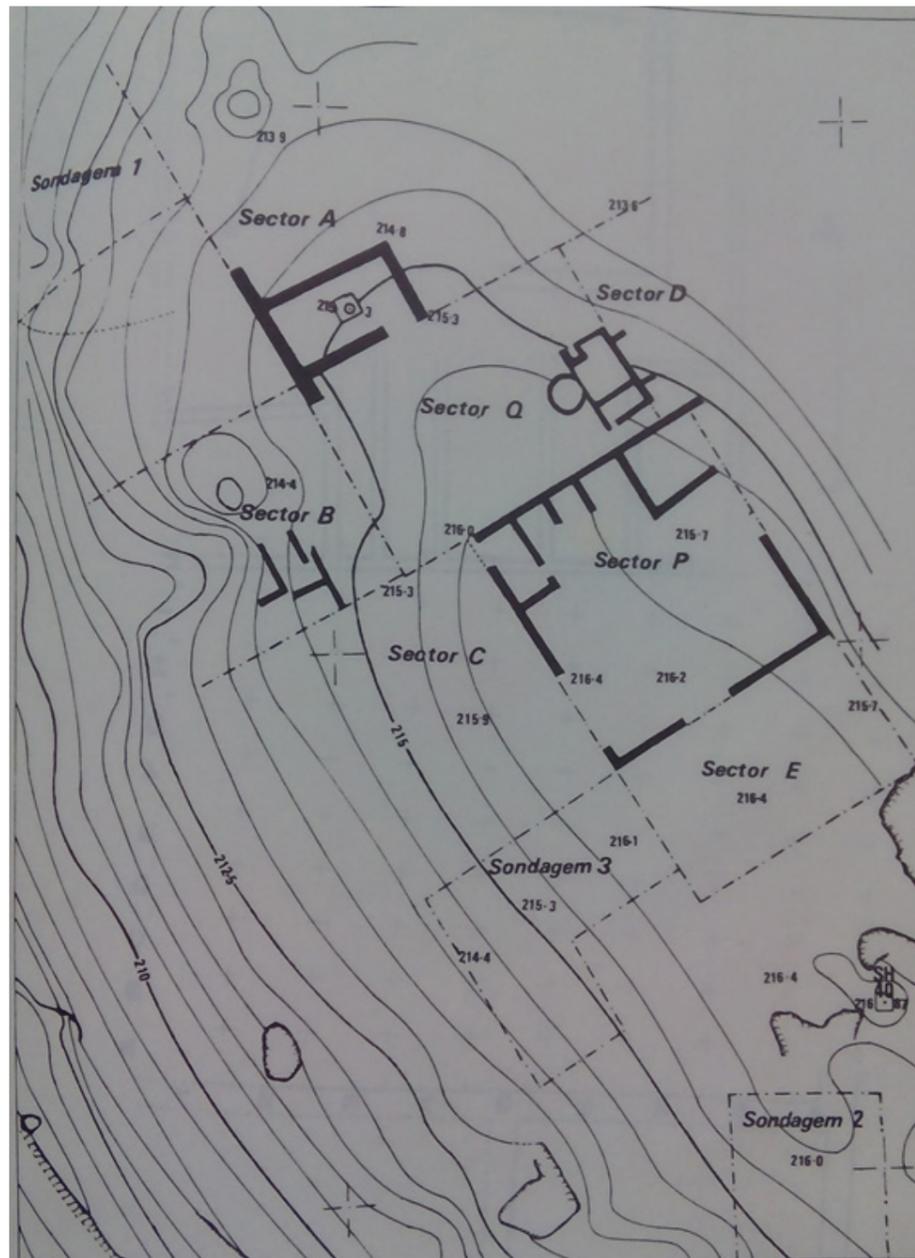


Figura 19 - Planta de escavações do acampamento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil.

62 Para informações mais completas sobre a Lomba do Canho consultar os seguintes títulos: João de Castro Nunes, Carlos Fabião, e Amílcar Guerra, *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, ed. Câmara Municipal/Arganil (Arganil, 1988); João de Castro Nunes, Carlos Fabião, e Amílcar Guerra, «O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil: Ponto da Situação)», em *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, ed. Governo Civil do Distrito de Viseu (Viseu, 1989), 403-19; Carlos Fabião, «Lomba do Canho (Arganil)», ed. João Medina, *História de Portugal* (Clube Internacional do Livro, 1997).

O desenho da Cava seria, assim, para este autor, fruto de uma planificação cuidada, sendo o uso da *centúria quadrata*, a prova final da sua origem romana.

É ainda de salientar as diferenças da Cava de Viriato com a Lomba do Canho, em Arganil, um acampamento militar romano estudado e atribuído ao século I a.C.<sup>62</sup>.

Embora a validade de todos esses estudos seja inquestionável parecemos difícil acreditar numa cronologia romana para a Cava de Viriato. A sua forma não se encaixa com a norma dos campos militares romanos e a sua implantação, a norte da cidade e do outro lado do rio, não faz sentido do ponto de vista da defesa da mesma.

Já foi referido que a zona norte de *Vissaium* seria a de defesa mais fácil devido à sua topografia acidentada. Assim, a existência de um acampamento militar, para defesa da cidade romana, faria mais sentido na zona sul ou na zona este, perto do rio Pavia, mas do mesmo lado da margem.

Quanto à sua geometrização, que se pode ligar aos romanos, é justificável através da herança do desenho da cidade romana. É muito provável que a maioria das ruas, assim como a muralha e as portas da cidade se tenham mantido até uma certa altura e tenham influenciado construções posteriores.

Quanto à teoria de Mário Saa sobre a cava ser um circo romano, também não nos parece plausível. A envolvente da cava é completamente plana, levando a crer que os muros tenham sido erguidos com material trazido de outro lugar (ou criando os fossos à volta da mesma), sendo que a construção de um circo (ou anfiteatro) seria altamente dispendiosa, demorada e que gastaria imensos recursos, levando à ocupação de um espaço completamente exterior à cidade e que seria de acesso difícil devido ao rio Pavia.

Juntando todos estes elementos à falta de achados de cronologia romana nas escavações arqueológicas realizadas na Cava paremos difícil atribuir uma cronologia romana a esta estrutura, tratando-se possivelmente de uma obra militar muçulmana ou posterior.

63 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», *Revista Arqueologia* 8 (Dezembro de 1983): 83–93. p.90

64 Sara Almeida; Pedro Manuel Sobral de Carvalho; João Perpétuo; Nádya Figueira; António Costa. «Estruturas e Contextos da Idade do Ferro em Viseu», *Al - Madan* II, n. 15 (2007): 53–59.

65 Jorge de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*. Viseu: Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal de Viseu, 1ª Edição, 1989

66 João Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade nº2*. E João Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe».

67 Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Luís Fernandes, *Vissaium O Espírito do Lugar*, ed. Arqueohoje Conservação e Restauro do Património Monumental Lda, 2009. p. 010

“A muralha, considerada *res sacra*, era um elemento fundamental, por vezes sem valor militar, cumprindo uma simples função honorífica. O estudo das características e do desenvolvimento das muralhas constitui uma apreciável fonte de informação acerca dos motivos que levaram à sua construção. Por outro lado, mesmo as verdadeiras muralhas foram frequentemente utilizadas para exprimir, como construções de prestígio, a *maiestas romana*, ...”<sup>63</sup>

O povoado da Idade do Ferro, que ocupava o morro da Sé em Viseu, já era protegido por um sistema defensivo composto por um fosso e muralha. Foram encontrados vestígios da muralha, estruturas habitacionais e material cerâmico em muitos lugares da cidade onde se efetuaram escavações<sup>64</sup>.

Após a apropriação romana do morro é erguida uma muralha, para delimitar a *civitas* refundada.

Durante o seu domínio pelo Império Romano Viseu teve duas muralhas. De funções e construção diferentes, têm uma distância de aproximadamente 3 séculos entre si, são o espelho da época em que foram construídas e das necessidades das populações que contiveram.

#### 4.5.1. A MURALHA DO ALTO IMPÉRIO

A primeira muralha de *Vissaium* foi construída durante o Alto Império, num período de relativa paz e prosperidade. Provavelmente de fundação Augusta, tinha uma função enaltecedora e decorativa, mais do que defensiva.

Atualmente, apenas é conhecido um pequeno troço desta construção, que aponta na direção da Igreja do Carmo, sendo, por isso, os traçados propostos para a mesma meramente especulativos.

Jorge de Alarcão<sup>65</sup> e João Vaz<sup>66</sup> propuseram limites para esta estrutura delimitadora da cidade, baseando-se nos achados, topografia e outros conhecimentos que dispunham. As suas propostas não diferem muito em localização e perímetro. A planta proposta pela empresa ArqueoHoje<sup>67</sup> difere das apresentadas pelos historiadores, crescendo para sudeste até à Igreja de São Miguel, onde recentemente foram encontrados vestígios de ocupação romana.

As figuras 21, 22 e 23 representam estas três propostas.

É de salientar a forma orgânica que a muralha assume nestas três propostas, adaptando-se à topografia na zona oeste e noroeste. Sendo que na planta da ArqueoHoje é visível uma geometrização na zona este, englobando as novas descobertas arqueológicas.

A acrópole onde atualmente se encontra a Sé, a Igreja da Misericórdia e o Museu Grão Vasco é um dos pontos mais altos da cidade, com um desnível abruito do lado noroeste, virado ao rio Pavia. Esta particularidade do terreno não deve ter sido ignorada pelos romanos que, certamente, a usaram a seu favor em termos defensivos, construindo a muralha de maneira a aproveitar o melhor possível esta diferença de cotas. Enquanto a planta proposta pela ArqueoHoje insere a Igreja da Misericórdia dentro do perímetro da muralha, Jorge de Alarcão e João Vaz excluem-na, fazendo a muralha passar à sua frente, seguindo mais ou menos a direito, depois disso.

O limite este é, também, relativamente semelhante até ao Largo Mouzinho de Albuquerque. Os três autores consideram que a atual Igreja de Santo António e o convento adjacente estariam integrados no recinto da cidade. A partir deste local Jorge Alarcão e João Vaz fazem passar os limites da muralha pela Rua João Mendes e a ArqueoHoje estende-a até à atual circunvalação, englobando a Igreja de São Miguel (um local de culto que se pensa remontar aos visigodos).

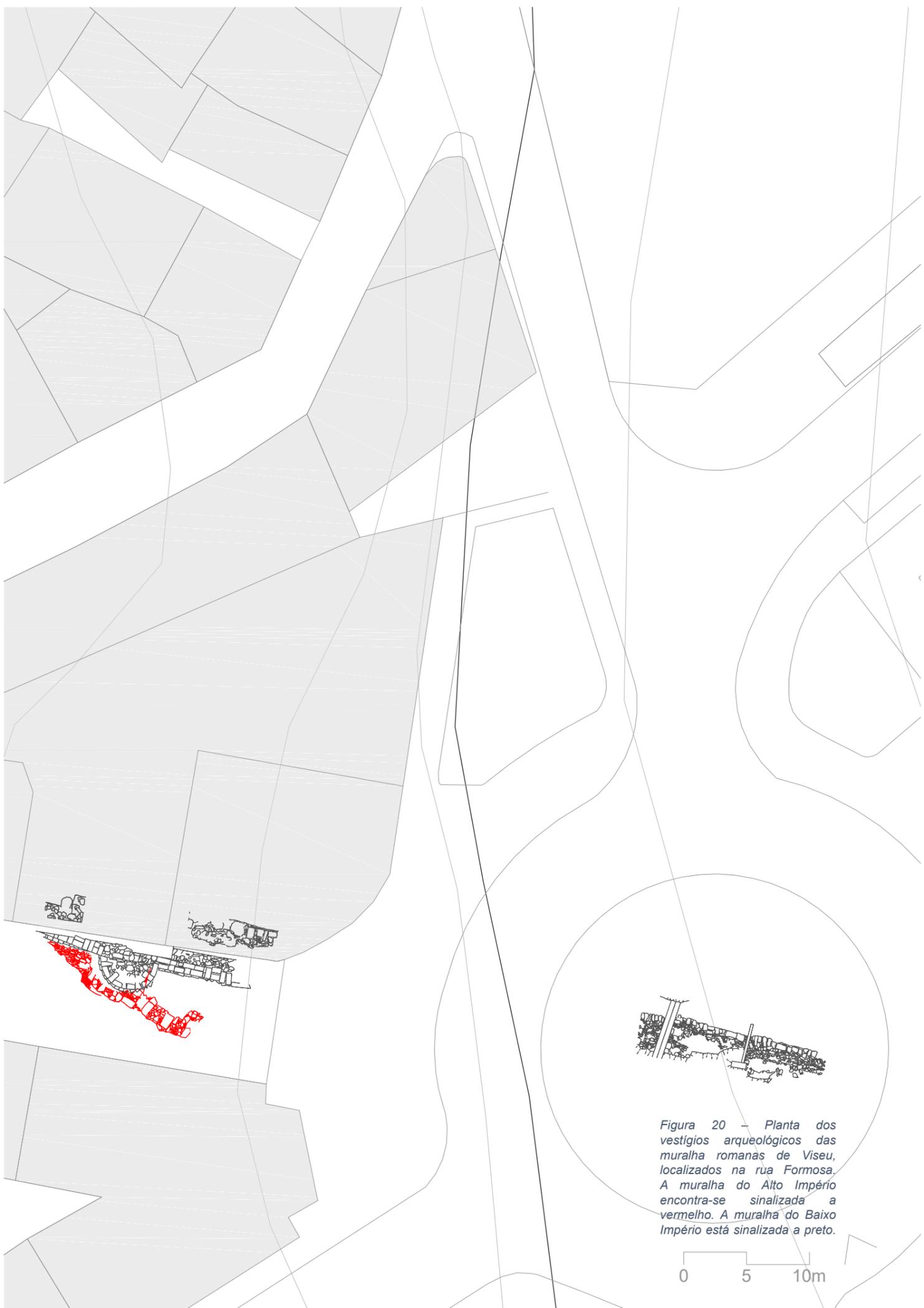


Figura 20 – Planta dos vestígios arqueológicos das muralhas romanas de Viseu, localizados na rua Formosa. A muralha do Alto Império encontra-se sinalizada a vermelho. A muralha do Baixo Império está sinalizada a preto.

0 5 10m



Figura 21 – Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo Jorge de Alarcão.



Figura 22 – Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo João Vaz.



Figura 23 – Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo a empresa ArqueoHoje.





Figura 24 – Interior da muralha romana de Idanha a Velha. É visível o reaproveitamento de partes de um edifício na construção da muralha.



Figura 25 – Planta da muralha da cidade de Vissaium segundo Amorim Girão. Os círculos maiores representam os dois pontos-fronteira da muralha, os círculos mais pequenos são reconstituições do limite através do restante texto, feitos pela autora.



68 Esta retração das cidades está muito bem documentada em *Conimbriga*, onde é possível ver as ruínas das casas abandonadas com a retração da muralha, bem como a utilização de alguns dos seus materiais na construção da nova muralha.

69 Vitruvius I, V, 4 "As distâncias entre as torres deverão ser efetuadas de tal maneira que o intervalo entre cada uma não seja maior do que o alcance de um dardo." Esta medida não seria fixa e dependia de diversos fatores. Para uma explicação detalhada sobre a distância entre as torres consultar: Adriaan De Man, «Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia» (Universidade do Porto, 2008). p. 31 - 35

70 Adriaan De Man, «Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia» (Universidade do Porto, 2008). p. 241 - 243

71 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 351

72 Para o texto completo consultar: >Jorge de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*. >Amorim Girão, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*. > Maximiano de Aragão, *Viseu (Apontamentos Históricos)* Tomo I.

73 Amorim Girão, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*. p. 28 - 31

74 Amorim Girão, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*. p. 31

O limite sul passa próximo da rua Formosa, local onde se encontrou um troço de muralha do baixo império e outro troço do Alto Império. O limite oeste passa pelo mercado 2 de Maio, englobando-o em parte no caso da planta proposta pela ArqueoHoje, enquanto que os outros dois autores o excluem.

#### 4.5.2. A MURALHA DO BAIXO IMPÉRIO

Erguida durante a época de invasões dos povos bárbaros ao Império Romano, a segunda muralha de *Vissaium* teve certamente um uso diferente da sua antecessora. Este período de invasões e confrontos, que criaram um sentimento de insegurança nos povos, leva a uma retração das cidades para perímetros mais seguros e facilmente defensíveis<sup>68</sup>. *Vissaium* não foi exceção a este fenómeno. Parte da muralha do Alto Império foi certamente destruída e usada na reconstrução da nova, assim como materiais provenientes de edifícios destruídos durante a retração do perímetro. Este reaproveitamento é visível em várias muralhas romanas desta época.

Tal como acontece com a muralha do Alto Império, os vestígios são muito poucos. Apareceu um troço da muralha do Baixo Império, com torre<sup>69</sup> e dois arranques de parede na rua Formosa e uma parte do pano interior da muralha na rotunda de Santa Cristina, ao fim da rua referida anteriormente. A análise destes dois achados permite afirmar que a muralha romana de *Vissaium* do Baixo Império teria uma largura entre os 3 *passus* (4.50m) e os 3 *passus* e 2 *pes* (5m). Ambos os troços se encontram musealizados e são visíveis por qualquer transeunte.

A existência destas torres semicirculares na muralha leva os historiadores a relacionar esta construção com as muralhas romanas de Idanha-a-Velha, troços das quais se encontram ainda relativamente intatos. As torres são ainda interpretadas como uma iniciativa vanguardista para o seu tempo, no território abaixo do Douro<sup>70</sup>.

João Vaz afirma que durante escavações ao lado da Igreja de Santo António se encontrou um troço desta muralha, a dois metros de profundidade e com 1 *passus* (1.50m) de largura<sup>71</sup>.

Troços da muralha romana seriam ainda visíveis na cidade no século XII. Amorim Girão e Maximiano de Aragão referem, que em documentos medievais sobre a cidade, aparecem referidos estes troços da fortificação. O primeiro será parte de uma doação de D. Henrique e D. Teresa à Sé de Viseu, do ano de 1110, e aparece referido como *murum vetus*. Nas inquirições de D. Teresa, em 1127, é referido um muro chamado *vedro*. Estas duas estruturas seriam partes da muralha romana<sup>72</sup>.

Para o período do Baixo Império não são feitas tantas abordagens desenhadas, existindo apenas vagas menções à diminuição da cidade, tal como se observou por todo o Império. Alguns autores referem, no entanto, pontos por onde passaria a muralha nesta época.

Amorim Girão refere que o Largo de Santa Cristina e a Rua do Arco seriam os pontos extremos da muralha romana. Refere ainda diversos documentos medievais onde aparecem designações a muros velhos que poderão ser romanos<sup>73</sup>, assim como os sítios onde se localizariam. Seguindo esta lógica de raciocínio afirma que o alto da Sé não faria parte do interior da cidade romana:

*“E, como na doação do Conde D. Henrique, de 1110, se diz claramente que, dentro dos referidos muros, ficavam compreendidas as estradas de S. Miguel e a Regueira, temos forçosamente de concluir que estes descreveriam um circuito fechado na parte baixa da cidade, sem abranger o Largo da Sé e seus anexos”<sup>74</sup>.*



Figura 26 – Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Baixo Império, segundo João Vaz. 



Figura 27 - Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Baixo Império, segundo a empresa Arqueohoje. 

João Vaz afirma, por sua vez, que os limites da cidade devem ter recuado a norte e oriente, deixando toda a zona da Regueira, do Largo Mouzinho de Albuquerque e da Rua Capitão Silva Pereira até Santa Cristina fora do perímetro da cidade. Estes limites criam uma forma anormal para a cidade que não nos parece correta.

A empresa ArqueoHoje propõe um traçado para a muralha do Baixo Império que coincide com o traçado que Jorge Alarcão e João Vaz propuseram para o Alto Império.

Esta alteração de perímetro, e cronologia, feita pela ArqueoHoje tem de ser interpretada tendo em conta os descobrimentos na zona de S. Miguel, que aumentam significativamente a área de ocupação romana no Alto Império. Tornando o perímetro proposto para o Alto Império mais adequado a uma ocupação durante o Baixo Império, com a retração da cidade para uma zona mais fácil de defender.

Analisando os traçados propostos por outros que estudaram a cidade, apresentamos nas imagens seguintes as muralhas de Viseu na época romana, alto e baixo império, desenhadas sobre a topografia à época romana. É visível a adaptação da muralha ao terreno, construída com o intuito de potencializar o local onde se insere.

Pouco se sabe do que acontecerá a esta muralha nos séculos que sucedem a queda do Império Romano do Ocidente, com as sucessivas disputas pelo território. Sabe-se que Viseu não teve muralha até aos finais do século XIV, existindo assim um intervalo de dez séculos durante os quais a muralha romana foi mantida ou destruída, de acordo com as necessidades da população.

*“O CICLO DE DECADÊNCIA e renascimento das cidades europeias, entre a queda do Império Romano do Ocidente e a Baixa Idade Média, foi acompanhado pela sucessiva destruição e reconstrução dos sistemas defensivos urbanos, estruturas que, de algum modo, representaram em cada um dos estratos históricos deste processo, o poder conquistador e a identidade da própria cidade. Pode dizer-se que a muralha foi a estrutura-limite que deu sentido à organização urbana dos povoados que resistiram ou ressurgiram da ruína, entre as invasões bárbaras e a reconquista da estabilidade política e económica na Europa a partir do séc. X. Da sua vocação marcial – a de construir a garantia de defesa e contra-ataque na guerra entre os povos – à sua vocação comercial – a de representar um limite administrativo no controlo do fluxo comercial entre a cidade e o resto do território, a muralha simbolizou sempre o sistema político-estratégico dos diversos poderes em jogo – militar, eclesiástico, feudal, burguês.”<sup>75</sup>*

A nova muralha, medieval, vai tomar um percurso semelhante ao da muralha do Baixo Império mantendo a cidade confinada ao seu perímetro reduzido durante séculos.

75 Nuno Grande, *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa* (Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002).

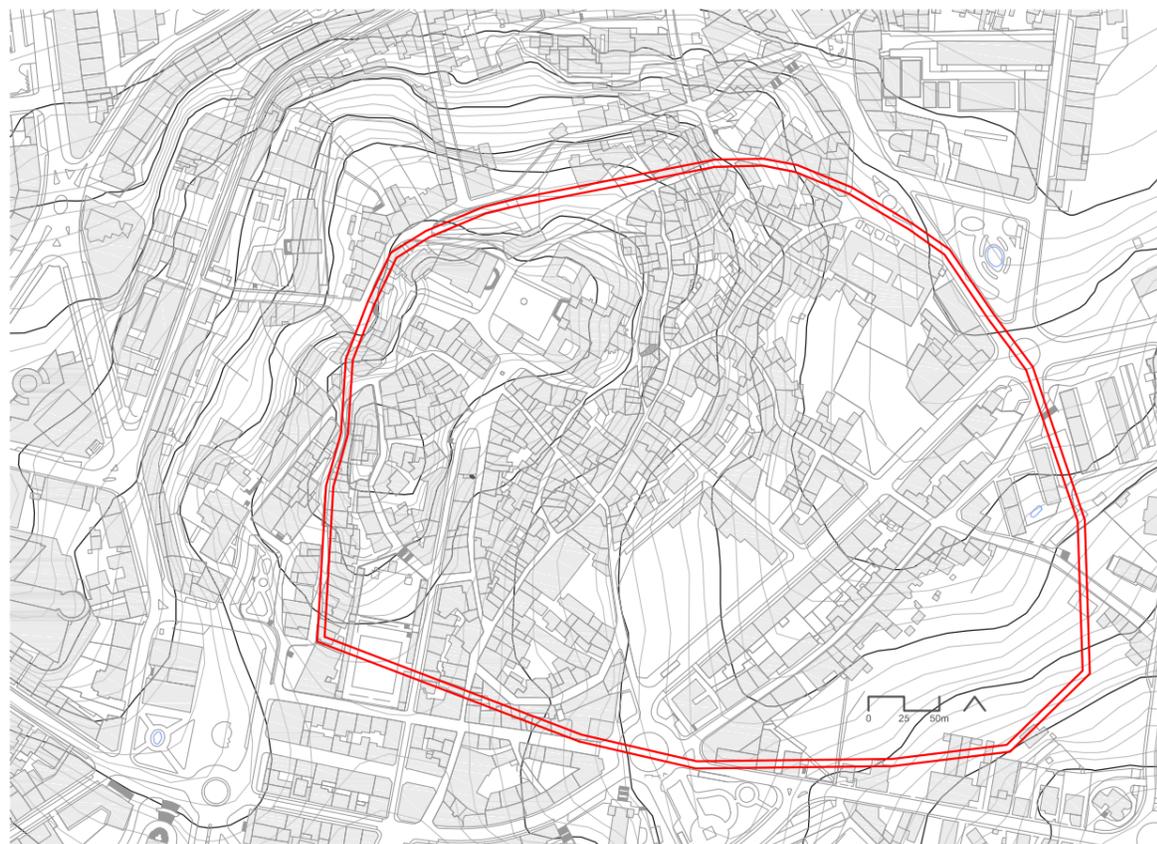


Figura 28 – Planta da atual cidade de Viseu com a topografia à época romana. O perímetro da cidade no Alto Império encontra-se assinalado a vermelho.

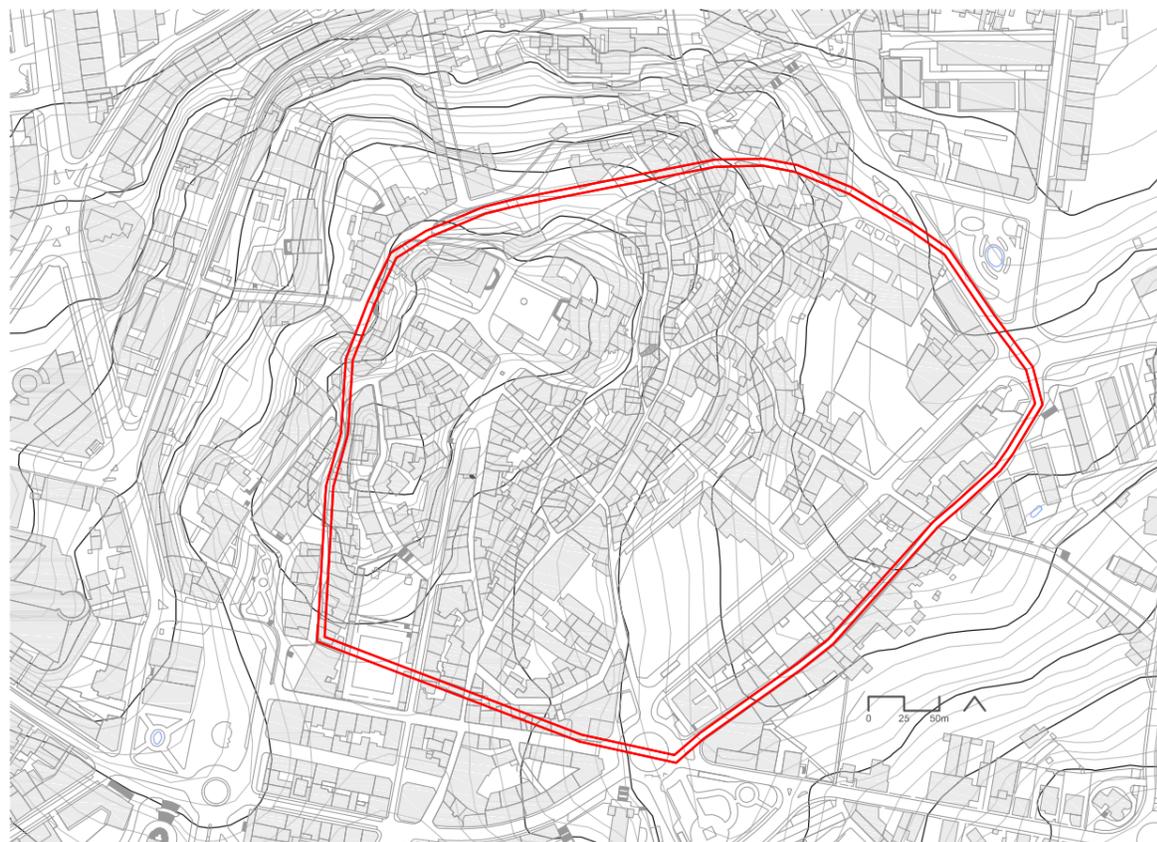


Figura 29 - Planta da atual cidade de Viseu com a topografia à época romana. O perímetro da cidade no Baixo Império encontra-se assinalado a vermelho.

PRINCIPAIS VESTÍGIOS ROMANOS DE VISEU . 2009

- Forum
- Cardus maximus
- Decumanus maximus
- Traçado hipotético da muralha Alto-Imperial
- Traçado hipotético da muralha Baixo-Imperial
- Cardus minus
- Decumanus minus

1. Templo
2. Basílica paleocristã
3. Rua D. Duarte 68-72
4. Praça D. Duarte, nº 1
5. Insula da Rua da Prébenda
6. Insula do Loteamento do Quintal
7. Tanque das termas (?)
8. Necrópole do Funicular
9. Necrópole da Av. Ermidio Navarro
10. Necrópole de S. Miguel
11. Necrópole do Cerrado

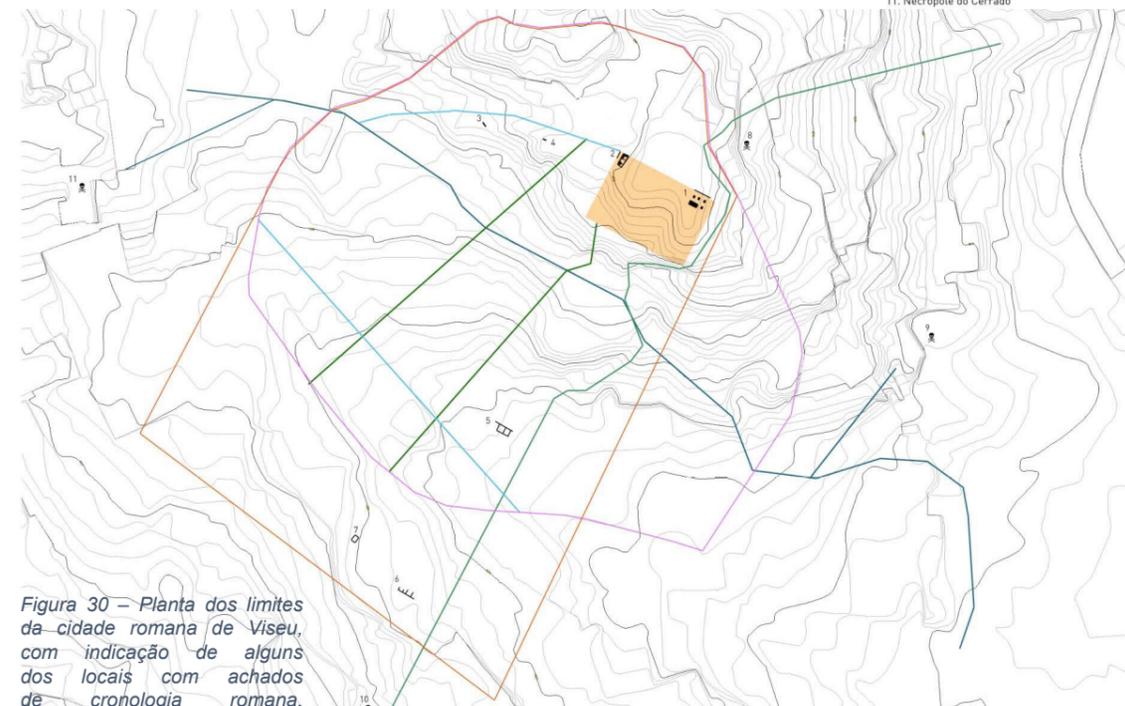


Figura 30 – Planta dos limites da cidade romana de Viseu, com indicação de alguns dos locais com achados de cronologia romana.



Figura 31 - Planta das muralhas de Viseu. A vermelho a muralha do Baixo Império, segundo a ArqueoHoje. A amarelo a muralha medieval da cidade.



Figura 32 – Porta de entrada na cidade romana de Idanha a Velha.



Figura 33 – Via Appia em Roma.

76 Rui Manuel Sobral Centeno; Carlos Fabião; Amílcar Guerra; Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel; Arnaldo M. do Espírito Santo. *Civilizações Clássicas II Roma*, ed. Rui Manuel Sobral Centeno (Universidade Aberta, 2014). p.151-152

A existência de uma fortificação que protege a cidade pressupõe que existam meios de a transpor permitindo, assim, a fluidez de pessoas e das rotas comerciais. Esta passagem era feita através de aberturas na muralha, conhecidas como portas.

Não existem vestígios destas portas na atual cidade de Viseu, no entanto, os historiadores que se debruçaram sobre a história da cidade afirmam que seriam quatro, cada localizada num dos extremos das duas principais ruas de *Vissaium*: o *cardo* e o *decumanus maximus*.

Estas portas localizar-se-iam perto das necrópoles. É sabido que os romanos não enterravam os seus mortos dentro das cidades, mas isso não significava que os cemitérios fossem tão afastados das cidades que não fosse possível a realização do culto fúnebre. Muitas vezes os cemitérios estendiam-se ao longo das vias que saíam da cidade, como no caso da Via Appia, em Roma<sup>76</sup>.

É assim sugerido que, aproveitando a topografia do terreno, as quatro portas seriam as seguintes:

**A sul**, no lado Sul do *cardo maximus*, na zona do Cimo da Vila ou Quatro Esquinas, localizada no cimo da Rua Direita. Por esta porta saía a via Principal VI. É a única porta que não tem uma necrópole do Alto Império associada. Fizeram-se, no entanto, enterramentos nesta zona no Baixo Império, descobertos com a escavação e musealização do troço de muralha na Rua Formosa. Podendo presumir que esta situação seria uma tradição que vinha desde o século I.

**A norte**, topo norte do *cardo maximus*. Junto desta porta existia a necrópole da Avenida Emídio Navarro. A estrada prolongava-se para fora das muralhas pela Via II, que passava junto à Cava e se bifurcava depois em Abraveses.

**A oriental**, na ponta da Rua do Gonçálio, prolongada para o exterior pela rua Simões Dias, zona de S. Miguel, ou seja, o extremo oriental do *decumanus maximus*. Por esta porta saía uma via, que logo à saída da cidade se bifurcava nas vias IV e I.

A zona da capela de S. Miguel está ligada a várias lendas, uma das quais afirma que o último rei visigodo foi enterrado neste local. As escavações nesta área e na sua envolvente revelaram a existência de necrópoles com um longo período de utilização. Estes fatores levam alguns historiadores a afirmar que esta seria a principal zona de enterramento da cidade, à época romana.

**A ocidental**, na zona do atual funicular foi escavada uma necrópole, de dimensões consideráveis, que teve um longo período de uso. Nesta necrópole foram ainda encontradas inscrições de outros povos, provando que os *Vissaiegi* mantinham relações com outras regiões da península. A porta, que se lhe encontrava associada, daria saída às vias III e IV da rede principal<sup>77</sup>.

“É curioso salientar que, alguns séculos mais tarde, junto das portas acabaram por se erguer capelas em honra dos santos cristãos: no extremo oriental do *decumanus maximus* levantou-se a capela de S. Miguel do Fetal, ...; do lado norte do *cardo maximus*, existe desde há muitos séculos a capela de S. Luís, Rei de França que hoje tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, ...; do lado sul e sudeste, existiam as antiquíssimas capelas de S. Martinho e a de Santo Amaro/ Santa Cristina, esta destruída em 1974.<sup>78</sup>”

77 João Vaz, no seu estudo sobre a cidade de 1993, posiciona esta porta na zona do Soar onde, atualmente, ainda se encontra uma porta medieval da cidade. Assumia assim que o povoado medieval tinha aproveitado ao máximo a malha herdada do povoado romano.

78 João Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe». p. 183

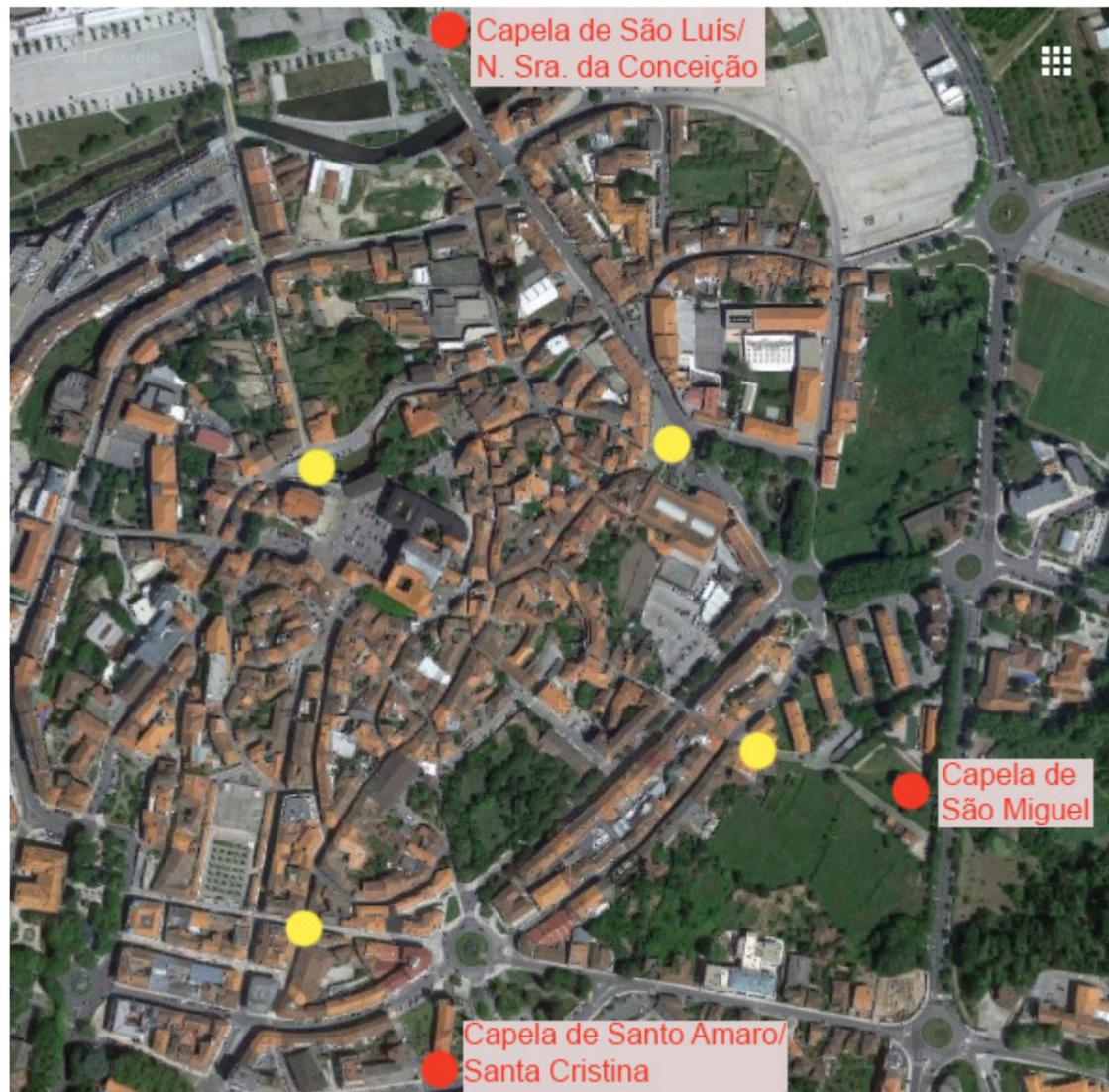


Figura 34 – Planta da cidade de Viseu com marcação das portas romanas (segundo João Vaz) a amarelo e as capelas que se construíram nas suas proximidades a vermelho.

▲  
N

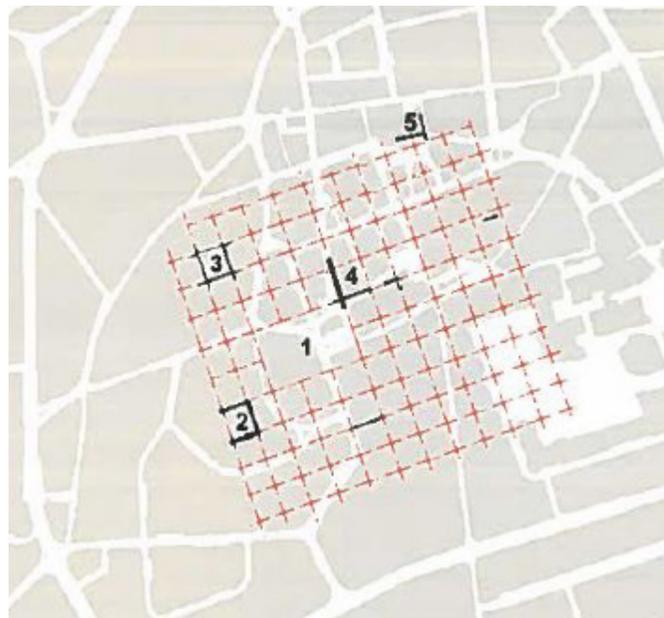


Figura 35 – Bracara Augusta: representação da cidade romana, perfeitamente ortogonal, sobre a atual cidade de Braga.

79 Vitruvius. *Tratado de*  
*Arquitectura.* M. Justino  
Maciel(Trad.) (IST  
Press, sem data).I, VI, I

Como refere Vitruvius: “*Circundado o recinto, seguir-se-ão as divisões das áreas dentro da muralha e as orientações das praças e das ruas. Serão, de fato, traçados como deve ser se habilmente se afastarem das ruas os ventos que, se forem frios, prejudicam, se quentes, corrompem, se húmidos, são nocivos.*”<sup>79</sup> os romanos organizaram as cidades no seu território a partir de duas vias principais: *cardo maximus* e *decumanus maximus*, que se orientavam no sentido norte-sul e oeste-este, respetivamente. Após a marcação destes dois eixos, as restantes ruas e construções eram feitas tendo os principais arruamentos em consideração, assim como a topografia do sítio.

Em condições ideais, a junção destes arruamentos criaria uma malha hipodâmica perfeitamente paralela e perpendicular, com o centro cívico ao centro, no cruzamento das duas vias principais o *cardo* e o *decumanus maximus*.

Como foi referido anteriormente, a decisão da orientação destas duas ruas prendia-se com a orientação solar, e, por consequência, dos pontos cardeais. A topografia, a existência de cursos de água não estagnada, a orientação dos ventos, fertilidade do solo, construções existentes, entre outros fatores eram tidas em consideração quando se traçavam o *cardo* e o *decumanus maximus* e, por consequência, a restante cidade.

Ainda não foram descobertos vestígios das antigas vias que estruturavam *Vissaium*; não obstante, analisando a topografia do terreno onde se implanta a cidade, é fácil perceber que a implantação de um traçado hipodamico, perfeitamente ortogonal, seria muito difícil.

A inexistência de vestígios não é impeditiva a especulações.

Jorge Alarcão e João Vaz propõem a localização dos arruamentos da cidade romana de *Vissaium*, através da análise do traçado atual e da sua toponímia.

Os dois autores afirmam que o *cardo maximus* corresponderia à atual rua Direita (o seu nome indica que será uma rua em utilização desde a Idade Média, pelo menos) e que a rua do Gonçalinho seria o *decumanus maximus*.

A rua do Gonçalinho não atravessa a cidade de uma ponta à outra, especulando-se que também o *decumanus maximus* sofreria uma inflexão, no seu cruzamento com o *cardo maximus*.

Na junção destes dois arruamentos cria-se uma inflexão grande (um cotovelo como João Vaz lhe chama) que, observando o terreno no seu estado natural se nos afigura como feito pelo homem.

No desenho dos arruamentos, propostos por João Vaz (figura 38), são visíveis, para além do *cardo* da rua Direita e do *decumanus* da rua do Gonçalinho (que se prolonga para a rua Escura, calçada da Sé e travessa da Misericórdia), os *cardos*: da rua João Mendes, avenida Capitão Silva Pereira, rua da Árvore e Largo da Prebenda, e calçada da Vigia, Largo António José Pereira, largo da Misericórdia e zona do Soar; e os *decumanus*: da rua da Prebenda, rua das Ameias até às Escadinhas da Sé, rua Augusto Hilário, rua do Chantre, Quinta da Prebenda e rua de Grão Vasco.

Jorge de Alarcão propõe um traçado, para a cidade de *Vissaium*, menos orgânico que o de João Vaz (figura 39). Concorda com anterior na localização do *cardo* e do *decumanus maximus*, mas com um desenho mais retilíneo, eliminando o cotovelo formado na atual interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita. Para além destas duas ruas propõe um *cardo* a norte da avenida Capitão Silva Pereira, que acabaria na atual igreja de Santo António. Para *decumanus minor* propõe três seções de rua: uma no lado oeste da igreja de Santo António, que acabaria na atual viela da Carqueja, outra paralela a esta, mais perto da rua do Gonçalinho, e a terceira a este da rua do Carmo. Refere ainda outro *decumanus* que começaria no cruzamento da avenida Capitão Silva Pereira com a rua da Prebenda, seguiria por esta última até se encontrar

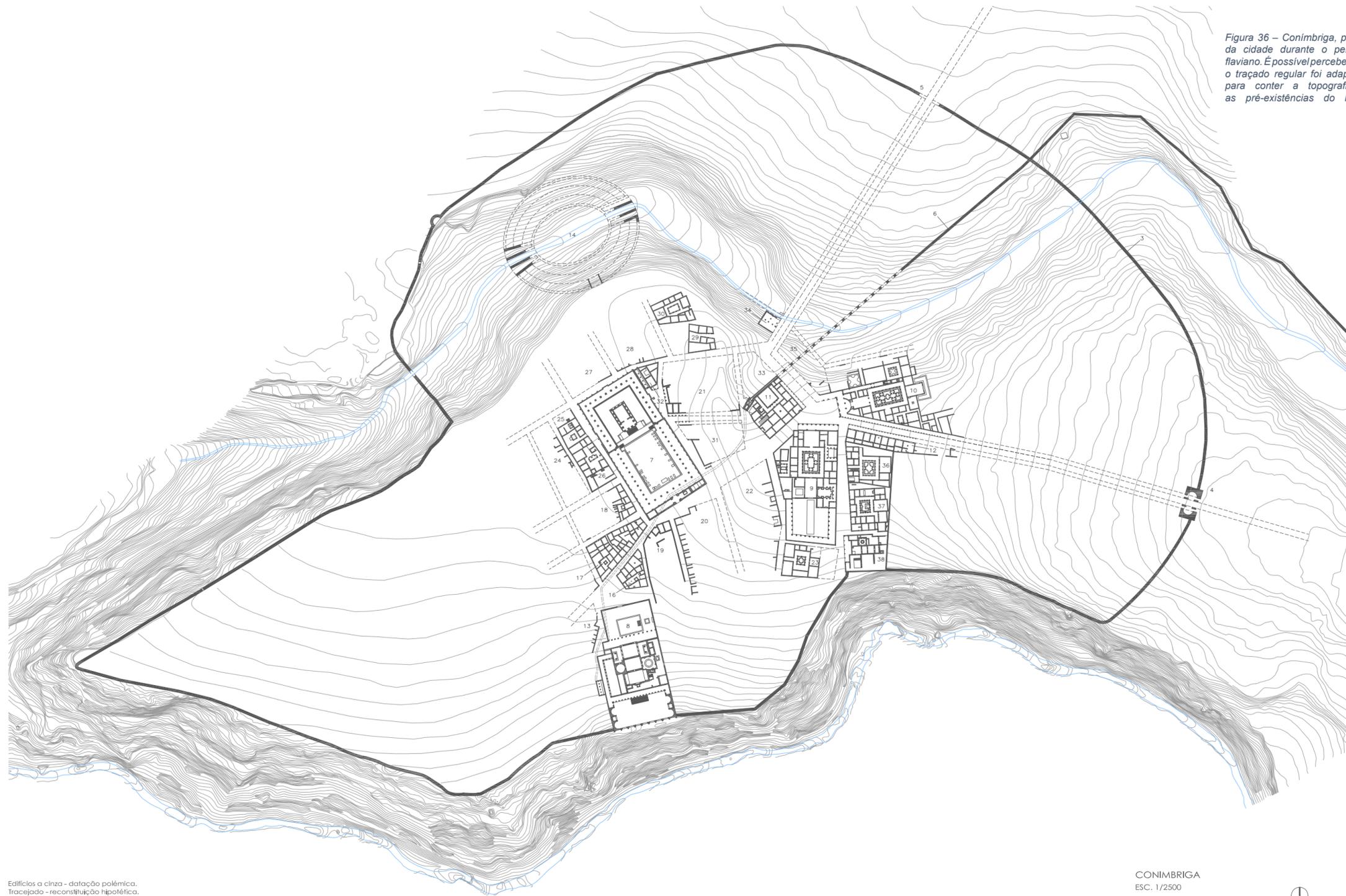


Figura 36 – Conimbriga, planta da cidade durante o período flaviano. É possível perceber que o traçado regular foi adaptado para conter a topografia e as pré-existências do local.

80 Optou-se por usar 150 *pes* em vez de 120 *pes*, como em *Aquae Flaviae*. Consultar: Margarida Oliveira Alves, «*Aquae Flaviae: a ruína como imagem de cidade*» (Universidade do Porto, 2015). p. 129 - 148

81 Carla Santos, Sónia Cravo, e Nádia Figueira, «Uma *Insula* em *Vissaium*», *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, 2013.

com a rua Direita e continuaria pela rua das Ameias, cortando a torre da Sé e acabando na muralha.

Tendo como base estas duas plantas de estudo, a topografia do que seria Viseu, à chegada dos romanos, assumindo uma largura de vias e passeios de 12 *pes* (3.55m) e uma distância entre eixos de via de 150 *pes*<sup>80</sup>, 30 *passus* (45m), criou-se uma nova planta de arruamentos da cidade.

Partiu-se dos achados na rua da Prebenda, onde o relatório de escavações afirma que o muro este seria exterior-interior e teria acesso a um *cardo minor*<sup>81</sup>. Traçou-se uma via com passeios, nas medidas referidas anteriormente, que parte deste muro, obtendo assim o primeiro arruamento da cidade. (figura 40)

Tomando uma distância de 150 *pes* ao eixo de via, como referido anteriormente, desenharam-se os restantes *cardos* da cidade. (figura 41)

82 Ver figura 39

Para o desenho dos *decumanus*, que faziam as restantes ruas da cidade, não dispomos de vestígios que indiquem claramente uma direção, como aconteceu com os *cardos* e a *insula* na rua da Prebenda. Optou-se, assim, por sobrepor a planta da cidade proposta por Jorge de Alarcão<sup>82</sup> aos *cardos*. A perpendicular é obtida através da rua do Gonçalinho que, como referido anteriormente, é considerado o *decumanus maximus* da cidade. (figura 42)

Obtendo o primeiro eixo dos *decumanus* traçou-se, a partir deste, as restantes ruas com os respetivos afastamentos, iguais aos usados para o desenho dos *cardos*. (figura 43)

A grelha da cidade romana de Viseu é assim criada evidenciando paralelismos com os arruamentos propostos por Jorge Alarcão, uma interessante simetria com o atual edifício da Sé e alto da cidade (figura 44). Se excluirmos os quarteirões que cortam necrópoles (assinaladas com um círculo) e a muralha descoberta na rua Formosa obtemos uma cidade de 11 por 11 quadriculas. (figura 45)

83 Ver capítulo 4.5 - Muralhas

O limite da cidade não terá sido rigoroso e geométrico e por isso sobrepôs-se esta grelha aos limites da muralha do alto império, definidos anteriormente<sup>83</sup>. (figura 46)

Adaptando a grelha para acomodar estes novos limites obtém-se uma malha mais orgânica e próxima do que seria a cidade romana, mantendo ao mesmo tempo a sua origem geométrica.

Edifícios a cinza - datação polémica. Traçado - reconstrução hipotética.

3. Muralha augustana; 4. Porta de Sellium; 5. Porta de Aeminium; 6. Aqueduto augustano; 7. Fórum flaviano; 8. Termas Flávio-Trajánicas; 9. Casa de Cantaber (2ª fase); 10. Casa dos Repuxos (2ª fase); 11. Insula do Aqueduto; 12. Lojas a Sul da Via; 13. Insula a Oeste das Termas; 14. Anfiteatro; 16. Insula a Norte das Termas; 17. Insula do Vaso Fático; 18. Insula a Oeste do Fórum; 19. Casa de Andercus; 20. Insula da Pátera Emmanuel; 21. Insula Porticada a Leste do Fórum; 22. Insula a Oeste da Casa Cantaber; 23. Casa de Tancinus; 24. Insula do Tesouro; 25. Casa de Valerius Daphinus; 26. Casa do Mecianum Absidada; 27. Insula 1, a Norte do Fórum; 28. Insula 2, a Norte do Fórum; 29. Insula das Portas do Sol; 30. Casa do Tridente e Espada; 31. Insula Porticada 2, a Leste do Fórum; 32. Latrinas do Fórum; 33. Termas do Aqueduto; 34. Insula a Norte do Viaduto; 35. Insula a Sul do Viaduto; 36. Casa da Cruz Suástica; 37. Casa dos Esqueletos; 38. Termas da Muralha.

CONIMBRIGA  
ESC. 1/2500

0 20 40 60 80 100m

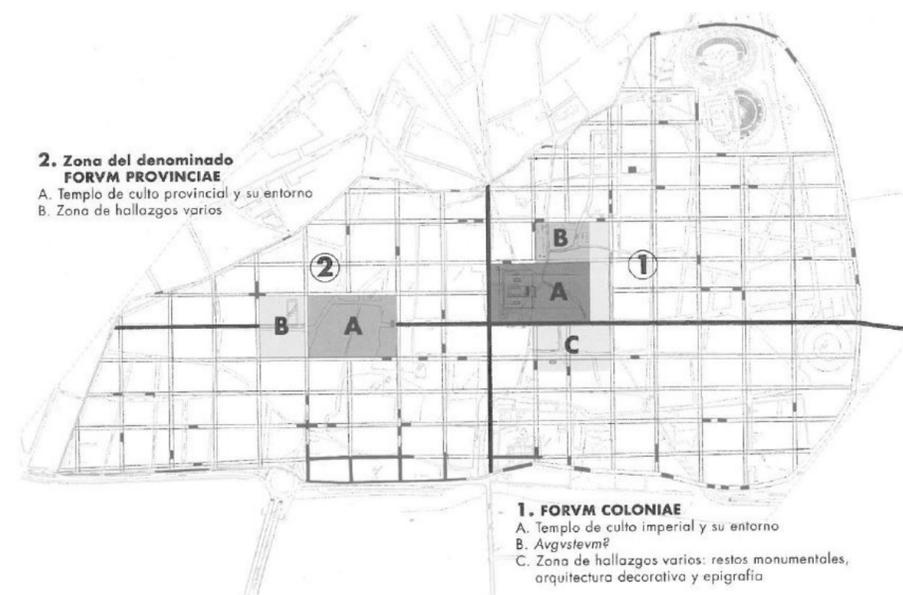


Figura 37 – Planta da cidade romana de Mérida. O forum provinciae corta uma das vias principais, tal como a topografia sugere que tenha acontecido em Viseu.



Figura 38 – Planta da cidade romana de Vissaium, muralhas e ruas, segundo João Vaz.



Figura 39 – Planta da cidade romana de Vissaium, muralhas e ruas, segundo Jorge de Alarcão.



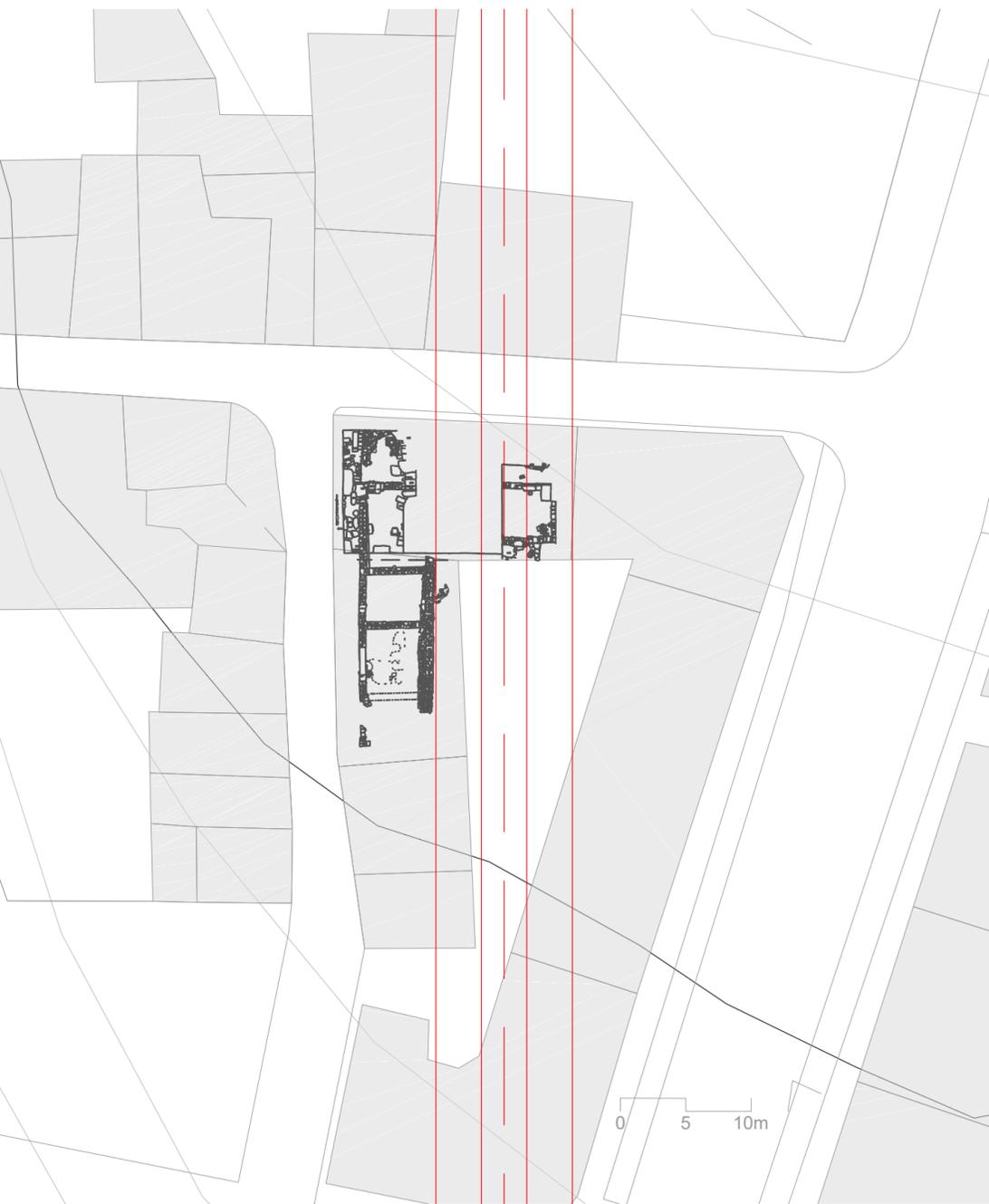


Figura 40 – Planta dos achados na rua da Prebenda sobrepostos ao edificado atual. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos, desenhados a partir do muro da insula romana. A tracejado o centro desta via e passeios.

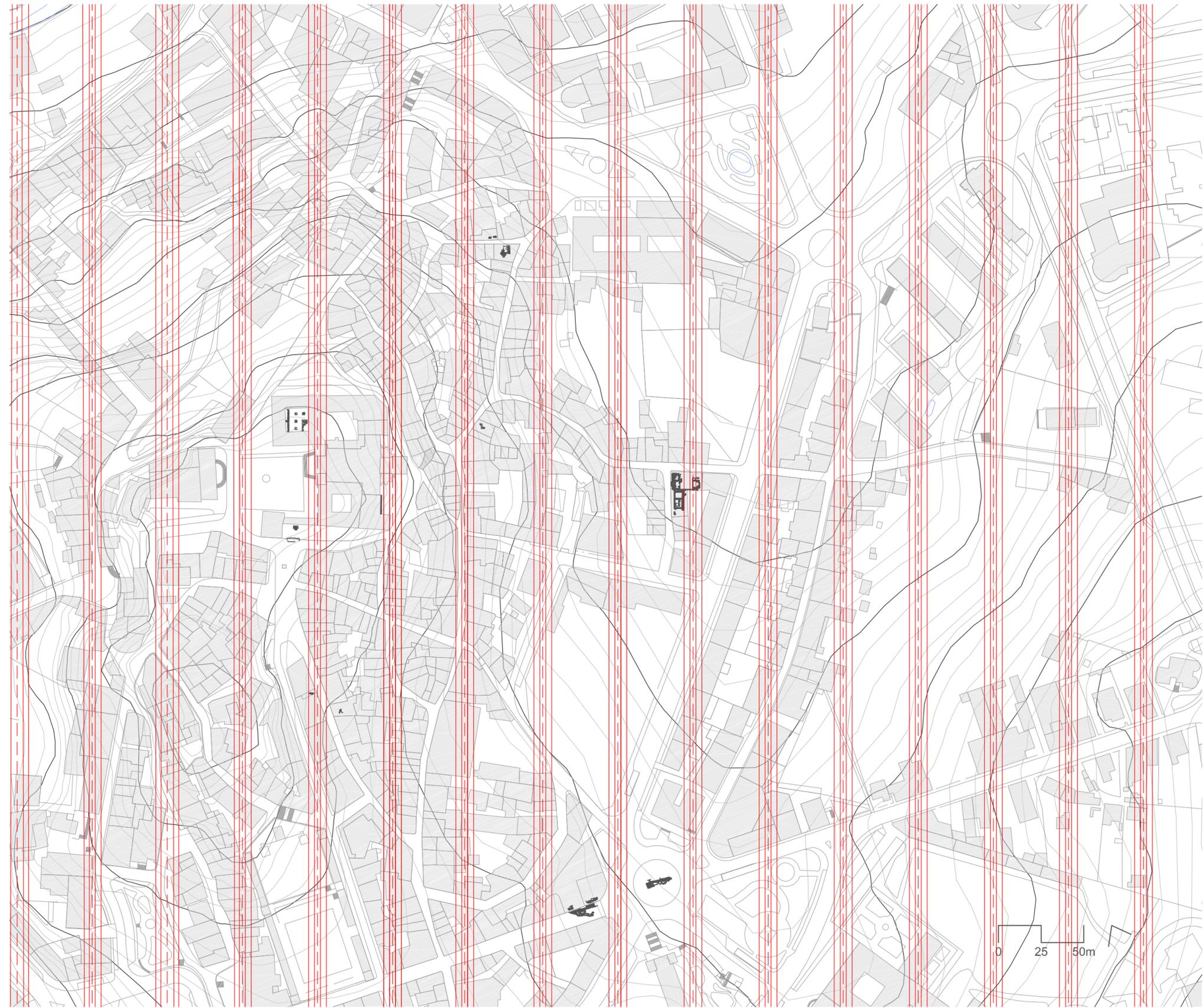


Figura 41 – Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos.

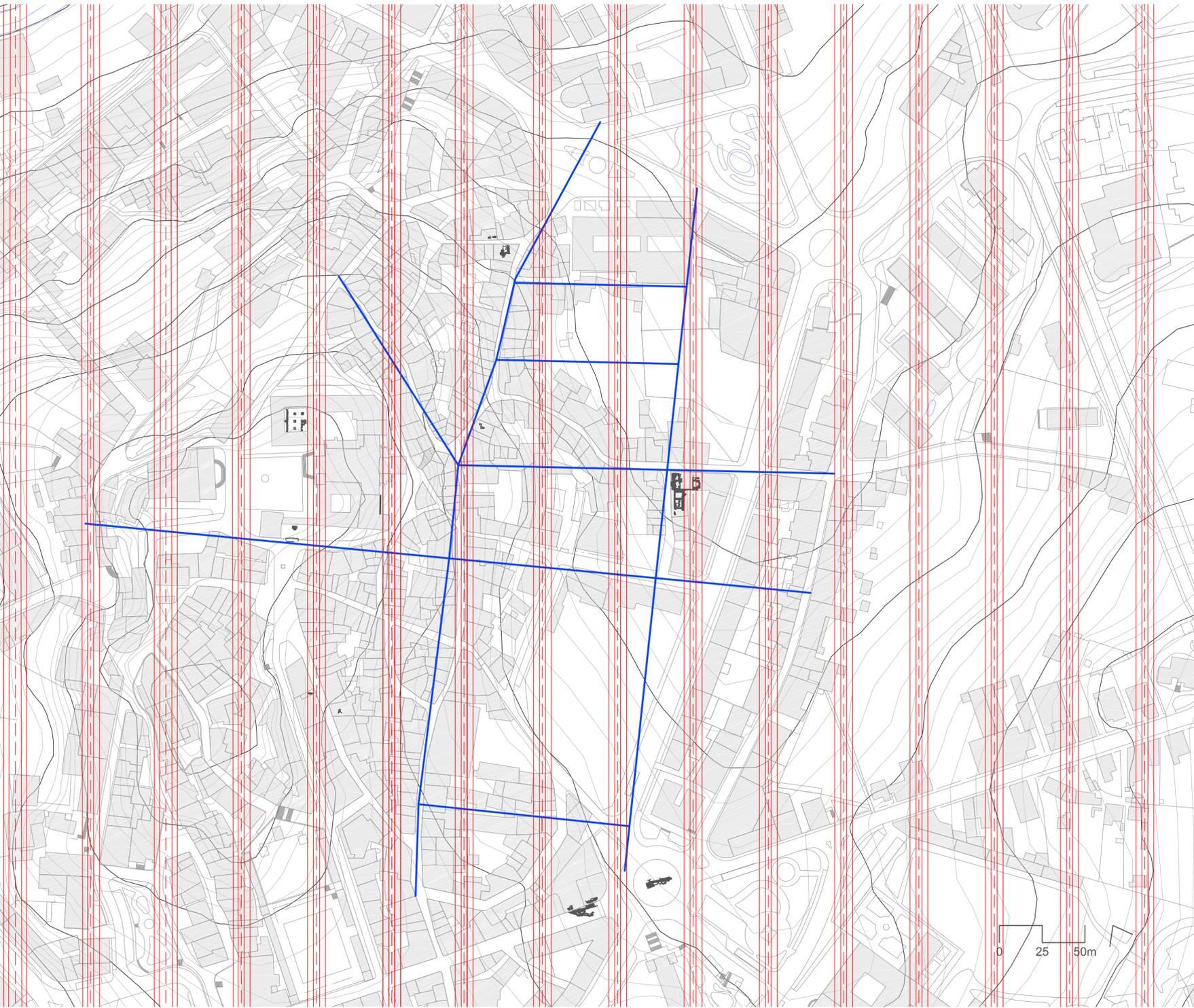


Figura 42 – Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão.



Figura 43 - Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão. Na interseção foi marcado eixo dos arruamentos perpendiculares.

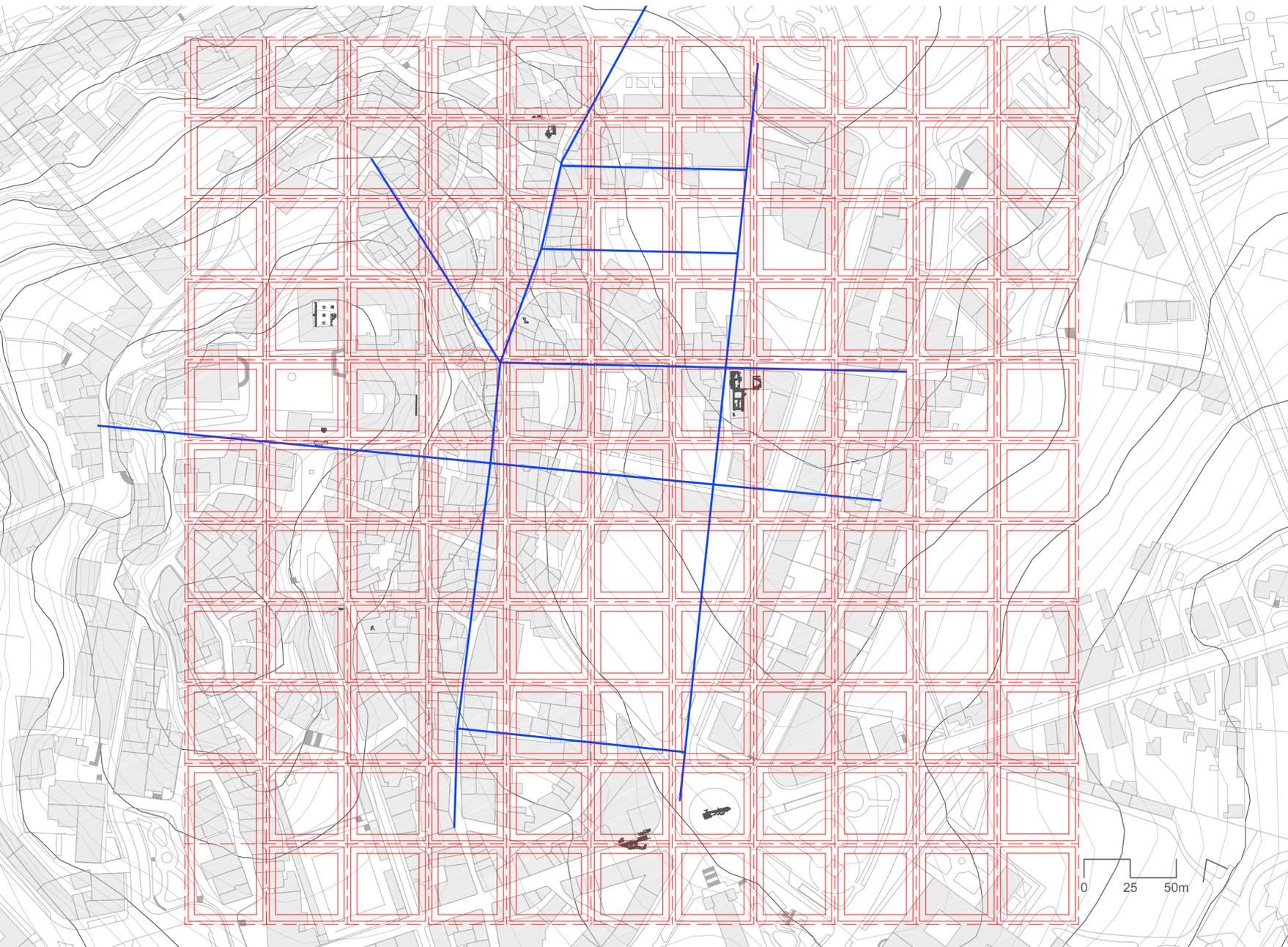


Figura 44 - Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e decumanus e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão.

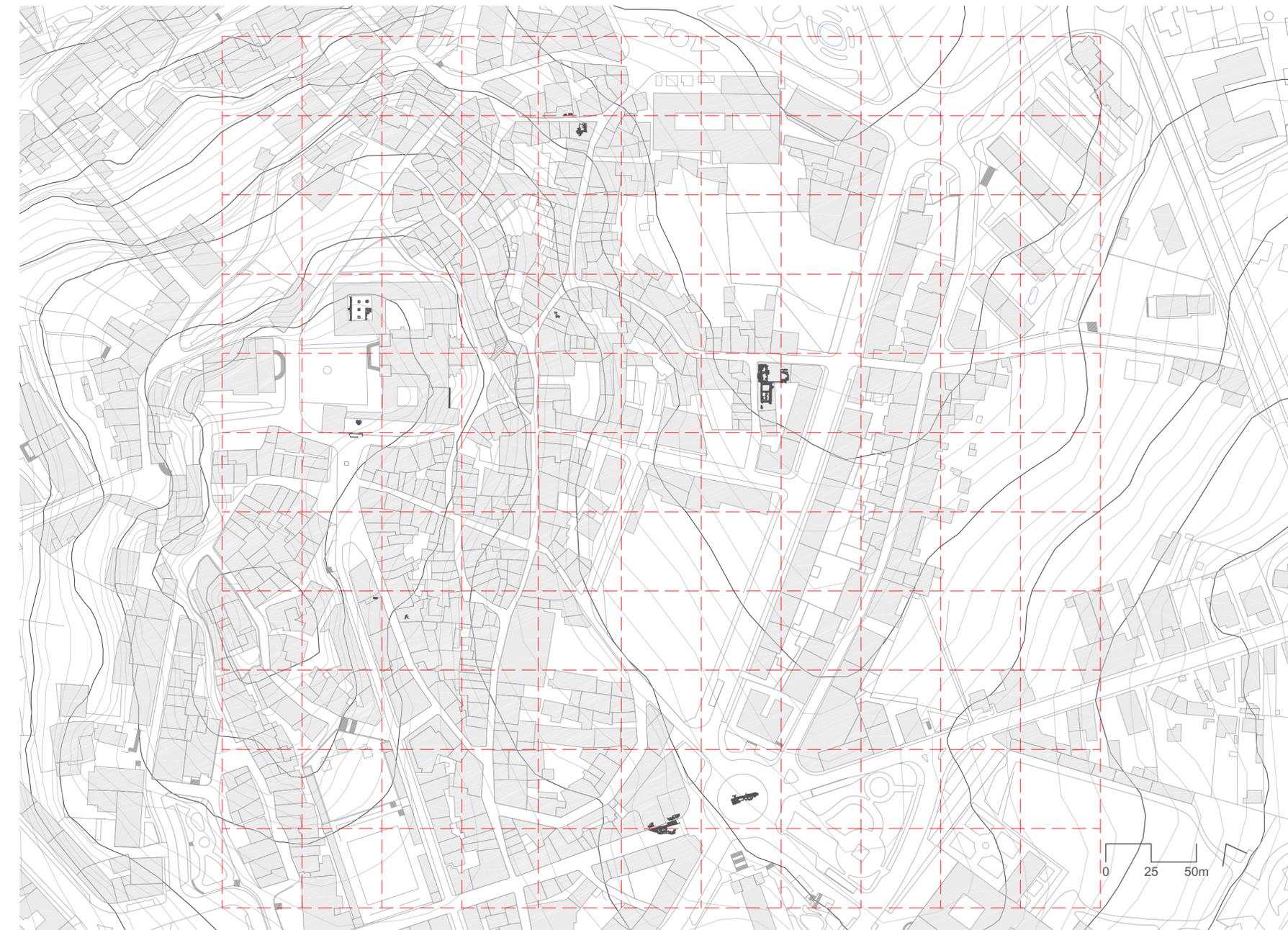


Figura 45 - Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representados os eixos romanos correspondentes aos cardos e decumanus.



Figura 46 – Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representados os eixos romanos correspondentes aos cardos e decumanus e a muralha da cidade para o período do alto império.



84 M. Justino Maciel. "A Época Clássica e a Antiguidade Tardia." in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 1. Lisboa: Editora Temas e Debates, 1995. p. 80

"O forum é, na cidade romana, o polo dinamizador da vida urbana em todos os aspetos, quer porque ali se praticam oficialmente os ritos sagrados – o templo define normalmente o eixo maior desta praça -, se administra a justiça e se pratica o comércio – tendo como infraestrutura a basílica – e decoram os atos administrativos e eleitorais – na curia, no comitium, no aerarium..."<sup>84</sup>

Até 2005, devido à falta de escavações arqueológicas na parte alta da cidade, a localização do *forum* da cidade romana de Viseu era uma incógnita. Os lugares sugeridos para o seu posicionamento eram meramente especulativos, apoiando-se apenas nos conhecimentos dados nos tratados de arquitetura romanos. Deste modo, até 2005, a teoria mais aceite para o local onde se encontraria o *forum* seria entre a Rua Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalinho (figura 50). Esta parcela de terreno foi considerada a insula central onde se teria implantado o *forum* na época romana. Devido à topografia irregular desta parcela, especulou-se ainda a existência de um criptopórtico, tornando o espaço plano e permitindo a construção do *forum*. Se se implantou aqui algum edifício romano é impossível de saber à data da realização desta dissertação. O quarteirão engloba uma zona de pendente de terreno elevada, mas onde não é perceptível nenhum criptopórtico nos edifícios existentes. Só a realização de escavações e posterior estudo e análise dos achados poderá resolver esta incógnita.

"A distribuição dos monumentos por toda a área citadina, segundo um critério funcional facilitado pelas características da planta ortogonal, constituiu, também, uma novidade em relação ao urbanismo grego. Uma parte dos edifícios mais importantes, todavia, concentrava-se no forum ou nas suas imediações. O forum ocupava, normalmente, o centro da cidade, o que não impedia uma implantação diferente, em especial no caso das cidades marítimas onde, como admitia Vitruvius, devia ser construído perto do porto. Inicialmente um espaço aberto de utilização heterogénea, definidos pelas construções circundantes, o forum transformou-se gradualmente em recinto fechado, concebido como um todo, evolução perfeitamente visível nos fora do centro de Roma. O forum incluía uma série de edifícios indispensáveis: a curia, sede do senado municipal; a basílica, local de reuniões e tribunal público; os templos das divindades protetoras e do culto imperial. Os pórticos envolventes erguiam-se por vezes sobre galerias em criptopórticos, como em Arles; as lojas anexas abriam, embora nem sempre, para o exterior. Os mercados, que podiam ser construções de grande qualidade, e as bibliotecas ficavam usualmente perto do forum."<sup>85</sup>

85 Vasco Gil Mantas, «A Cidade Romana: História e Urbanismo», p. 91

Este tipo de sistema não seria inédito em Portugal: através da construção de galerias cobertas, designadas criptopórticos, criava-se uma plataforma natural sobre a qual se construíam os fora. Nas civitas de *Conimbriga* e de *Aeminium*, o *forum* seria construído sobre um criptopórtico (figura 51). No caso de *Conimbriga* o criptopórtico apenas suporta o pórtico envolvente do templo principal. Em *Aeminium*, devido à topografia do lugar onde se implantava a civitas, o criptopórtico suportava o *forum*. Teria dois andares e, juntamente com a altura do *forum*, seria uma das maiores fachadas romanas no território atualmente português.<sup>86</sup>

86 Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. p. 184

Figura 48 – Planta da atual cidade de Viseu com a localização de todos os achados de cronologia romana, a vermelho, à data de conclusão desta tese.

0 25 50m

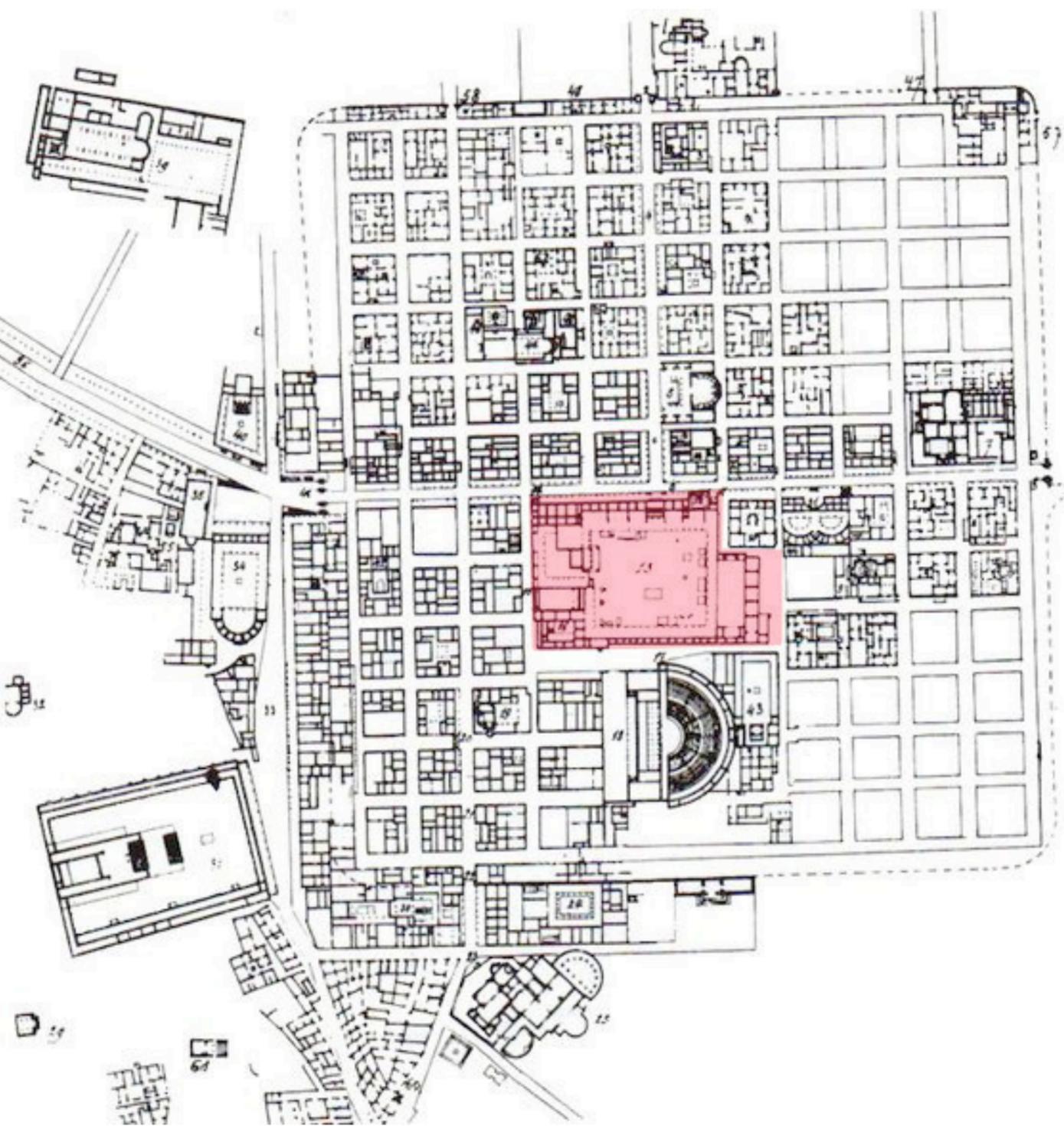


Figura 49 – Planta da cidade romana de Timgad, na Argélia. O forum encontra-se assinalado a vermelho, à face de um dos eixos principais da cidade.

87 José María Martínez Álvarez e Trinidad Bassarate Nogales, *FORVM COLONIAE AVGUSTAE EMERITAE «Templo de Diana»* (Mérida, 2003).

88 Ver figuras 51 e 59

89 Sara Persichini, «Some considerations on the tripartite forums of the Roman cities in ancient Lusitania», *Conimbriga Instituto de Arqueologia LI* (2012): 35–74. p. 35–74.

90 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe», p. 185

91 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe», p. 186

92 João Luís Inês Vaz, «Espaço e Tempo na Acrópole de Viseu», *Monumentos*, n. 13 (2000): 45–51. p. 49  
 “Podemos, pois, concluir que naquele lugar existiram seis construções:  
 >um primeiro edifício romano, da primeira metade do séc. I d.C.;  
 >um edifício a que pertencia o pavimento em opus signinum destruído pela basílica e que datará do séc. IV;  
 >uma basílica cristã, construída e destruída na Alta Idade Média;  
 >uma construção que não podemos nem datar, mas que aproveitou os materiais pétreos retirados da basílica;  
 >uma muralha construída no primeiro quartel do séc. XV;  
 >uma casa construída nos finais do séc. XIX.”

93 João Luís Inês Vaz, «Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia», pp. 315–63, p. 322

como um muro de cronologia anterior a estes.

Os resultados das escavações revelaram uma ocupação pré-romana na zona da acrópole e uma ocupação romana. Na figura 54 são observáveis: a azul os vestígios de um muro construído durante o Alto Império, que foi cortado com a construção do Museu Grão Vasco, e a cinzento quatro bases de sustentação das colunas e um canto de pavimento em articulação com estas (figura 52).

As quatro bases de sustentação de colunas encontradas têm de largura 1.50 metros, aproximadamente, ou seja, cinco *pes* (ou um *passus*). A distância entre elas, medida a partir dos seus eixos, é de quinze *pes* (4.35/4.37m) e catorze *pes* (4.21m), arredondados às unidades. A sua distância ao pavimento com que se encontram em articulação é de 10 *pes* (2.85m), pelas extremidades.

Usando o mesmo método que José Álvarez e Trinidad Nogales<sup>87</sup> utilizaram para instituir uma medida no *forum* colonial de Mérida, podemos estabelecer uma medida de 15 *pes* entre eixos nas bases do *forum* de Viseu<sup>88</sup> (figura 59).

O estado de ruína destas estruturas (colunas e cunhal), em que na maioria dos casos só são perceptíveis as fundações, leva a crer que o edifício foi propositadamente destruído em algum momento<sup>89</sup>.

João Vaz propõe que a configuração do *forum* não deveria diferir muita da que se observa atualmente no alto da Sé. “*Haveria uma praça central, elevada e ladrilhada, com um templo a Norte, distribuindo-se os restantes edifícios públicos pelo remanescente patamar artificial elevado.*”<sup>90</sup>

O mesmo autor avança ainda com a proposta de o pavimento lajeado, que se encontra na cripta por baixo do altar-mor da Sé, ser o pavimento do *forum*. Refere também a existência de um paramento, na parte posterior da Sé, que parece ser de construção anterior à medieval, que seria o muro de sustentação do *forum* romano. É um muro de suporte que se encontra sob os contrafortes da catedral e parece ter um cunhal *in situ*. É ainda visível, neste pano de parede, o reaproveitamento de uma base de coluna e arranque da mesma.

Os fragmentos de colunas encontradas nas imediações da Sé são, segundo João Vaz, pertencentes a este *forum*. As bases das colunas aparentam ser da primeira metade do século I, data que coincidiria com a fundação da cidade e construção do *forum*. Sugere ainda uma classificação: “*Era um templo períptero, de ordem jónica e as colunas mediriam mais de sete metros de altura. Os troncos de coluna que sobreviveram têm 75 cm de diâmetro e existe também um capitel jónico no claustro da Sé que condiz com estas colunas e por isso dizemos que seria da ordem jónica.*”<sup>91</sup>

Na Praça D. Duarte, do lado sudoeste da Sé, foram encontrados vestígios de ocupação contínua. Analisando os vestígios encontrados é possível identificar seis épocas de ocupação, sendo que duas delas são de cronologia romana: um primeiro edifício romano, da primeira metade do século I d.C. e um segundo edifício, destruído pela basílica, que parece pertencer ao século IV<sup>92</sup>.

Os fora de Mirobriga e o de Augusta Emerita são apontados como semelhantes ao *forum* de Vissaium. João Vaz vai mais longe, afirmando que as colunas, encontradas nas imediações, são iguais às do templo de Diana do *forum* de Mérida. Fazendo, assim, do *forum* de Vissaium um edifício com mais de sete metros de altura, de ordem jónica<sup>93</sup>.

Observando as colunas do templo do *forum* colonial de Mérida, ou templo de Diana, é visível que estas são de ordem coríntia e não jónica. Mérida era ainda a capital da Lusitânia romana, onde Viseu se inseria,

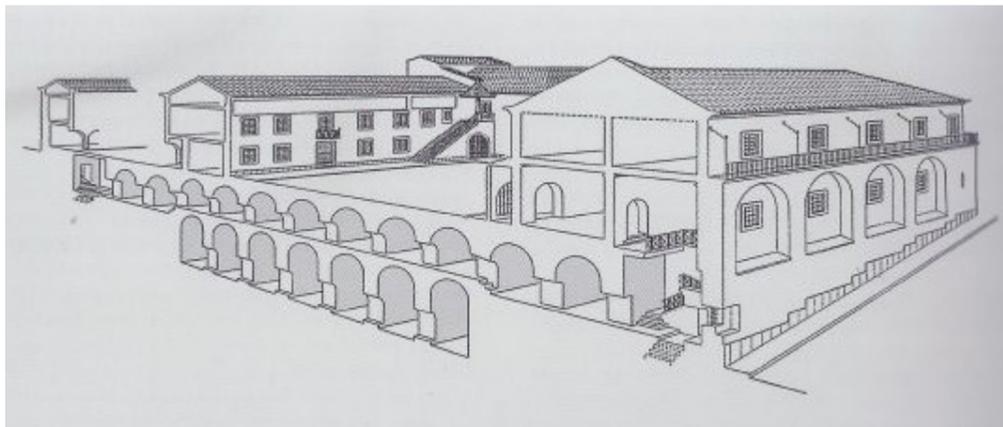


Figura 50 – Museu Grão Vasco, em Coimbra. É possível ver a elevação de terreno criada para sustentar o edifício.



Figura 51 – Planta dos achados arqueológicos, do pátio oeste, do Museu Grão Vasco. A verde os vestígios romanos do Baixo Império e a laranja os vestígios do Alto Império.

e seria por isso improvável que o templo de Viseu tivesse as mesmas dimensões do da capital. O *forum* de Viseu seria mais próximo, em dimensão, dos *fora* de outras cidades da Lusitânia como o de Évora, Idanha-a-Velha, Coimbra, Conimbriga ou Beja.

Uma vez que as colunas a que João Vaz se refere foram encontradas fora de contexto e a maioria das colunas dos templos dos *fora* da Lusitânia são de ordem coríntia, a classificação do templo como jónico, por João Vaz, não nos parece correta.

Analisando a topografia do que seria o terreno, à chegada romana a Viseu, é possível concluir que faria sentido a zona da atual Sé ter sido usada para implantar os edifícios públicos principais por se tratar de uma plataforma elevada no terreno, retomando a ideia das acrópoles gregas, enaltecendo os edifícios principais da cidade que ficariam elevados sobre a mesma.

Analisando plantas de outras cidades romanas como Timgad ou Mérida, cujas plantas se encontram referenciadas anteriormente, percebe-se que o *forum* da cidade ocuparia entre 2 a 4 quarteirões da mesma. Seguindo esta lógica e supondo que o *forum* de Viseu não deveria ser maior que o de Mérida, a capital da província, obtemos um retângulo de 2 por 3, que engloba o pavimento romano encontrado sob as ruínas da basílica. Esta medida de 2 por 3 é a indicada por Vitruvius como sendo a proporção ideal para os *fora*<sup>94</sup> e analisando outros edifícios da mesma tipologia na Lusitânia percebemos que é a proporção utilizada por todos eles<sup>95</sup>. Assim, tomamos a medida de 2 por 3 como a área ocupada pelo *forum* de Viseu.

Quanto à localização, dentro da zona do largo da Sé, são possíveis três ocupações englobando a zona onde se encontraram as bases de colunas, os vestígios de pavimento romano sob a antiga basílica e o muro traseira da Sé, que João Vaz identificou como um reaproveitamento romano.

A primeira (figura 54) posiciona o lado maior no sentido dos *cardos*, norte-sul (nordeste-sudoeste, no caso de Viseu), começando na zona do museu Grão Vasco e progredindo para noroeste a partir daí. Esta solução engloba a praça frontal à Sé e a praça D. Duarte.

A segunda ocupação do *forum* na cidade seria “oposta” à primeira na sua orientação (figura 55). A parte menor ocupa o alinhamento dos *cardos*, posicionando os achados do museu Grão Vasco a meio da área. Esta proposta colocaria a parte menor em contato direto com o suposto *cardo maximus* que, segundo João Vaz e Jorge Alarcão, passaria na rua Direita. Tem, no entanto, a desvantagem de colocar o muro de contenção, nas traseiras da Sé, a meio da área.

A terceira opção, sugerida por Pedro Carvalho<sup>96</sup>, segue a orientação da segunda, mas avança até aos limites da muralha na direção noroeste (figura 56). Esta ocupação começa no muro de suporte que João Vaz identificou como romano e estende-se ao longo da orientação dos *decumanus* para noroeste, engloba a igreja da Misericórdia e a praça da Sé, assim como os vestígios encontrados sob a antiga basílica. A área desta opção engloba a igreja da Misericórdia que Pedro Carvalho admite estar construída sobre as fundações do antigo templo do *forum* romano.

Embora as três opções tenham os seus pontos a favor e contra facilmente descartamos a opção dois, por englobar terrenos com pendentes muito acentuadas (excluindo zonas mais planas) e colocar as bases de colunas num lugar onde dificilmente criariam um desenho interior do *forum* coerente.

94 Vitruvius V,I,II

95 Sara Persichini, «Some considerations on the tripartite forums of the Roman cities in ancient Lusitania». É mencionado que o *forum* de Évora não segue esta medida devido, provavelmente, a alterações posteriores.

96 Teoria apresentada durante a conferência “A caminho de Vissaium: em torno de Viseu em época romana (entre o Mondego e o Douro)”, a 3 de fevereiro de 2018, no Museu Nacional Grão Vasco.

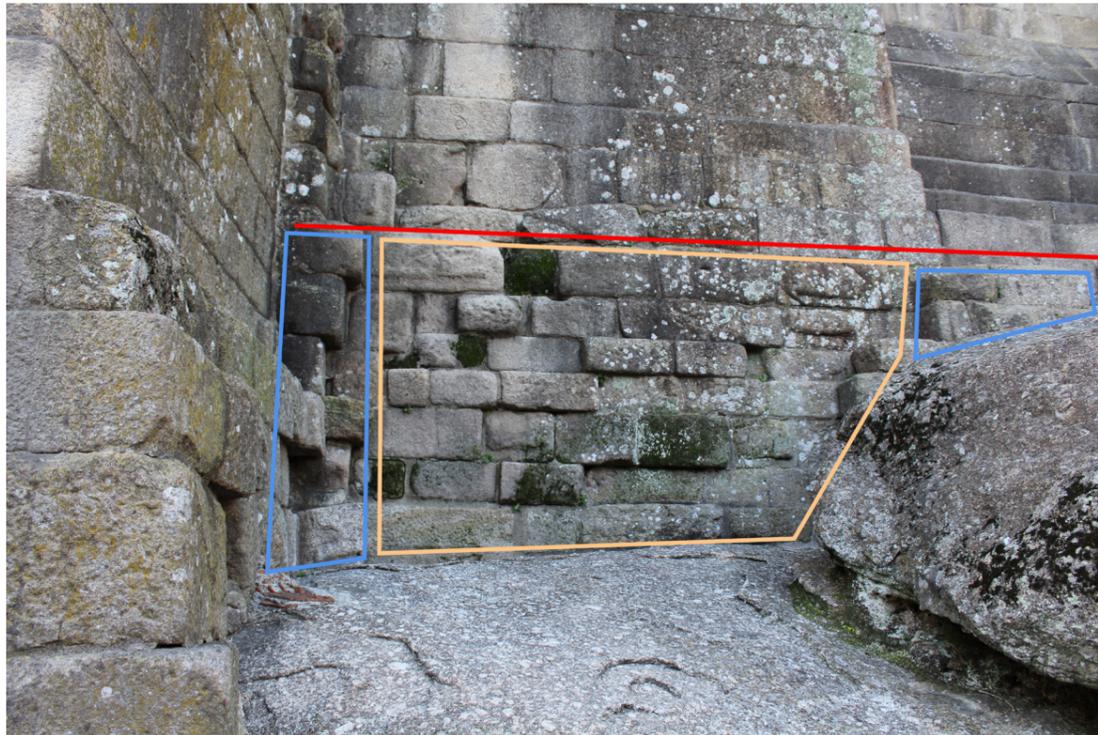


Figura 52 – Vestígios do paramento romano e cunhal *in situ*, visíveis nas traseiras da Sé. A vermelho a linha de regularização do forum romano. A azul vestígios romanos *in situ*. A amarelo pedras reaproveitadas.

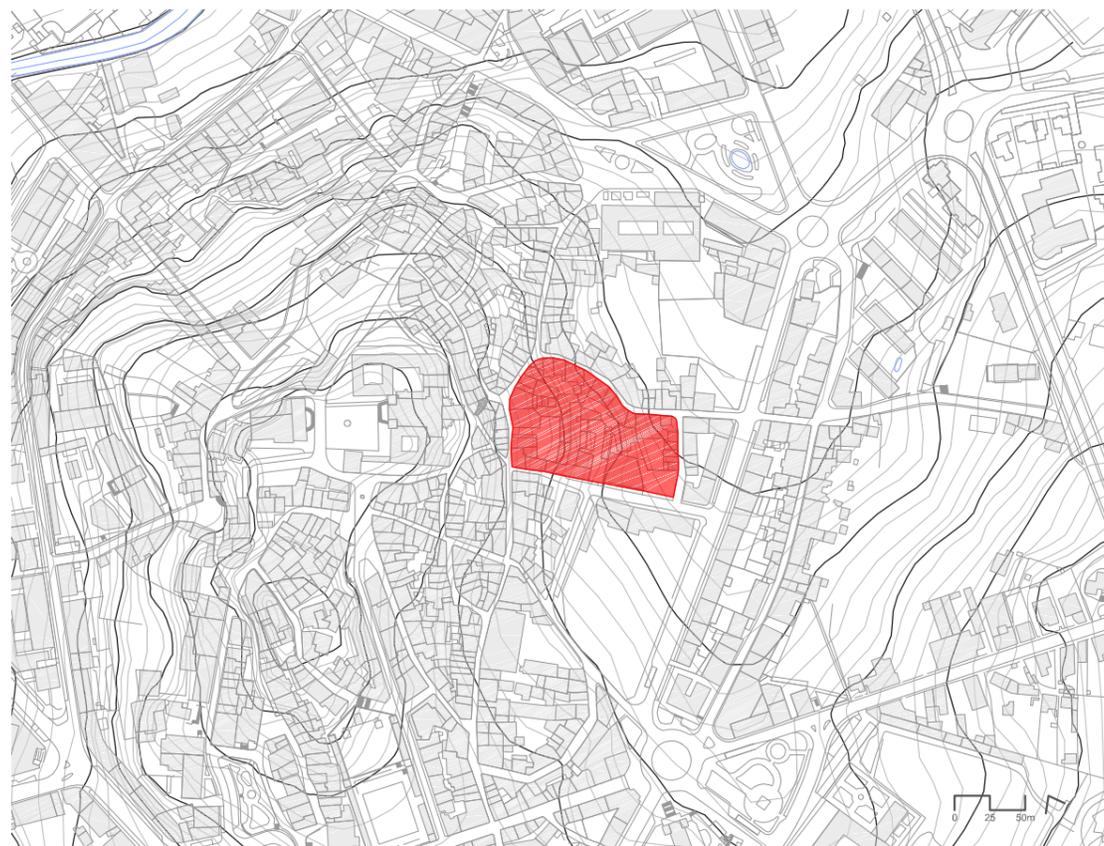


Figura 53 – Planta da acrópole de Viseu. A localização para o forum da cidade, segundo Jorge de Alarcão, encontra-se marcado a vermelho.

Ficam assim a opção um e três, propondo desenhos interiores muito diferentes entre si. Considerando as quatro colunas encontradas no pátio do Museu Grão Vasco e o raciocínio usado para o cálculo dos intercolúnios do Templo de Diana, do *forum* colonial de Mérida, onde se assume que a medida real é diferente da medida teórica (figura 58), obtemos um intercolúnio de 15 pes para o templo de Viseu.

Tomando como medida os 15 pes de intercolúnio e usando como base o *forum* de Évora, com 6 por 9 colunas, desenhou-se o que poderá ter sido o interior do *forum* de Viseu.

Na proposta um consideramos que o templo se orientaria, na sua direção maior, a nordeste-sudoeste (figura 59). Esta opção coloca o templo a eixo com um *cardo* da cidade, na zona norte da área dedicada ao *forum* e centrado com esta área.

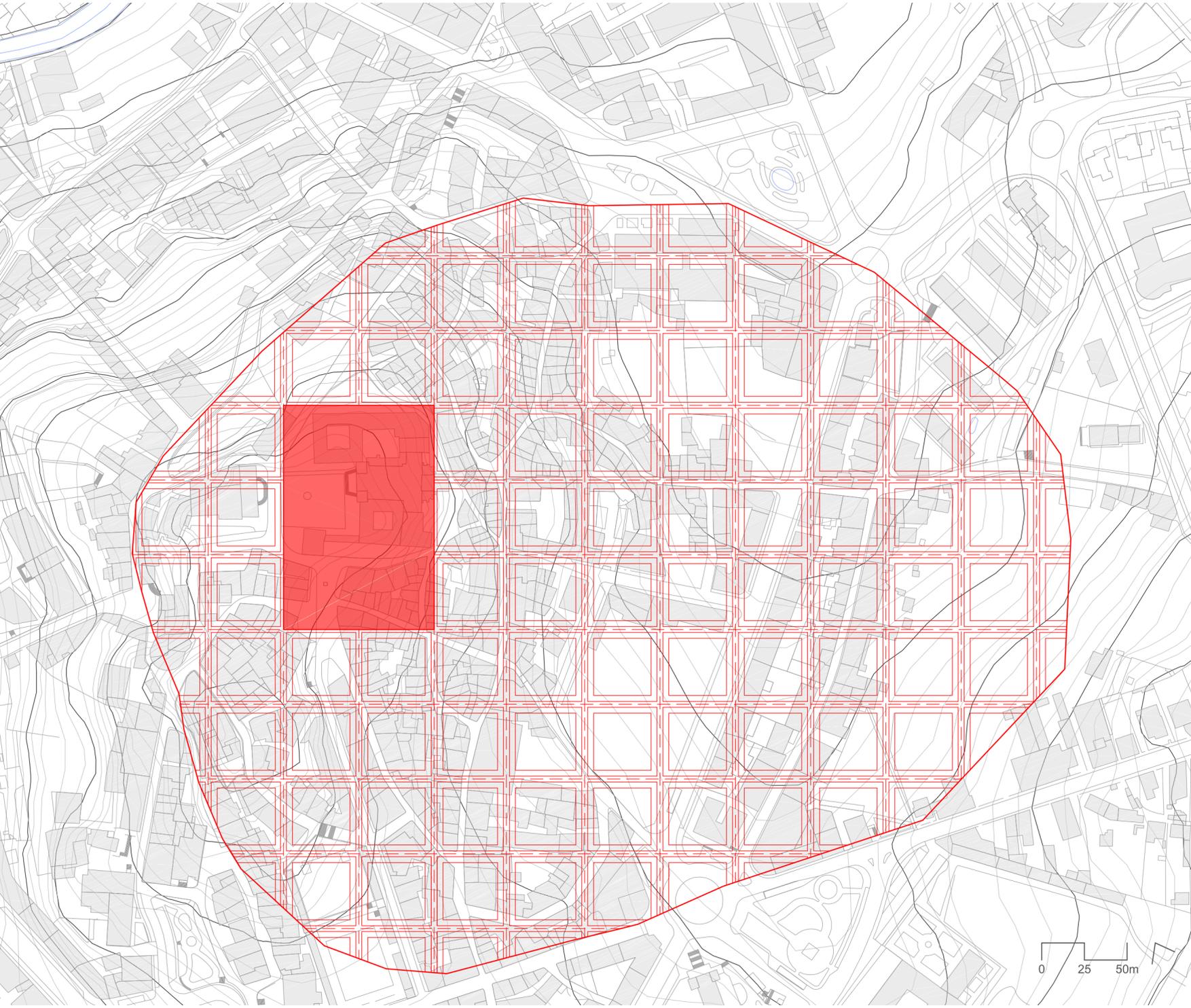
Na opção três (figura 60) a colocação do mesmo templo na zona da igreja da Misericórdia revelou um dado interessante: a planta da igreja tem praticamente a mesma medida que o templo romano teria. Embora seja uma ocorrência curiosa a colocação do templo neste local faz com que o mesmo saia da área de 2 por 3 do *forum* e não fique a eixo com essa área. A escolha deste lugar significaria, ainda, que o *forum* ficaria numa zona periférica da cidade ao contrário do que se verifica nas cidades romanas, onde esta área fundamental para a vida da cidade ocupa um lugar central<sup>97</sup>.

As duas ideias vão de encontro à organização da maioria dos *fora* da Lusitânia em que o templo se localizaria a norte e a basílica a sul<sup>98</sup>.

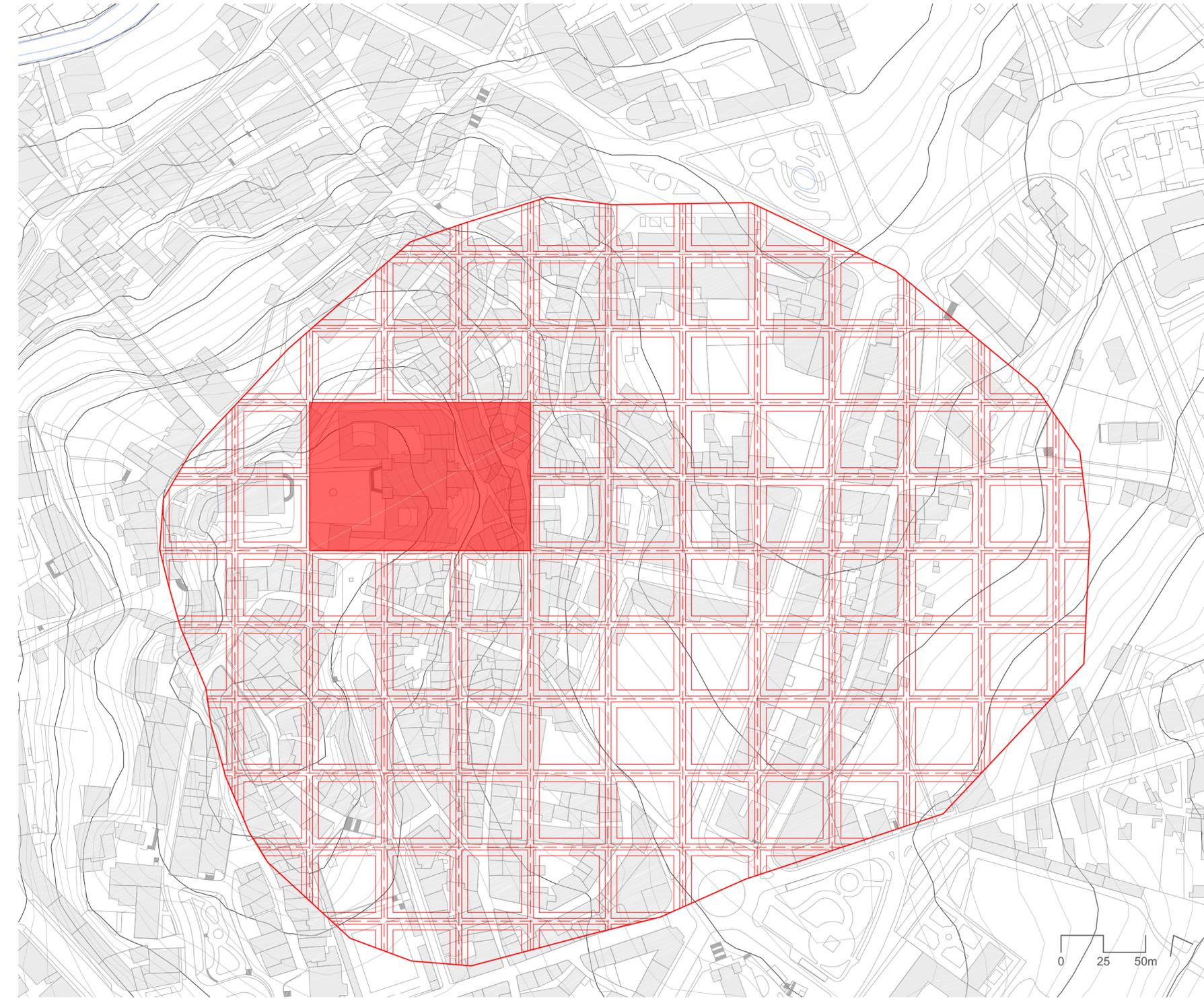
Em qualquer das opções a dimensão do templo dentro da área dada parece-nos desproporcional, ocupando mais de um terço da área total (em termos de comprimento).

97 Vitruvius I, VIII, 1 "Se o recinto fortificado se encontrar junto ao mar, a zona onde se implantará o foro deverá ser escolhida próximo do porto; mas, se estiver no meio das terras, deverá ser implantado no meio do opido."

98 Augusta Emerita (Mérida), Liberalitas Iulia Ebora (Évora), Ammaia (São Salvador da Amarenha), Pax Iulia (Beja), Sellium (Tomar) e Conimbriga são algumas das cidades da Lusitânia onde esta configuração interior de templo se verifica. Esta análise está feita no artigo de Sara Persichini, «Some considerations on the tripartite forums of the Roman cities in ancient Lusitania».



*Figura 54 – Planta da cidade de Viseu com a representação dos limites da muralha durante o alto império e os eixos dos arruamentos. A vermelho encontra-se assinalado o retângulo correspondente à área do forum para a proposta um.*



*Figura 55 – Planta da cidade de Viseu com a representação dos limites da muralha durante o alto império e os eixos dos arruamentos. A vermelho encontra-se assinalado o retângulo correspondente à área do forum para a proposta dois.*



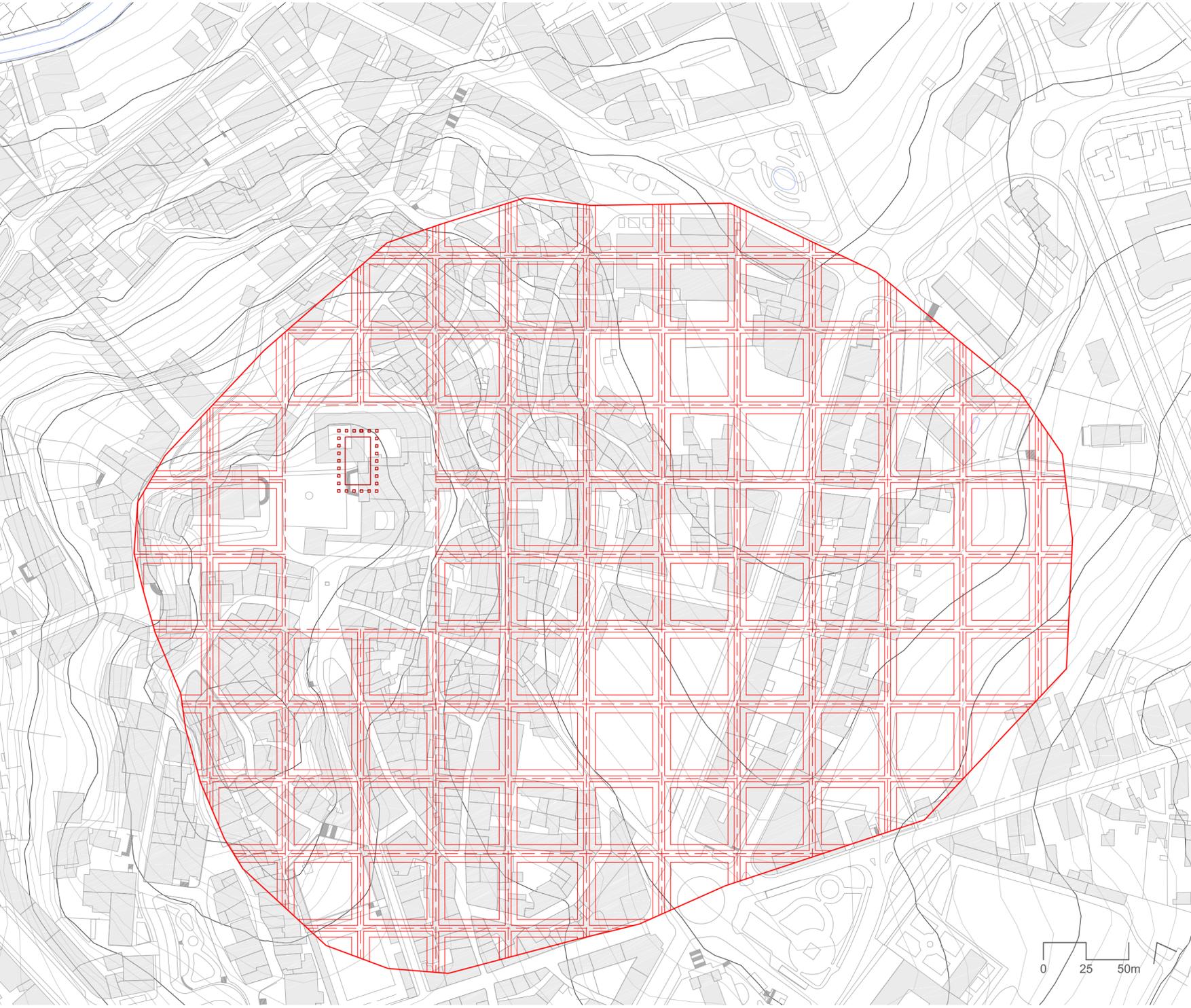


Figura 59 – Planta da acrópole da Sé, com eixos de via e arruamentos a vermelho. A vermelho escuro está assinalada a proposta de templo.

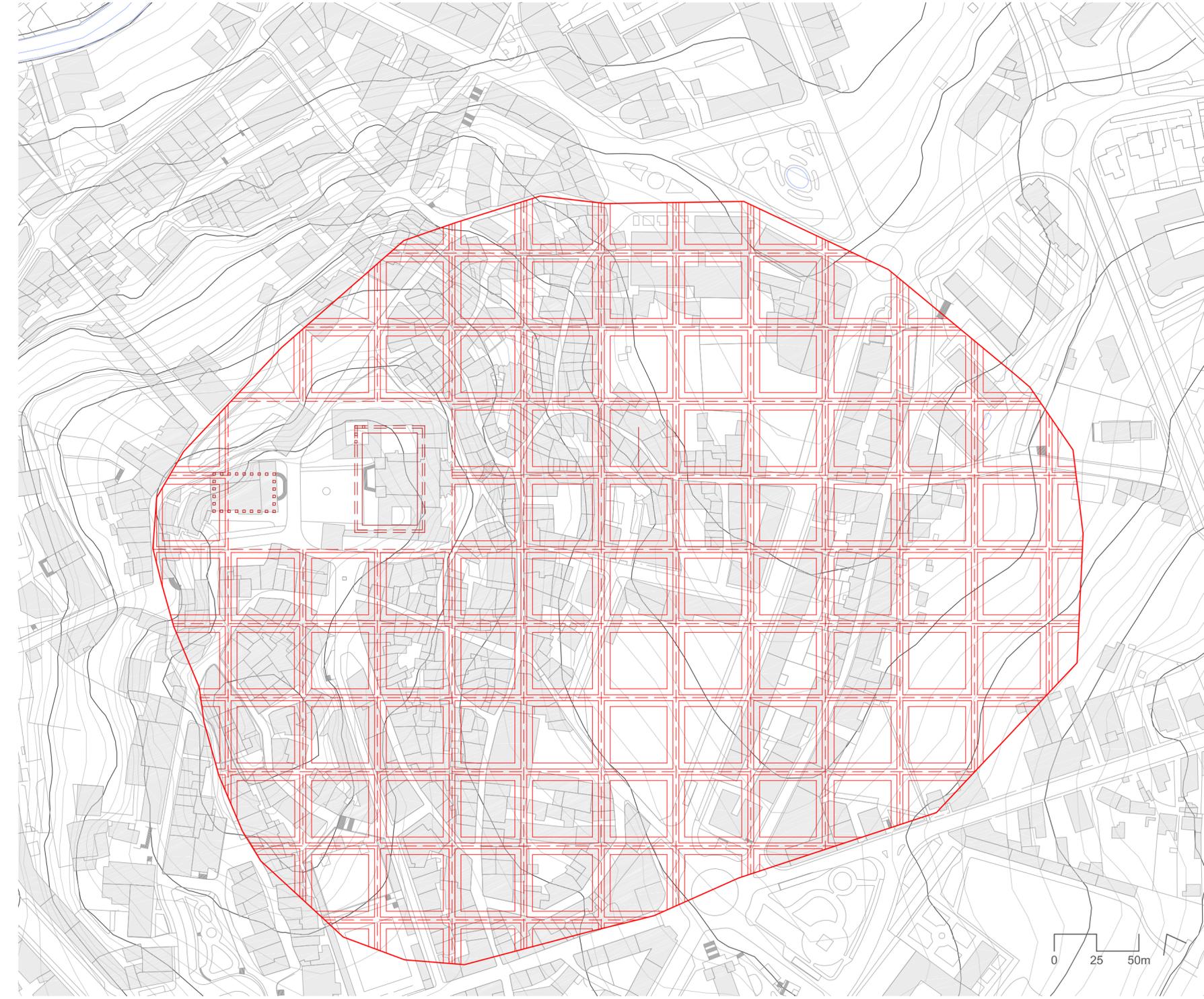


Figura 60 - Planta da acrópole da Sé, com eixos de via e arruamentos a vermelho. A vermelho escuro está assinalada a proposta de templo e basilica.

## TERMAS

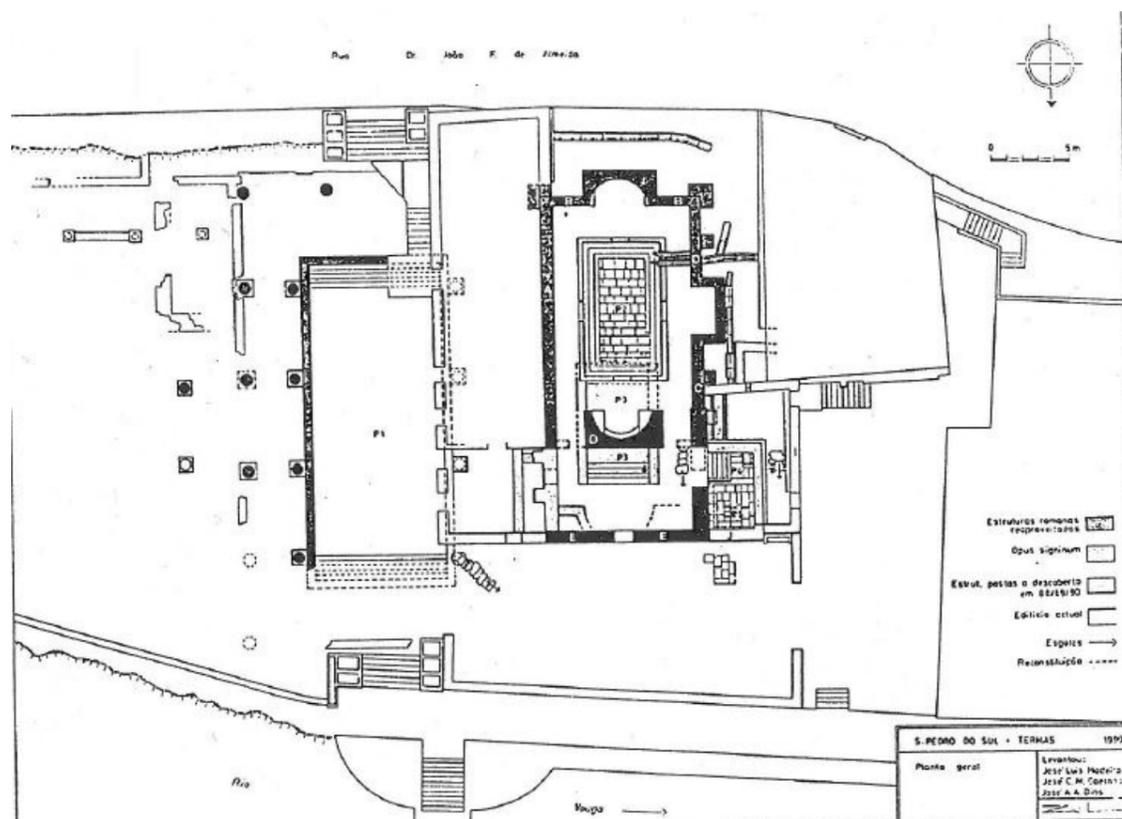


Figura 61 – Planta das termas romanas de São Pedro do Sul, Viseu. Esta estância termal encontrava-se dentro da área da civitas em estudo.

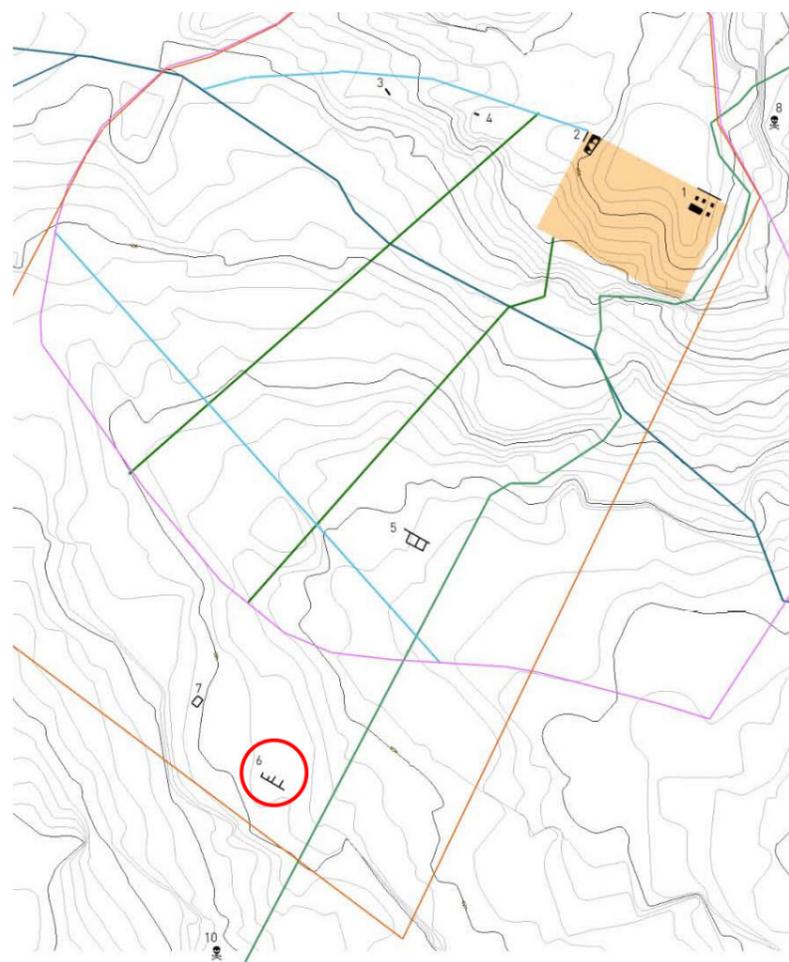


Figura 62 – Planta da cidade de Viseu com topografia, limites teóricos das muralhas romanas e vestígios de cronologia romana. A vermelho encontra-se identificada a estrutura designada por termas. A amarelo a acrópole da Sé.

99 Carlos Fabião, «O mundo luso-romano: As cidades romanas», ed. João Medina, *História de Portugal* (Clube Internacional do Livro, 1997). p. 258

“Como espaço civilizado que é, a cidade tem sempre também um cuidado sistema de abastecimento de águas, amplamente distribuída no seu interior através de fontanários e alimentando os estabelecimentos termais públicos onde, diariamente, os habitantes terminavam em cuidadas abluções o seu dia activo. O banho, fundamental na sociedade romana, marca a fronteira entre a actividade quotidiana e o período de ociosidade. A prática do banho distingue, por outro lado, o “civilizado” do “bárbaro”. Assim, a construção de estruturas de captação, conservação e encaminhamento das águas, represas e aquedutos, bem como grandes estabelecimentos termais constituía uma das tarefas fundamentais em qualquer centro urbano.”<sup>99</sup>

100 Sónia Cravo, Carla Santos, e Nádia Figueira, «Loteamento do Quintal [Viseu]» (poster, sem data).

A planta publicada pela empresa ArqueoHoje sobre *Vissaium* menciona, em legenda, a possível existência de umas termas romanas na zona de S. Miguel (figura 62). O desenho que se encontra associado não esclarece muito sobre a natureza do edifício em questão, representando apenas um muro/parede contínuos e o que parecem ser o arranque de quatro compartimentos para norte.

A descrição dos vestígios esclarece que foram encontrados muros em alvenaria de pedra, pertencentes a um compartimento habitacional, lajeado em granito, elementos arquitetónicos de edifícios de escala não comum, possivelmente públicos, e um tanque, revestido a *opus signinum*, aproximadamente, com 18 *pes* (5.30m) por 16 *pes* (4.60m), que pertenceria a uma estrutura mais ampla<sup>100</sup>.

## TEATRO

Devido à falta de escavações e prospeções arqueológicas na cidade ainda não se conhece a localização do teatro da cidade romana de Viseu.

101 Para outras análises do desenho da cidade como instrumento de estudo da implantação deste tipo de edifícios ver: Charles Rocha, Lino Tavares Dias, e Pedro Alarcão, *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano* (Edições Afrontamento, 2015). p. 124 – 147 e Alves, «Aquae Flaviae: a ruína como imagem de cidade». p. 159 - 163

No entanto, usando o desenho como método de análise<sup>101</sup>, é possível observar uma anomalia na rua do Gonçalinho, no arredondamento do quarteirão que João Vaz designou por “cotovelo”. Esta inflexão dos edifícios cria um arco que poderá corresponder à cavea do teatro romano da cidade, possivelmente conservado devido ao aproveitamento de paredes desta construção como suporte para construções mais recentes.

102 Esta análise foi feita com base nas plantas das cidades romanas da Lusitânia presentes nos anexos da tese de doutoramento de Maria Pilar Miguel dos Reis, «DE LVSTANIAE URBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia» (Universidade de Coimbra, 2014).

Analisando outros teatros da Lusitânia percebe-se que as medidas da cavea rondariam entre os 50 metros de diâmetro, no caso de Coimbra, e os 85 metros de diâmetro, no caso de Mérida<sup>102</sup>.

Optamos por usar as medidas de 50 metros e 60 metros, de diâmetro, esta última coincidente com as medidas dos teatros romanos de Évora e Ammaia.

103 Vitruvius V, VI, I

Embora uma meia circunferência de 60 metros encaixe no cotovelo da rua do Gonçalinho ficando alinhada com o, suposto, *decumanus maximus*, a orientação da pendente da zona é contrária ao que seria aconselhável para a construção de um teatro. Neste desenho (figura 65) a cavea não está alinhada com os arruamentos da cidade, ocupando a distância entre dois eixos de via e mais um bocado. A divisão do arco, que desenha a cavea, em quatro triângulos iguais, como refere Vitruvius<sup>103</sup>, a partir dos quais se desenharia o interior não coincidem com nenhuma das construções nesta área, embora uma destas linhas fique paralela a um muro de cronologia romana encontrado numa das casas

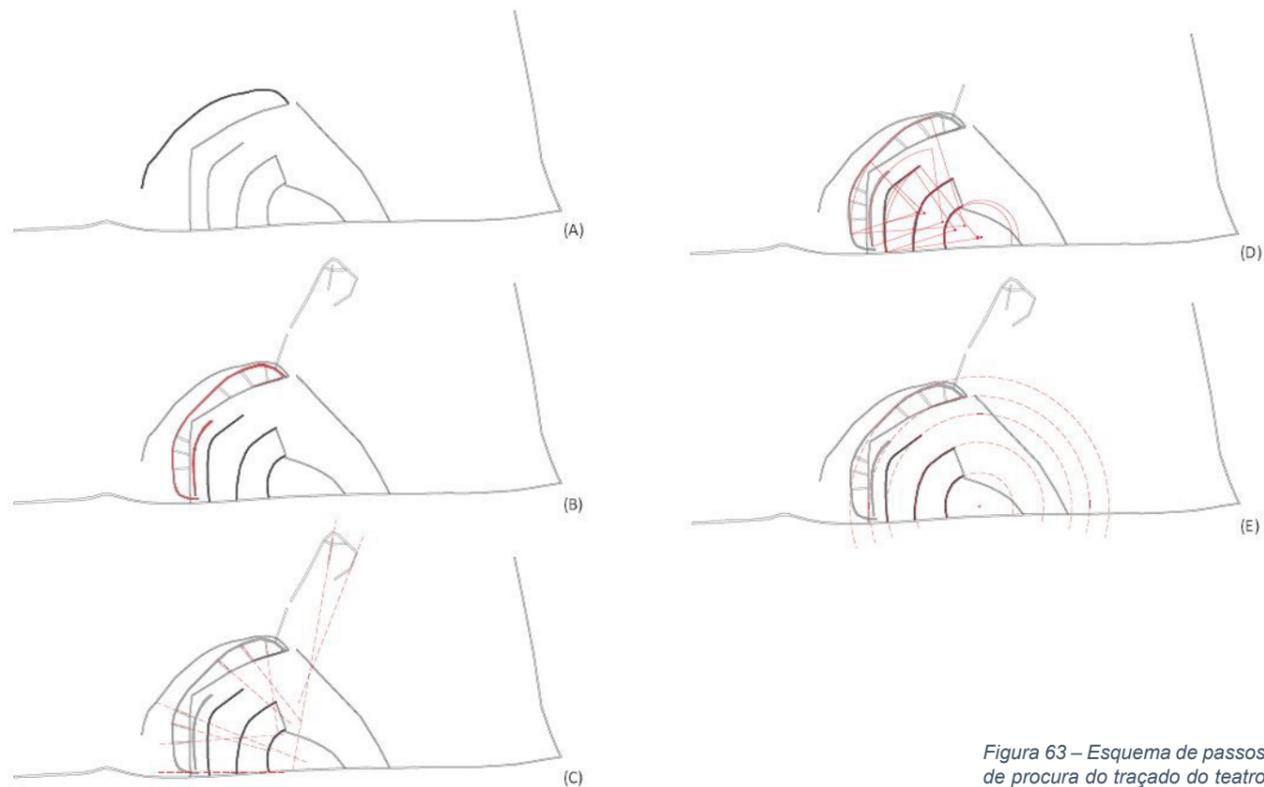


Figura 63 – Esquema de passos de procura do traçado do teatro romano de Tongobriga, através da leitura de vestígios no terreno.

104 Vitrúvio V, III, II  
 "Providenciar-se-á também que não receba o ímpeto do sul."

desta área. Acrescentando a estes dados está também a orientação, nordeste-sudoeste, que não é a recomendada por Vitrúvio, por não evitar a exposição solar de sul<sup>104</sup>.

Na mesma área é possível desenhar uma *cavea*, com 50 metros de diâmetro, centrada com o quarteirão (figura 66). A linha mais a oeste, criada através da divisão do arco da *cavea* em quatro triângulos iguais, continua a ser paralela com o muro de cronologia romana e a linha central tem a mesma orientação do muro de meação entre duas casas, que estão ao seu lado. Esta proposta continua a ter o problema da orientação solar, no entanto, já fica à face e centrado em relação aos arruamentos que propomos para a cidade.

Uma análise à planta da cidade de Viseu em 1950 revela que este "cotovelo", na rua do Gonçalinho, não existia apenas o seu arranque é visível. Testamos assim diferentes possibilidades de localização do teatro, nesta área de começo do "cotovelo" (figura 67).

Começamos por deslocar o desenho da *cavea*, com 60 metros de diâmetro, para este, mantendo a orientação que teria no "cotovelo". Esta hipótese foi rapidamente descartada por cortar a via e passeios (figura 68).

Testamos, no mesmo sítio, um desenho de teatro com 50 metros de diâmetro (figura 69). Esta opção já se enquadra melhor no desenho urbano existente, ficando a face da via e alinhado com o eixo de via. Não obstante continua a apresentar o problema da orientação das propostas anteriores. Embora a totalidade da parte concava não se encontre na zona mais alta poderão ter sido construídos muros de suporte para construção de parte da *cavea*.

Todas as hipóteses têm pontos a favor e contra e apenas a realização de escavações nesta área da cidade pode confirmar, ou desmentir, qualquer uma delas.

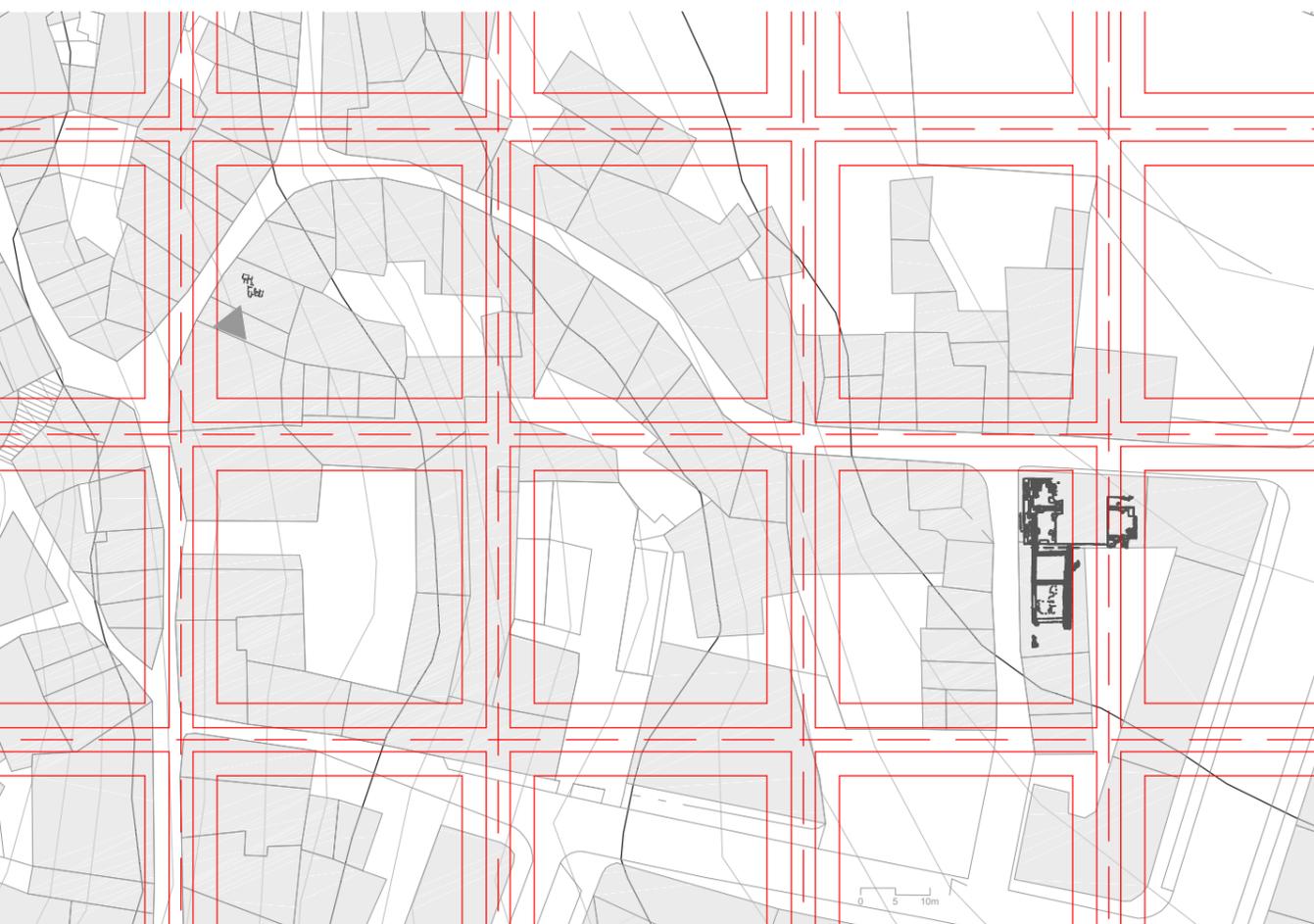


Figura 64 – Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o "cotovelo". A seta indica o sentido da pendente do terreno na zona. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.

Figura 65 – Planta da interseção da rua do Gonçalves com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 60 metros, representando a cavea, do teatro, se estivesse implantada no “cotovelo”. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.

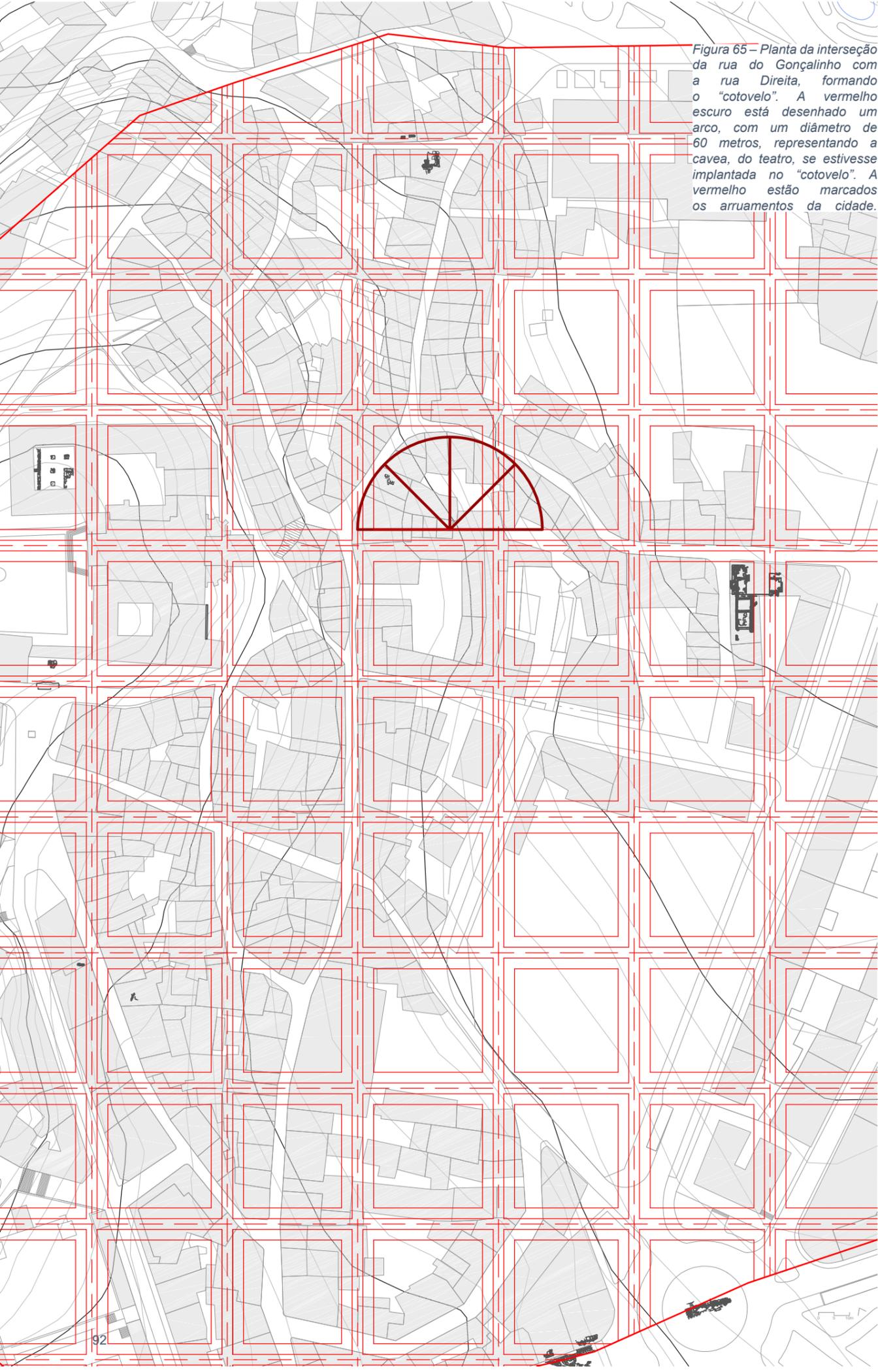
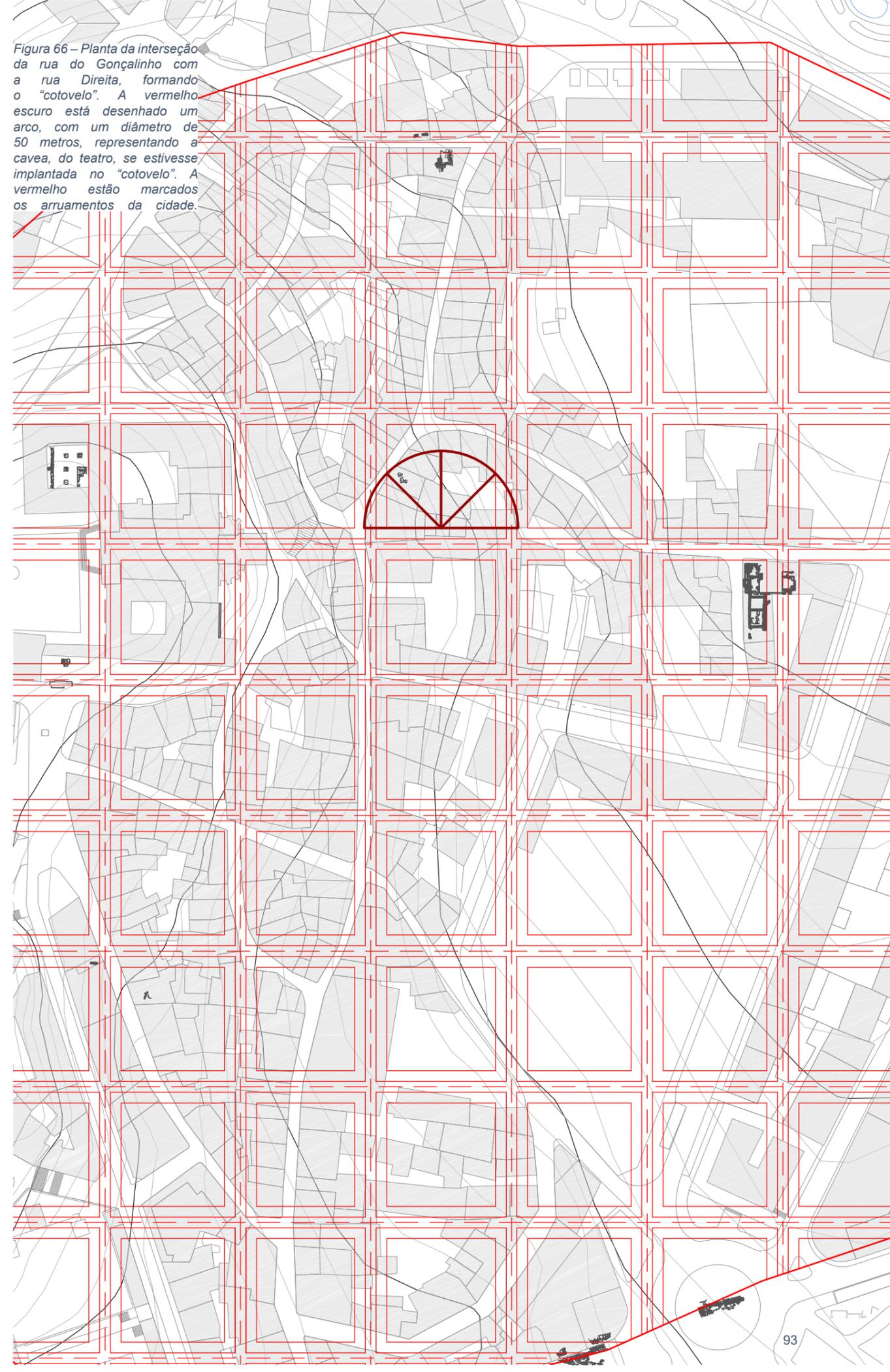


Figura 66 – Planta da interseção da rua do Gonçalves com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 50 metros, representando a cavea, do teatro, se estivesse implantada no “cotovelo”. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.



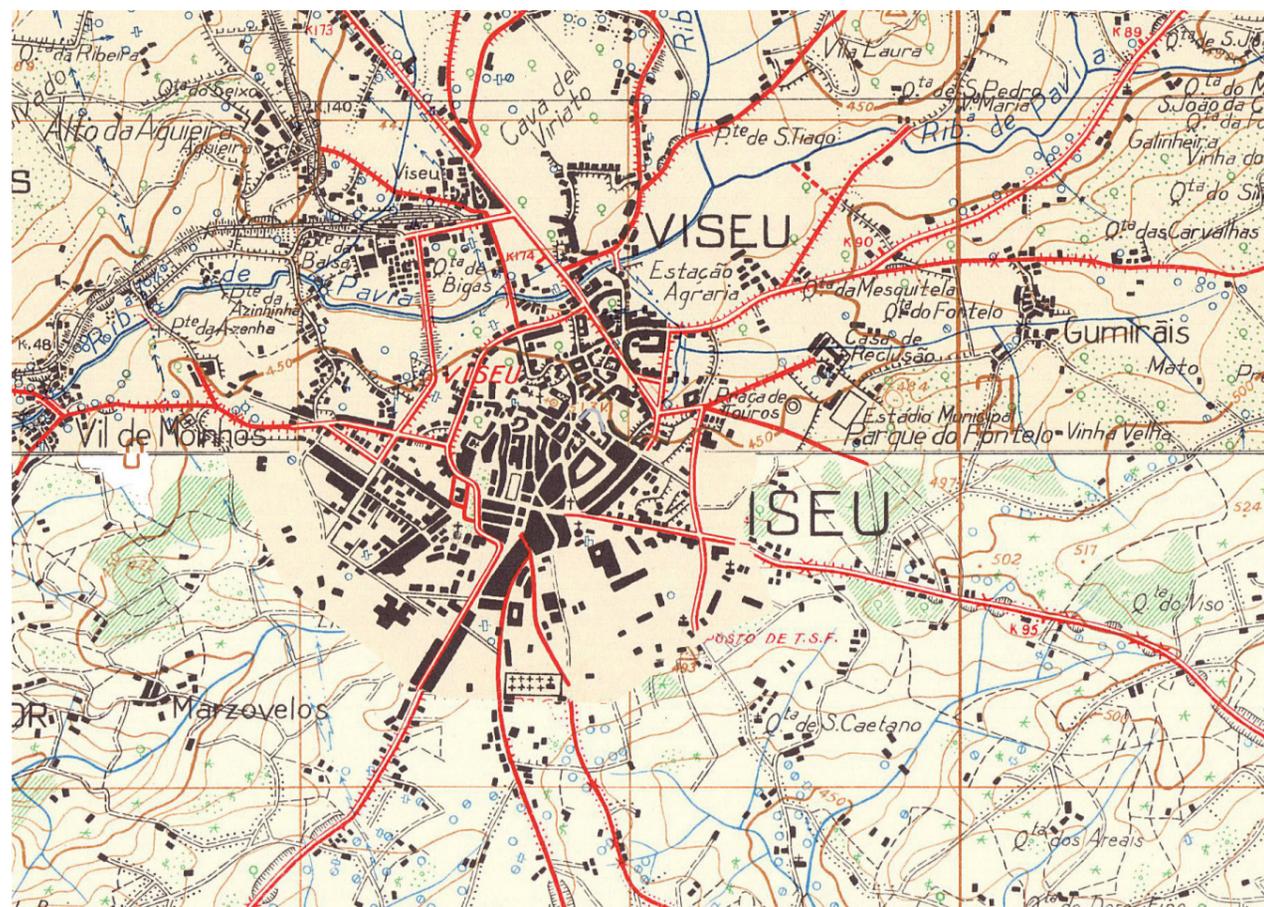


Figura 67 - Planta de Viseu em 1950

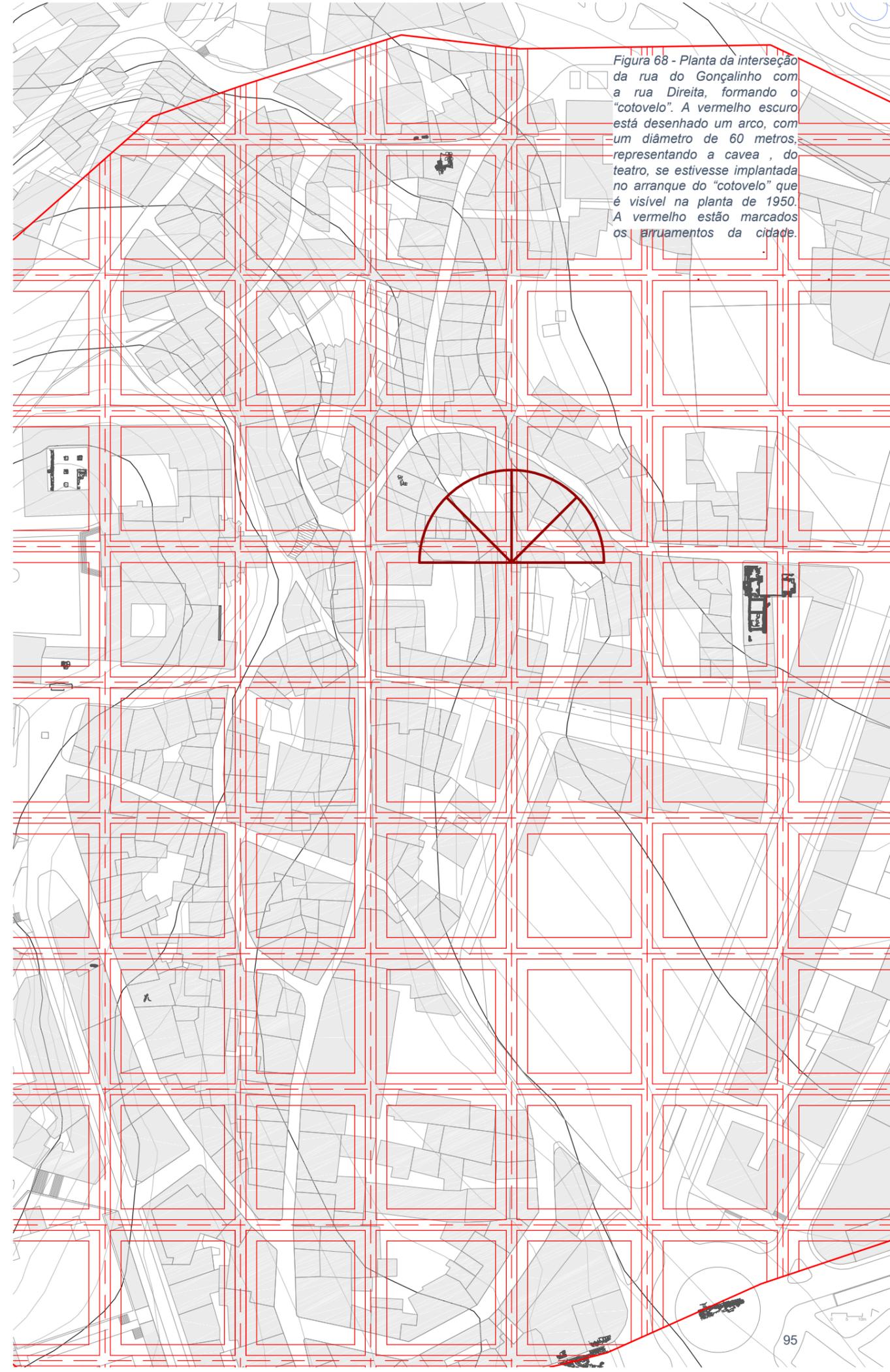


Figura 68 - Planta da interseção da rua do Gonçalves com a rua Direita, formando o "cotovelo". A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 60 metros, representando a cavea, do teatro, se estivesse implantada no arranque do "cotovelo" que é visível na planta de 1950. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.

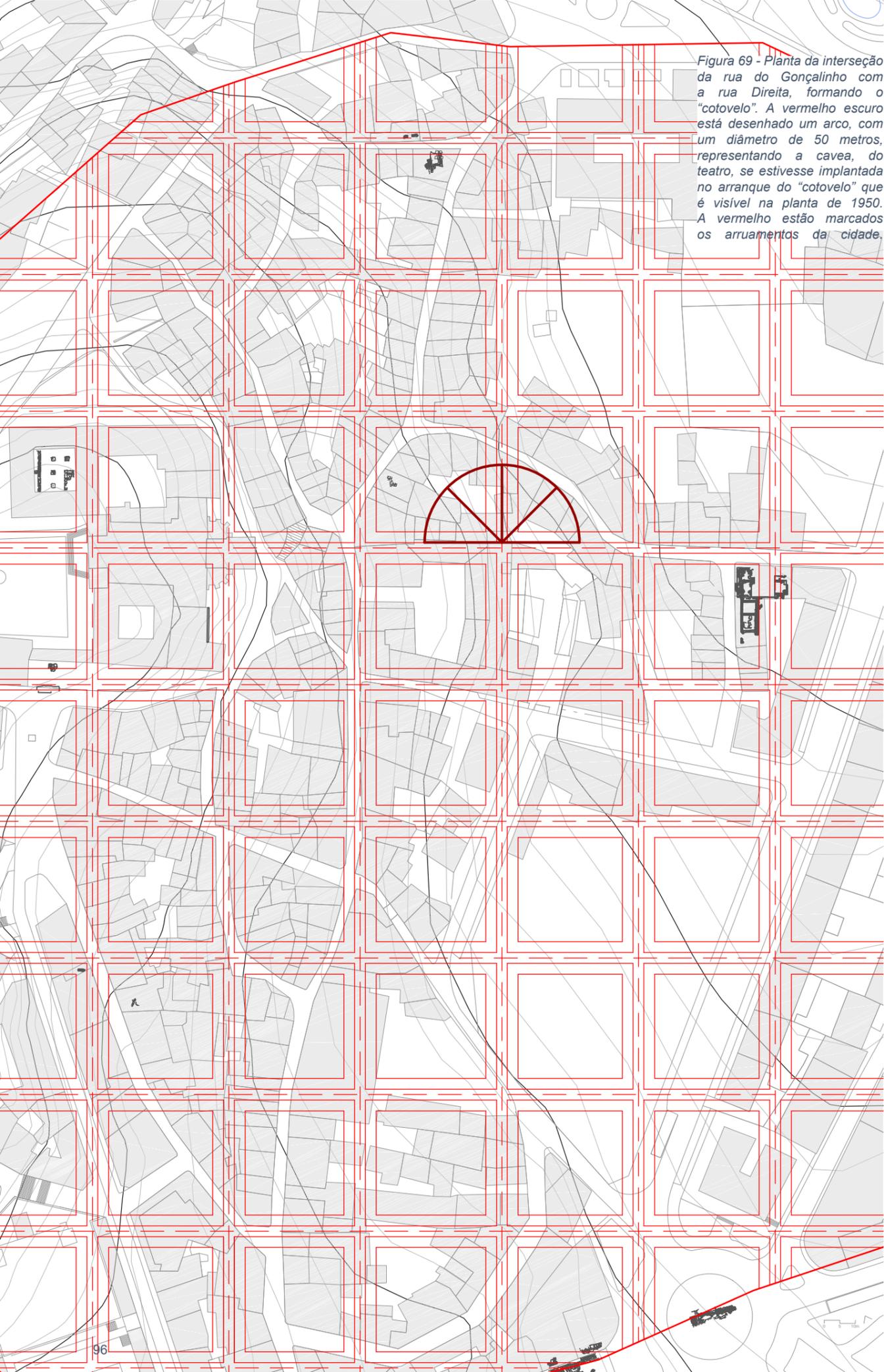
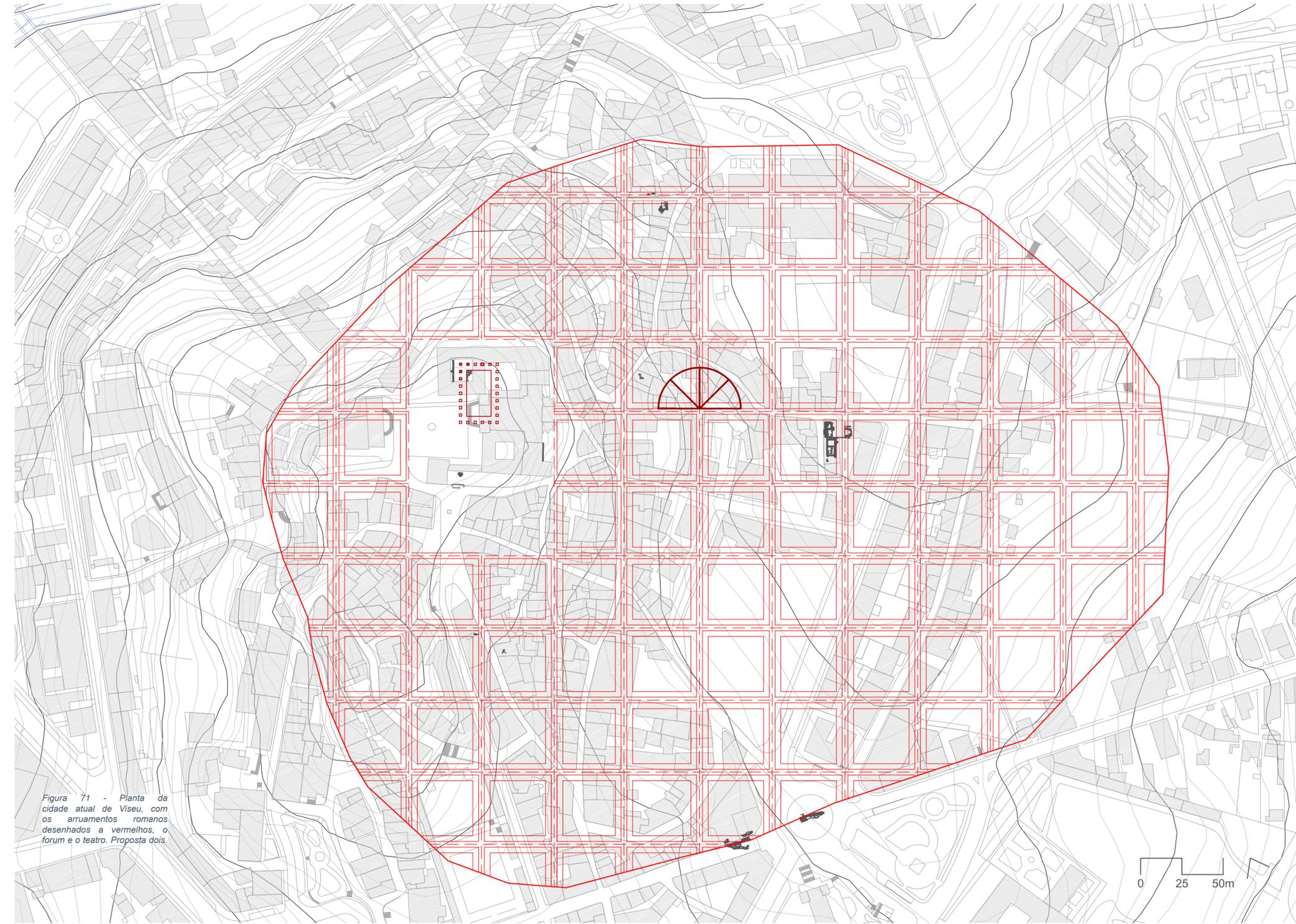
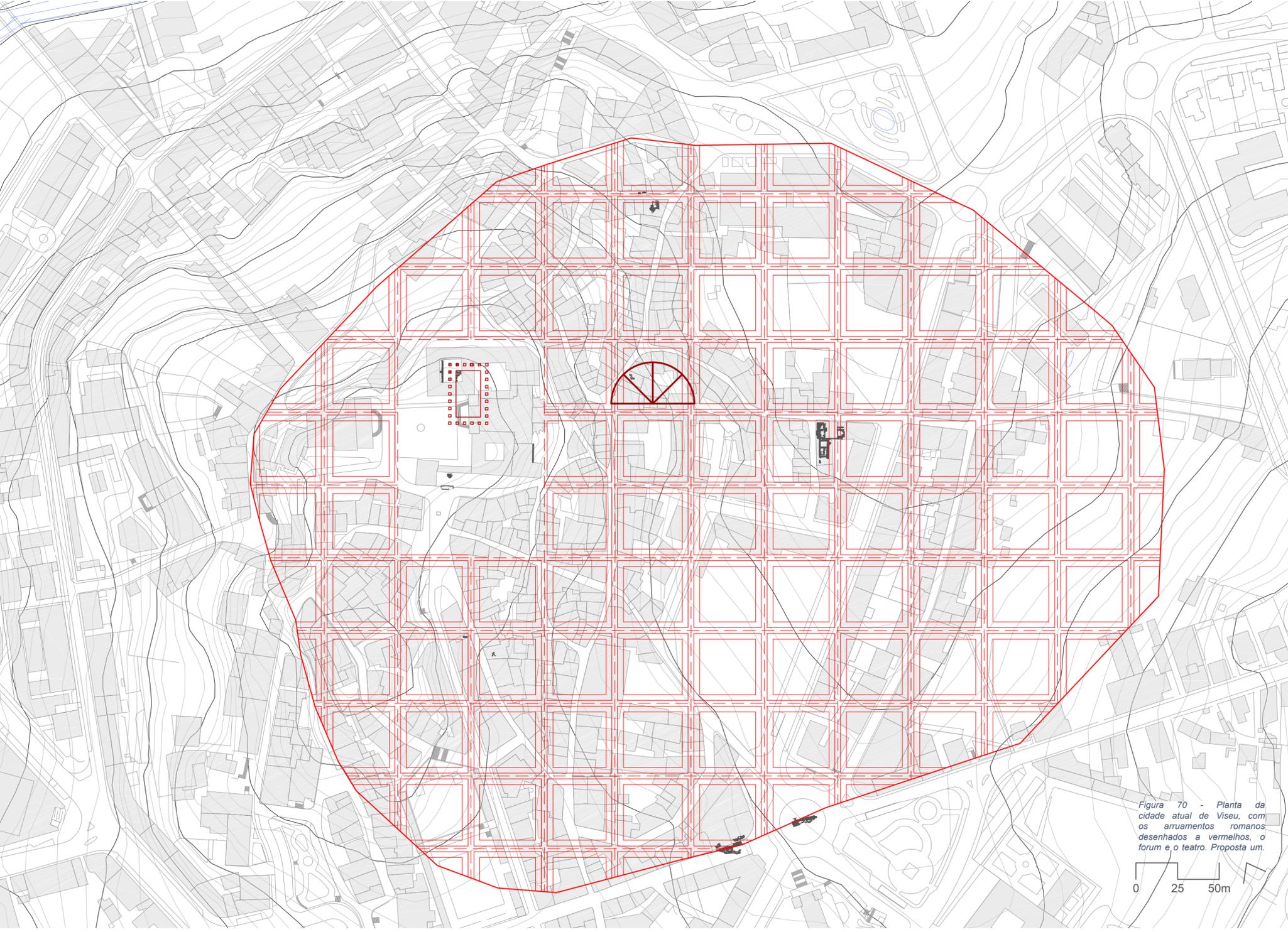


Figura 69 - Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o "cotovelo". A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 50 metros, representando a cavea, do teatro, se estivesse implantada no arranque do "cotovelo" que é visível na planta de 1950. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.

#### 4.10. RECONSTRUÇÃO CONJETURAL DE VISSAIUM

Após a conclusão da análise dos vários edifícios e arruamentos que compõem uma cidade romana achamos que seria pertinente para o estudo criar uma planta, sobre a topografia atual, das propostas que achamos serem as mais plausíveis para o desenho da cidade romana de Viseu.

As figuras 70 e 71 representam esse exercício. A escolha da sua apresentação sobre a cartografia atual, como aliás em toda esta dissertação, prende-se com a necessidade de obter informação da cidade atual para desenhar a antiga. Esta linha de pensamento está clara nestas plantas, onde se percebe a perturbação na malha criada pela rua do Gonçalinho, o desenho urbano que se manteve praticamente inalterado no alto da Sé e a permanência de desenho de algumas ruas atuais, que se sobrepõe às propostas para o traçado romano.



## 5. O TERRITÓRIO DA CIVITAS

### 5.1 A CENTURIAÇÃO

A precisão do desenho romano estendia-se para fora das cidades, criando uma malha reticulada que se estendia pelo território da *civitas*.

Em muitas cidades, como Parma em Itália, ainda são visíveis os traços deste desenho, noutros, como Chaves estas memórias não são tão fáceis de perceber numa primeira observação.

Se na cidade a medida base, usada pelos romanos, é o *pes* no território esta medida ganha uma nova dimensão, menos “plana”, primeiro com o *actus* e depois na forma de *centuria*. Um *actus* corresponde a 120 *pes* e uma *centuria*, por sua vez, é o equivalente a um quadrado com 20 *actus* nos lados.

Estas medidas são transportadas para o território tendo como centro o cruzamento do *cardo* e do *decumanus maximus*, dentro da cidade.

Esta designação da medida por *centuria* está relacionado com a tradição de oferecer terrenos aos soldados reformados do exército. Os terrenos públicos, das províncias conquistadas, eram divididos em quatro partes iguais e depois em partes mais pequenas e oferecidas aos soldados como pagamento pelos seus serviços, uma espécie de reforma. Muitos destes soldados serviram de colonos nas novas áreas do império.

A ocupação contínua do território no distrito de Viseu, com a manutenção da área dos povoados praticamente contínua no mesmo “ponto”<sup>105</sup> eliminou a maioria da memória de ordenação romana no território.

O único vestígio com certezas que podemos usar é a ponte romana de Alcafache, situada na zona de umas termas que foram usadas pelos romanos, que está paralela e muito próxima da centuriacção proposta.

Para este exercício de desenho recorremos à cartografia do Instituto Geográfico do Exército, dos anos 50, por ser a cartografia mais antiga disponível permitindo, assim, uma leitura com menos distorções.

105 João Luís Inês Vaz, *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade* nº2. p. 414 - 416



Figura 72 – Planta do distrito de Viseu, com sobreposição da centuria romana, a partir do centro da cidade. A ponte romana de Alcafache está assinalada a verde.

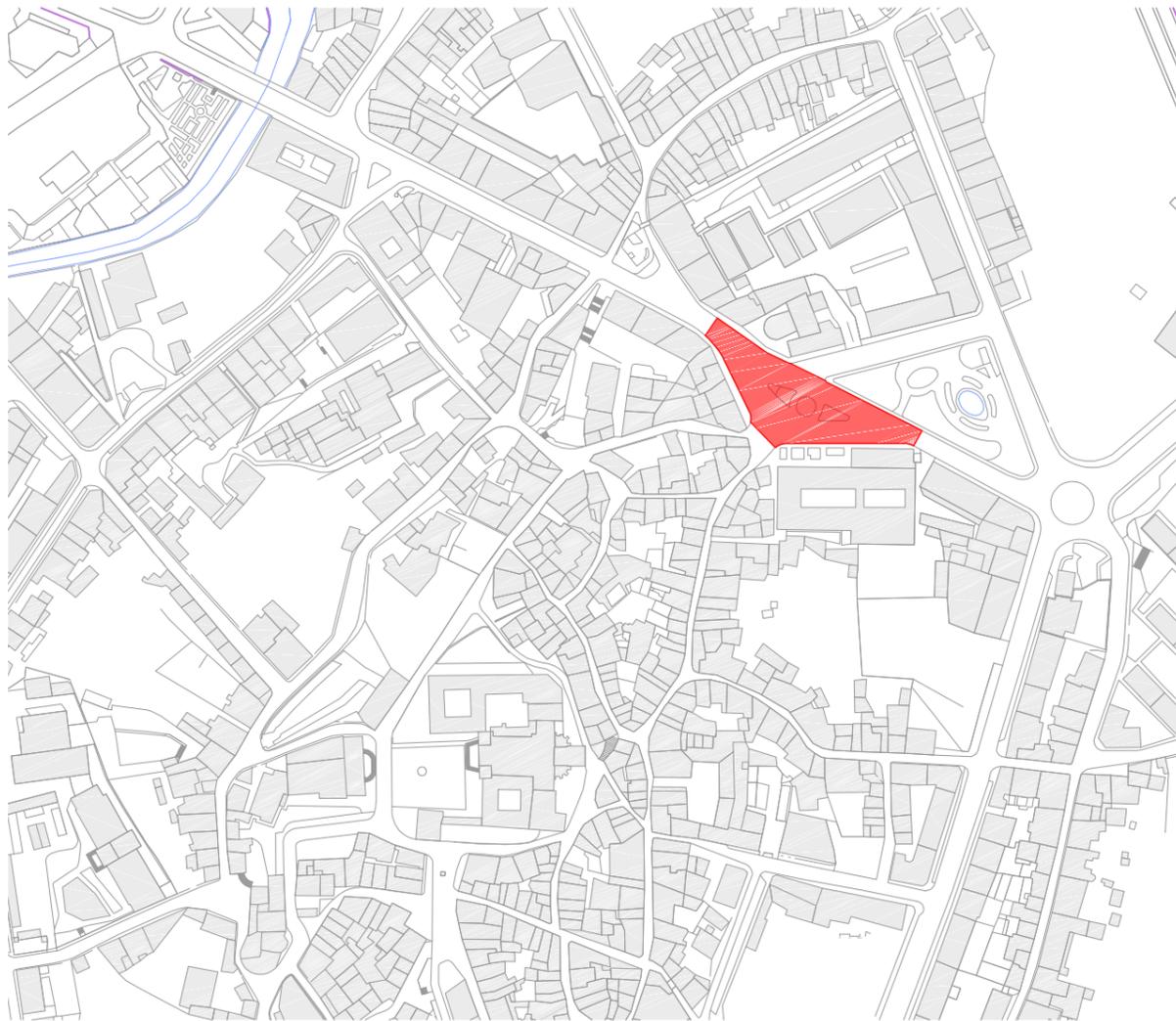


Figura 73 – Localização do Largo Mouzinho de Albuquerque na cidade atual.

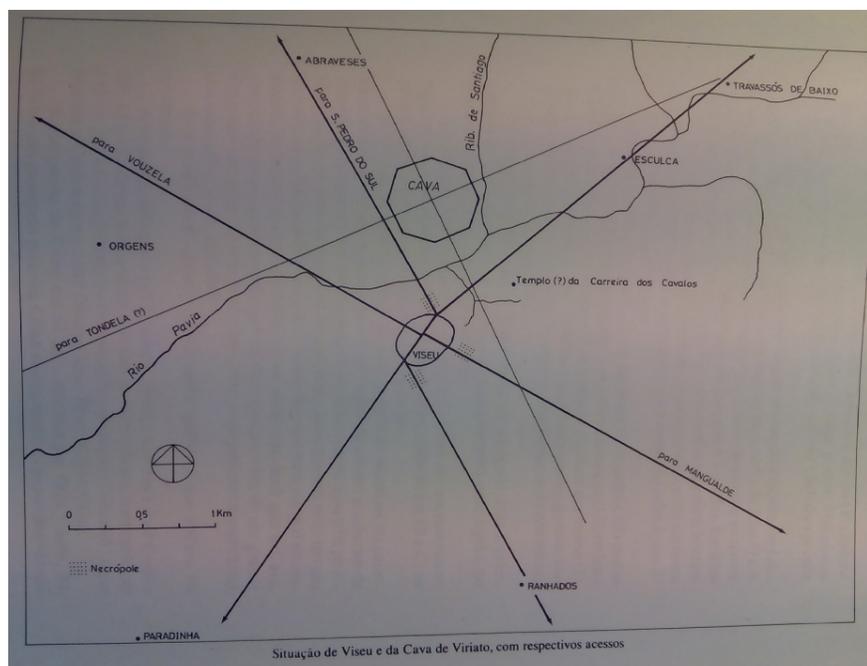


Figura 74 – Planta esquemática da cidade romana de Viseu e da Cava de Viriato, com as vias que partiam da cidade.

106 Amorim Girão, *Viseu, Estudo de uma Aglomeração Urbana*, p. 2

“É, de fato, por influência das vias de comunicação que as cidades muitas vezes nascem; por meio delas sempre crescem ou decrescem; por elas ainda frequentemente se deslocam ou transformam”<sup>106</sup>.

Os vários autores que se debruçaram sobre a história de Viseu propuseram diferentes estradas, e em números díspares, que partiam da cidade. Por todo o distrito são visíveis parcelas destas vias, uma memória da ocupação romana desta zona que resistiu vários séculos.

Os miliários encontrados na região, num total de 8, posicionam o ponto zero na cidade de Viseu. Uma vez que o ponto de onde se começavam a contar as milhas era, normalmente, a capital da *civitas*, alguns autores reafirmam a importância de Viseu na rede de estradas da Beira e o seu estatuto enquanto capital de *civitas* com suporte nesta informação.

Um dos principais pontos de reunião das estradas que saíam da cidade seria no atual Largo Mouzinho de Albuquerque (figura 73), onde se encontrava uma das portas da cidade romana, tanto no Baixo, como no Alto Império.

107 Amorim Girão, *Viseu, Estudo de uma Aglomeração Urbana*, p. 12 - 20

108 João Luís Inês Vaz, «Introdução ao estudo de Viseu na Época Romana», *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta* XLII, n. 4 (1983): 729-46., p. 10

Amorim Girão, um dos primeiros historiadores da cidade, dizia, na sua obra de 1926, que de Viseu saíam oito vias romanas com destino a: Águeda, São Pedro do Sul e Porto, Castro Daire, Lamego, Trancoso, Mangualde, Alcaface e Coimbra<sup>107</sup>.

José Coelho estimava doze vias romanas com origem em Viseu: “duas para o litoral, uma para o Vale de Lafões e outra pelo Caramulo, Vale de Besteiros, para Coimbra, para o Sul (Tábua), para Seia, por Alcaface, para a Guarda, para a Ínsua, para Sernancelhe, duas para Lamego, uma por Tarouca e outra por Castro Daire e, finalmente, uma para o Porto.”<sup>108</sup>

Moreira de Figueiredo publica, em 1952, um estudo sobre as estradas romanas e medievais da Beira e afirma que saíam dezassete vias romanas de Viseu.

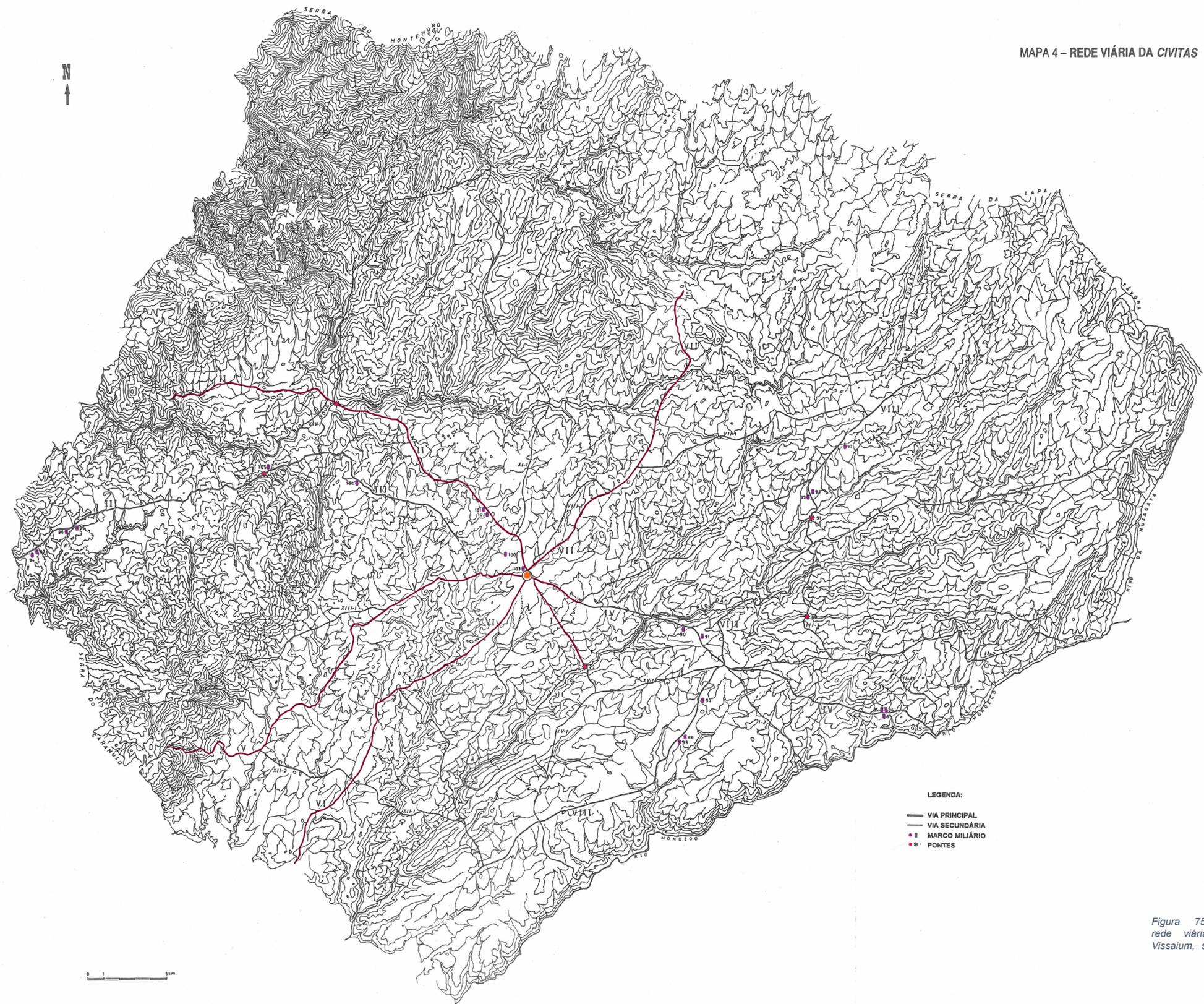
109 Consultar: Jorge de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*.

Jorge de Alarcão, no *Portugal Romano*, afirma que de Viseu saíam doze ou treze estradas, mas que apenas se pode confirmar a existência da via que ligava a Mérida e se ramificava para outros sítios. Anos mais tarde, na monografia que faz para a cidade refere que não se pode precisar o número exato de vias que saíam de Viseu. Afirma, no entanto, que estas vias se articulariam com as que existiriam na Cava de Viriato e desenha um mapa da cidade, da qual partem sete vias<sup>109</sup>.

110 Sandra Borges, «Vias Romanas no Concelho de Oliveira de Frades» in *Al-Madan*, Vol. II Nº9. 2000 p. 48 - 54. p. 49

João Vaz, em duas das muitas obras sobre Viseu, diz que saíam sete vias da cidade (figura 75): “I. Sudeste (Alcaface); II. Norte (Moselos, S. Pedro do Sul, via Olisipo – Bracarem); III. Litoral/Ocidente (Vildemoinhos, Coutos, Vouzela, Oliveira de Frades, Reigoso e Benfeitas); IV. Oriente (Prime, Mangualde, Abrunhosa – A – Velha); V. Sul (Tábua com derivação para Aeminium); VI. Nordeste (Cavernães); e, por fim, a VII. A Norte (Castro Daire).”<sup>110</sup> O mesmo autor refere ainda que Jorge de Alarcão estaria próximo do número correto quando, em 1989 na monografia sobre a cidade romana de Viseu, desenha e refere sete vias (figura 74).

MAPA 4 - REDE VIÁRIA DA CIVITAS



O número mais razoável, e que se pensa ser o mais próximo da realidade, será entre o proposto por Amorim Girão e por João Vaz. O número de vias e as ligações que permitiam estabelecer com o território envolvente, próximo e longínquo, reforçam a importância da civitas de Viseu na Lusitânia e apoiam a sua designação de capital dos *Interrannienses*.

Séculos mais tarde, esta facilidade de permeabilização no território vai tornar Viseu num dos centros a partir do qual se fez a conquista muçulmana da Península.

Figura 75 - Planta da rede viária da civitas de Vissaium, segundo João Vaz.

## Parte 3

### Depois da ocupação romana

## 1. AS OCUPAÇÕES SUCESSIVAS DEPOIS DOS ROMANOS

Um dos primeiros ataques à Península Ibérica, por parte dos chamados povos bárbaros, deu-se em 409, com a invasão dos povos Suevos, Alanos e Vândalos. A entrada inicial através de tratados com o império desde o século III, tornou-se uma invasão a partir do século IV, com estes e outros povos germânicos a participarem.

Especula-se que, a partir de 408, a Península tenha sido “abandonada” pelo restante império e deixada à mercê dos invasores. Os Alanos fixaram-se na Lusitânia em 411, como parte de acordo entre estes, os Suevos e os Vândalos e o imperador romano. Segue-se um período de guerras entre estes povos e o império romano. Estas invasões chegaram a Viseu nos inícios do século V.<sup>111</sup>

O que hoje se designa por Império Romano do Ocidente termina no século V e a paz é conseguida na região, pelos Visigodos, em 575, quando anexaram o reino dos Suevos ao seu território e unificaram os povos.

No distrito de Viseu ainda hoje é possível perceber o que aconteceu ao território após o término do Império Romano. Muitos dos antigos castros, que já tinham sido “colonizados” pelos romanos, mantiveram a sua ocupação, como é o caso dos castros da Senhora do Bom Sucesso e Senhora do Castelo.

As *villae* romanas vão ser mantidas durante séculos, através do sistema de morgadio e dentro das mesmas famílias. Muitas das atuais quintas foram construídas em cima de *villae* romanas, sofrendo alterações ao longo dos tempos. Assim se explica a designação de muitos destes lugares, nos catálogos de estações, como quintas ou habitats romano-medievais.

As freguesias de São João da Lourosa e Povolide, a zona de Silgueiros e as novas urbanizações à volta da cidade são os lugares do concelho de Viseu onde se encontram a maior profusão de vestígios romanos. É também nestas zonas que se localizam, e localizaram, as maiores quintas de Viseu.

No entanto, a sobreposição de tempos não acontece apenas nas quintas. As povoações também se mantiveram relativamente perto das suas heranças romanas, mantendo um afastamento entre os 50 e os 100 metros, entre o atual povoamento e o povoamento romano, e em alguns casos sobrepondo-se.

Ainda sobre o domínio romano, a cidade de Viseu foi alvo de obras de remodelação, que poderão ter englobado o *forum*. A descoberta de uma moeda de Constantino I, com brilho e marca original e sem aparentar marcas de circulação, sob um pavimento no gaveto da Praça D. Duarte com a Rua das Ameias, posiciona a sua construção nos inícios do século IV.

A posição estratégica da cidade, com bom domínio da paisagem envolvente e acesso a fontes de água, levou decerto a várias conquistas e reconquistas de Suevos e Visigodos que devem ter acarretado destruições sucessivas.

Pouco tempo depois este edifício deve ter sido demolido para se construir a nova basílica paleocristã da cidade, cortando o pavimento da construção da época de Constantino I. Estes e outros dados arqueológicos permitem datar a basílica na segunda metade do século V ou inícios do seguinte<sup>112</sup> (figura 76).

111 João Luís Inês Vaz, “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”. p. 188

112 João Luís Inês Vaz, “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”. p. 190 - 191

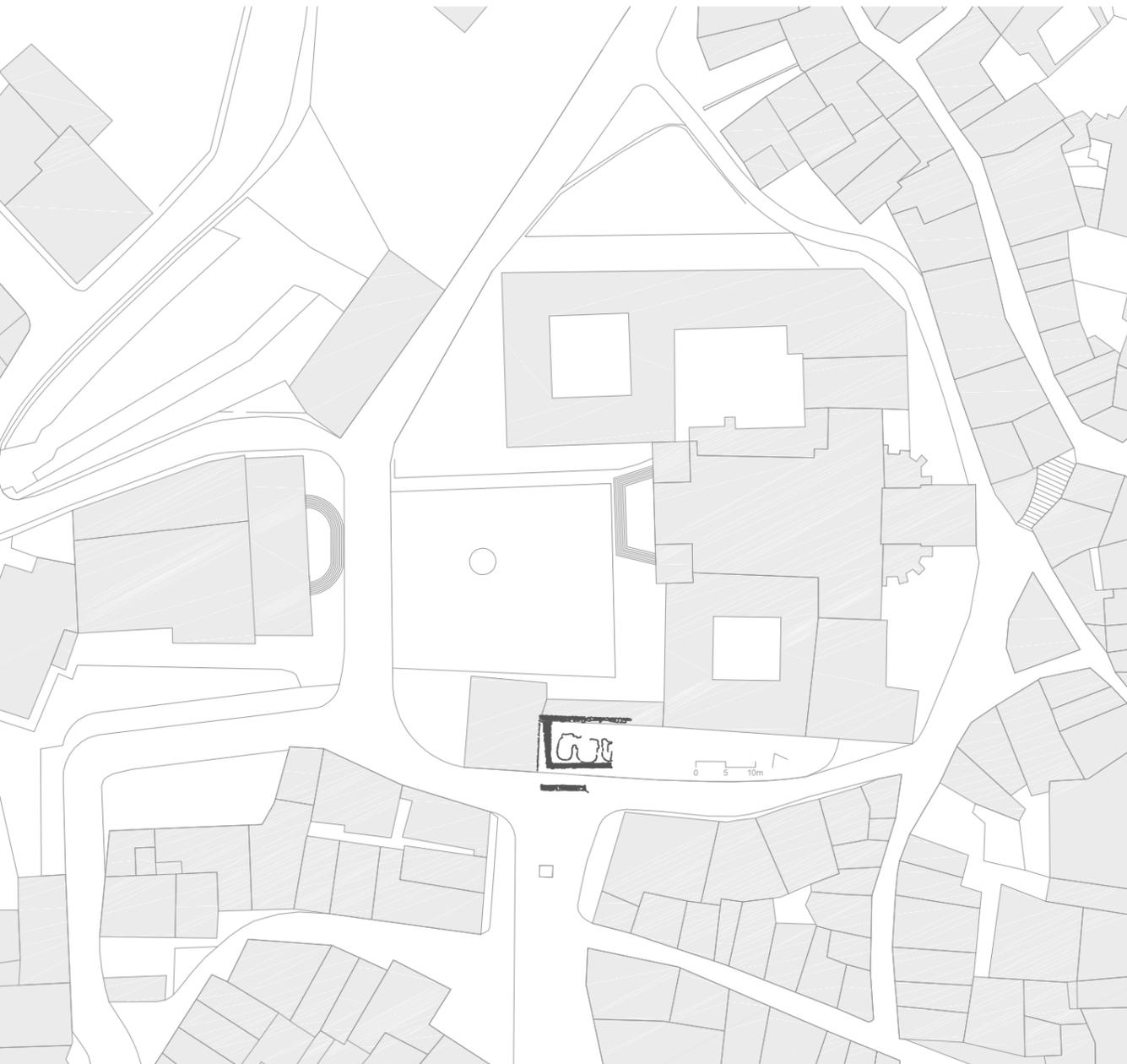


Figura 76 – Planta da Sé de Viseu e Praça D. Duarte. A cabeceira da basílica, com três absidolos visíveis, encontra-se a preto.

113 María de los Ángeles Utrero Agudo, «Análisis arqueológico de la Varanda dos Conégos, Sé de Viseu, Portugal», *Informes y Trabajos Excavaciones en el exterior*, n. 9 (2011): 585–605. p. 587

114 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe». p.193 - 194

115 João Luís Inês Vaz, «Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe». p.192 - 198

No ano de 572, nas memórias do II Consílio de Braga, o bispo da cidade de Viseu é referido.

Não se sabe mais sobre as intervenções dos povos invasores na cidade, no entanto, fontes bibliográficas permitem afirmar que Viseu foi elevada a sede de Diocese, ainda durante o domínio suévico, aparecendo referência ao seu bispo no ano de 572 durante o II Consílio de Braga<sup>113</sup>.

Com as invasões árabes esta basílica paleocristã foi demolida, para sobre ela se construir uma mesquita, por volta do ano 713, durante a primeira ocupação<sup>114</sup>.

Nesta época os limites da cidade devem ter-se mantidos iguais aos do final da ocupação romana arrasando o alto da Sé, onde se encontrava o *forum*, e estreitando as ruas<sup>115</sup>.

## 2. A INFLUÊNCIA DA CIDADE ROMANA NA CIDADE MEDIEVAL



Figura 77 – Planta da cidade atual de Viseu. A muralha medieval está representada a vermelho. ▲ N

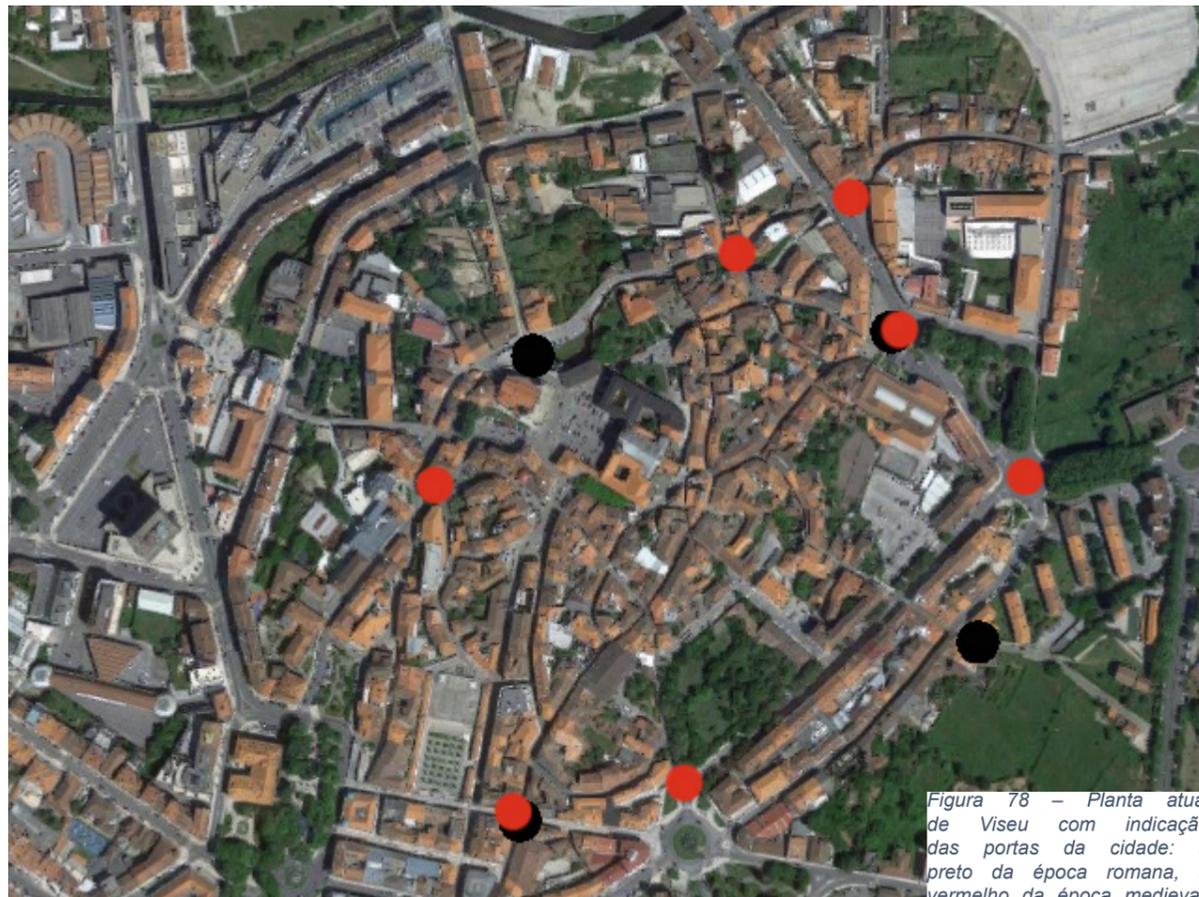


Figura 78 – Planta atual de Viseu com indicação das portas da cidade: a preto da época romana, a vermelho da época medieval. ▲ N

116 Ver Parte 2, capítulo 4, desta dissertação.

117 Foi referido no capítulo 4.5. *Muralhas* que Amorim Girão e Maximiano de Aragão basearam parte dos seus estudos sobre Viseu romana em textos medievais, que se referiam a uns *muros vetros* que estes autores identificaram como sendo partes da muralha romana.

118 Liliana Castilho, «A Cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII Arquitetura e Urbanismo Volume I» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012).

119 Liliana Castilho, «A Cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII Arquitetura e Urbanismo Volume I» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012). p.8

Como foi referido anteriormente, alguns dos sítios mais simbólicos ocupados pelos romanos foram, durante os anos que se seguiram à queda do Império Romano do Ocidente, adaptados às necessidades das novas sociedades<sup>116</sup>.

A cidade tornou-se, cedo, num bispado, de relativa importância, continuando o seu estatuto romano de capital de *civitas*. Também na toponímia é possível perceber a herança romana, sendo *Veseo* o nome que precedeu a *Vissaium*.

A nova muralha, construída nos finais do século XIV, vai retomar parte do percurso da muralha romana no Baixo Império (*figura 78*). Não se sabe até que ponto é que eram conhecidas partes da muralha romana, que aparece referida em alguns textos medievais como *muro velho*<sup>117</sup>. A cidade vai desenvolver-se durante muito tempo dentro de muralhas, sendo que a expansão para fora destes limites só começa, timidamente, no século XVII<sup>118</sup>.

A cidade medieval vai estruturar-se à volta do núcleo central da Sé, “*sede do poder episcopal e cimentada ao longo do atribulado processo de reconquista*”<sup>119</sup>. Percebe-se assim que a cidade medieval manteve a acrópole romana, lugar dos edifícios públicos mais importantes da *urbs*, como o seu centro político.

Vão ser criadas sete portas, na muralha da cidade: Porta do Soar, Porta da Senhora das Angústias, Porta dos Cavaleiros, Porta de S. Sebastião, Porta de S. Miguel, Porta do Senhor Crucificado e Porta de São José. Destas sete, apenas duas coincidem com antigas portas romanas: a porta do Largo Mouzinho de Albuquerque e a porta na intersecção da rua Direita com a rua Formosa. Estas duas portas correspondem aos extremos da rua Direita, permitindo assim comprovar a importância desta via desde o início do urbanismo da cidade (*figura 79*).

Ao contrário do que se imagina ter acontecido com a sua antecessora romana, a cidade medieval de Viseu vai ter uma evolução orgânica no que ao seu traçado viário e habitacional diz respeito. A cidade expande-se de acordo com as necessidades e plano ordenador, criando o típico centro medieval de ruas estreitas e casas próximas, com bairros de cronologia atual mais ortogonais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência contínua das cidades no mesmo território, desde o momento da sua fundação até aos dias atuais, hoje comumente denominados de palimpsesto, cria várias camadas de história, diferentes ocupações do território que vão passando de geração em geração, emuitas vezes ignoradas ou desconhecida pelos seus habitantes atuais.

A cidade de Viseu insere-se nesta categoria de cidades, tendo sido fundada há mais de 2000 anos atrás. Tem por isso uma história rica que as parcas escavações na cidade não têm conseguido trazer ao de cima na totalidade. A crescer a este fator tem-se a desorganização ou inexistência de muita da informação recolhida. Este fato está patente de forma clara na extensão bibliográfica deste trabalho.

Esta desorganização foi, no início do nosso estudo, um fator preocupante que levou a um começo apreensivo, pontuado por momentos de surpresa pela quantidade e tipo de informação disponíveis.

Esta dissertação propôs-se a estudar a cidade romana de Viseu, através do seu desenho: um método até então praticamente inexistente nos estudos sobre a matéria; e das informações recolhidas por outros investigadores ao longo dos anos. Recolhendo e analisando toda a informação obtida, que foi depois tratada, dando primazia ao desenho, especialmente o desenho arquitetónico, como meio a partir do qual se obtêm respostas.

A natureza do estudo a que nos propusemos teve, então, de ser adaptada para melhor compreender e explorar o tema. Não era só pertinente perceber o lugar e onde se implantava, foi preciso perceber o que existia atualmente e qual a sua história. O uso de plantas atuais, feitas com recurso a medidas rigorosas e programas de desenho, foi intercalado com o uso da ferramenta de mapas da Google, que permitiu uma leitura mais tridimensional do sítio, auxiliando em muitas das opções tomadas. Depois deste estudo da cidade atual sobrepomos as camadas romanas e os estudos teóricos sobre as mesmas. É importante salientar que a informação sobre a cidade romana de Viseu se encontra dispersa, sem um elo de ligação ou fio condutor. O nosso estudo foi, tanto quanto nos foi possível determinar, o primeiro a aglutinar todas as informações disponíveis e as suas vertentes. Usando a metodologia de desenho, testamos e colocamos hipótese, aprofundando o estudo e abrindo novas portas para a interpretação da cidade.

A primeira parte do trabalho focou-se em perceber o contexto de Viseu, e da área em que se insere, aquando da chegada romana à Península Ibérica. É importante perceber a ocupação da área onde hoje se implanta a cidade: já era ocupada antes dos romanos ou se foram eles que a fundaram? Perceber que a sua criação não foi romana permite-nos supor que a implantação romana não tenha sido imediata e que herdou certamente características dos espaços que a precederam.

Com estes dados como base, passamos para a segunda parte, onde recolhemos as informações bibliográficas e desenhadas (resultantes de escavações arqueológicas) sobre a cidade durante a ocupação romana.

Recolhida toda a informação que nos foi possível, tratamos e georreferenciamos a mesma, para que fosse possível inseri-la na malha urbana da cidade.

Para a criação de uma planta de vestígios na cidade, georreferenciados, redesenhamos a planta atual da cidade para permitir uma leitura mais fácil entre o edificado atual e os vestígios romanos.

Usamos também uma planta de 1950, do Instituto Cartográfico do Exército, que devido à natureza da sua função, e conseqüentemente da sua escala, não é a mais fiável para a análise dentro da cidade, mas que permite, no entanto, uma melhor compreensão da malha urbana.

Na segunda parte do trabalho, após a recolha de informações tentou-se estabelecer os limites da cidade que estávamos a estudar. A condição única de Viseu, criada a partir da incógnita da Cava de Viriato, levanta há muito tempo polémica sobre a sua origem e a extensão e localização da cidade romana de Viseu.

Definidos estes limites, e aperfeiçoados através do desenho e compreensão do terreno, passamos para a análise da organização através dos princípios vitruvianos, sempre com o desenho como instrumento de trabalho. A junção dos vestígios existentes, do que se sabe sobre como os romanos organizavam as suas cidades e de estudos anteriores foi sintetizado em plantas, tornando a informação em algo tangível e adaptada à realidade onde se insere.

Nesta parte do trabalho a comparação de plantas de outras cidades da Lusitânia foi uma mais valia e permitiu compreender melhor como é que os romanos desenhavam as cidades nesta área geográfica<sup>122</sup>. Os edifícios de caráter público foram um dos temas em análise, devido à sua importância e documentação existente sobre os modelos dos mesmos, que permitiram complementar as ideias de malha urbana.

A cidade romana de Viseu fazia parte de um complexo sistema de relações que ligava todo o Império Romano pareceu-nos, por isso, pertinente concluir o estudo da mesma com uma análise das vias que tinham início na cidade, fazendo ligação ao resto do mundo romano. A importância que os romanos atribuem ao desenho rigoroso aparece mais uma vez evidenciado nesta parte, com a ponte romana de Alcafache a aparecer alinhada com a centúriação que propomos para o território.

Durante este processo verificamos várias vezes que tinham existido escavações na cidade que nunca chegaram a ser documentadas, em que a documentação se tinha perdido ou era insuficiente para permitir um estudo da mesma. Este foi um dos grandes obstáculos desta dissertação que gostaríamos de ver solucionados no futuro.

Como forma de desfecho gostaríamos de reforçar a importância da compreensão da história como instrumento de interpretação do presente. Muitas vezes abandonada, ou relegada para segundo plano, permite-nos perceber como é que as gerações anteriores ocuparam os espaços existentes e os moldaram em formas que, em muitos casos, se mantêm na atualidade.

O desenho foi usado ao longo desta dissertação como elemento unificador e de teste para as diferentes teorias e informações sobre a cidade. O desenho uma ponte sobre diferentes níveis de informação, de distintas complexidades, criando, no final, uma planta da cidade que, esperemos, ajude os próximos a debruçar-se sobre o estudo da cidade de Viseu.

Como última nota gostaríamos de deixar escrito o nosso desejo de uma melhoria do investimento no património arqueológico da cidade, criando uma linha contínua de ação que devolva as descobertas arqueológicas à memória da cidade e dos seus ocupantes. Ficou visível durante o desenvolvimento desta dissertação que existe um fio condutor que liga todos os achados que se têm feito. Seria uma mais valia para a cidade aceitar essa herança e enaltece-la, criando novos meios de trazer a discussão sobre esse assunto para a população, que desconhece a herança que a sua cidade tem.

<sup>122</sup> Este material está disponível para consulta nos anexos.

BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA GERAL:

- ADAM, Jean-Pierre. *La Construcción Romana. Materiales y Técnicas*. 2ª edição. León: Editorial de los Oficios, 2002
- ALARCÃO, Jorge de. *Portugal Romano*, 33ª edição, Lisboa: Editorial Verbo, 1973
- ALARCÃO, Jorge de. *O Domínio Romano em Portugal*, 4ª edição, Publicações Europa-América, 2002
- ALARCÃO, Jorge de. *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*, 1ª edição. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 2004
- ALARCÃO, Jorge de. *Introdução ao estudo da História e Património Locais*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1987
- ALARCÃO, Jorge de. *Introdução ao Estudo da Casa Romana*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1985
- ALARCÃO, Jorge de. *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- ALARCÃO, Jorge de; ANDRÉ, Pierre; BARRELAS, Paulo; CARVALHO, Pedro C.; SANTOS, Fernando Pereira dos; SILVA, Ricardo Costeira da. *O forum de Aeminium. A busca do desenho original*. IMC – Instituto dos Museus e da Conservação, Museu Machado de Castro, Edifer (ed.), 2009
- ALARCÃO e Silva, Pedro Duarte Santos de. *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2009
- ALBERTI, Leon Battista; *Da arte edificatória*. Trad. Latin Arnaldo Espírito Santo, Introd. Mário Kruger. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011
- ÁLVAREZ, José Maria Martínez; NOGALES, Trinidad Bassarate. *FORVM COLONIAE AVGVSTAE EMERITAE “Templo de Diana”*. Mérida, 2003
- ALVES, Margarida Oliveira. *Aquae Flaviae: a ruína como imagem da cidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015
- BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1995
- BENEVOLO, Leonardo; *Diseño de ciudad – 2. El Arte y la ciudad antigua*. México: Ediciones Gustavo Gili, 1979
- CENTENO, Rui Manuel Sobral; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; PIMENTEL, Maria Cristina Castro-Maia de Sousa; SANTO, Arnaldo M. do Espírito. *Civilizações Clássicas II Roma*, Lisboa: Universidade Aberta, 2014
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*, trad. Teresa Castro. Edições 70, 2015
- CHOAY, Françoise; *A Regra e o Modelo*, Paris: Éditions du Seuil, 1980
- GOLVIN, Jean-Claude; *L’Antiquité Retrouvée*. Paris: Editions Errance, 2005.
- GRANDE, Nuno. *O verdadeiro mapa do universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2002
- GRASSI, Giorgio; *Alberti e a arquitectura romana* (Trad. Port. José Miguel Rodrigues).

Porto: Afrontamento e Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2015.

GROS, Pierre ; *L’Architecture Romaine du début du IIIe siècle av. J.C. à la fin du Haute-Empire - Les Monuments Publics*, vol. I, Gérard Nicolini (coord.), Col. "Les Manuels d’Art et d’Archéologie Antiques". Paris: Picard Éditeur, 1996.

JONES, Mark Wilson. *Principles of Roman Architecture*. Yale University Press, 2003

MARTINS, Manuela. *Bracara Augusta Cidade Romana*. Braga: Universidade do Minho, 2000

MOREIRA, José Beleza. *Cidade romana de Eburacrum, Óbidos*. 2002

REIS, Maria Pilar Miguel dos. *DE LVSITANIAE URBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014

RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*, Trad. João Tiago Proença. Edições 70, 2013

ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro. *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Edições Afrontamento, 2015

VITRUVIO, *Tratado de Arquitectura*, M. Justino Maciel (trad.), Lisboa: IST Press, 2009

## Artigos, Revistas e Posters:

AAV; JORGE, Susana de Oliveira; RIBEIRO, João Pedro da Cunha. "Portugal das Origens à Romanização" in *Nova História de Portugal*, 2ª edição, Editorial Presença, 1990

ALARCÃO, Jorge de. "O Domínio Romano" in *Nova História de Portugal*, 1ª edição, Editorial Presença, 1990, p. 345 – 489

ALARCÃO, Jorge de. "Arquitectura Romana" in *Do Paleolítico à Arte Visigótica, História da Arte em Portugal*, Vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 75 – 103

ALARCÃO, Jorge de. "A Arquitectura dos Mercados Romanos" in *MINIA*, Vol. 2 Nº 7, 1983, p. 5 – 48

ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; SILVA, Ricardo C. da. "The Forums of Conimbriga and Aeminium: comparoson of the state of the art" in *ZEPHYRVS Revista de prehistoria y arqueologia*. Vol. LXXX, 2017, p. 131 – 146

ARRUDA, Ana Margarida. "O mundo luso-romano: A estrutura político-administrativa" in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 205 – 213

ARRUDA, Ana Margarida. "A Romanização: os primeiros contactos" in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 161 – 174

CAETANO, José Carlos; FRADE, Helena. "O mundo luso-romano: ritos funerários romanos" in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 331 - 340

CARVALHO, António. "O mundo luso-romano: Os materiais e técnicas de construção romanas" in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 316 - 321

CORREIA, Virgílio Hipólito. “O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano” in *Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Trinidad Nogales Bassarrate (ed.), 2010, p. 89 – 105

DIAS, Lino Tavares. “Quantas paisagens culturais podemos ver da nossa janela?” in *Paisagem Antiga, sua Construção e (Re)Uso, Reptos e Perspectivas*. CITCEM - CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, p. 57 – 71

FABIÃO, Carlos. “Os contextos da conquista romana” in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 180 – 186

FABIÃO, Carlos. “O Passado Proto-Histórico e Romano” in *História de Portugal*, Vol. 1. José Mattoso (ed.). Lisboa: Círculo dos Leitores, 1992

FABIÃO, Carlos. “O mundo luso-romano: as cidades romanas” in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 257 – 263

FABIÃO, Carlos. “Lomba do Canho (Arganil)” in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 190 – 192

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; NUNES, João de Castro. “O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil): Ponto da Situação” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1989, p. 403 - 419

FERNANDES, Paulo Almeida. “Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da mesquita-catedral de Idanha-a-Velha” in *ARTIS - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Vol. 5, 2006, p. 49 – 72

FRADE, Helena. “O mundo luso-romano: as termas do Portugal Romano” in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 350 – 355

FRADE, Helena; PORTAS, Clara. “Descoberta de um Anfiteatro romano em Bobadela, Oliveira do Hospital” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1989, p. 379 - 386

GIRÃO, Aristides de Amorim; OLEIRO, João Manuel Bairrão. “Geografia e Campos Fortificados Romanos” in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Vol. 6 e 7. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1953, p. 73 - 80

LEMOS, Francisco Sande. “Arqueologia da Arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico” in *Património/Estudos* N° 3, 2002, p. 19 – 29

LEMOS, Francisco Sande. “A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano” in *Património/Estudos* N° 6, 2004, p. 33 – 40

MACIEL, M. Justino. “A Época Clássica e a Antiguidade Tardia” in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 1, Paulo Pereira (ed.). Lisboa: Ed. Temas e Debates, 1995

MANTAS, Vasco Gil. “O mundo luso-romano: a rede viária romana do território português” in *História de Portugal*, João Medina (ed.). Clube Internacional do Livro, 1997, p. 213 – 230

MANTAS, Vasco Gil. “A Cidade Romana: História e Urbanismo” in *Revista Arqueologia*, Vol. 8, 1983, p. 83 – 93

MATTOSO, José. “Antes de Portugal” in *História de Portugal 1. Antes de Portugal*. Editorial Estampa, 1997, p. 175 – 234

PEREIRA, Paulo. “Lugares de Passagem e o resgate do tempo” in *Património/Estudos*, N°

1, 2001, p. 6 -16

PERSICHINI, Sara. “Some considerations on the tripartite forums of the Roman cities in ancient Lusitania” in *Conimbriga Instituto de Arqueologia*, Vol. LI, 2012, p. 35 – 74

PORTAS, Clara. “Termas Romanas da Citânia da Raposeira – Mangualde” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1989, p. 371 – 375

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. “A Arqueologia da Arquitectura” in *Al-Madan*, Vol. II, N° 5, 1996, p. 50 - 56

#### **Audiovisuais e media online:**

Artigo noticioso, *Quando os romanos se instalaram na Península* in *Jornal Expresso*, 11 de abril de 2008, versão eletrónica disponível para consulta em: [http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest\\_cultura/Guerrasquartas/quando-os-romanos-se-instalaram-na-peninsula=f293744](http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_cultura/Guerrasquartas/quando-os-romanos-se-instalaram-na-peninsula=f293744)

Artigo noticioso, *Descubierto el ingrediente secreto que explica la fuerza del hormigón de la antigua Roma* in *Jornal El País*, 03 de julho de 2017, versão eletrónica disponível para consulta em: [https://elpais.com/elpais/2017/07/03/ciencia/1499063196\\_879758.html](https://elpais.com/elpais/2017/07/03/ciencia/1499063196_879758.html)

## BIBLIOGRAFIA PARA VISEU ROMANO:

ADOLFO, Jorge; PEDRO, Ivone; VAZ, João Luís Inês. *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão e Lafões*. Viseu: 1994

ALARCÃO, Jorge de. *A Cidade Romana de Viseu*, Gabinete de História e Arqueologia (ed.). 1ª edição. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1989

ALMEIDA, Jorge Rodrigues de. *A dinâmica urbana de Viseu na segunda metade do século XX. O contributo dos planos urbanísticos dos particulares na formação da cidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000

ALMEIDA, Sara. *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: O caso do Morro da Sé*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005

ARAGÃO, Maximiano de. *Vizeu (Apontamentos Históricos) Tomo I*, Viseu: Typographia Popular de Henrique Francisco de Lemos, 1894

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; FERNANDES, Luís. *Vissaium O Espírito do Lugar*. Viseu: ArqueoHoje Conservação e Restauro do Património Monumental, 2009

CASTILHO, Liliana. *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII. Arquitetura e Urbanismo Vol I e II*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012

COELHO, José. *Património Etnológico da Beira – Feixe de 12 teses apresentadas ao VII Congresso Beirão em Viseu e aprovadas na sessão de 16 de Setembro de 1942*, Viseu, 1942

COELHO, José. *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo da Beira*, Vol. I. Viseu: 1949

COELHO, José. *Cadernos de Notas Arqueológicas, nº1. 03/05/1910 – 20/11/1926*

GIRÃO, Aristides de Amorim. *Viseu. Estudo de uma Aglomeração Urbana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925

MAN, Adriaan De. *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008

NEVES, Henrique das. *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e crítico-histórica*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1893

PEDRO, Ivone; SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*. Viseu: Governo Civil de Viseu, 2000

VAZ, João Luís Inês. *Roteiro Arqueológico do Concelho de Viseu*. Viseu: Eden Gráfico Lda, 1987

VAZ, João Luís Inês. *Epigrafia Romana da Assembleia Distrital de Viseu*. Viseu: Governo Civil de Viseu, 1978

VAZ, João Luís Inês. *A Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade nº2*. CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997

### Artigos, Revistas e Posters:

AGUDO, María de los Ángeles Utrero. “Análisis arqueológico de la Varanda dos Conégos, Sé de Viseu, Portugal”, in *Informes y Trabajos Excavaciones en el exterior*, 9. 2011, p. 585 – 605

ALARCÃO, Jorge de. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol.9 Nº1, 2006, p. 131 – 147

ALARCÃO, Jorge de. “Geografia Política e Religiosa da Civitas de Viseu” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu (ed.), 1989, p. 305 – 314

ALARCÃO, Jorge de. “As Civitates no Norte de Portugal” in *Cadernos de Arqueologia*, serie II, vol. 12 – 13. Braga: 1995-96, p. 25 – 30

ALMEIDA, Sara; CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; COSTA, António; FIGUEIRA, Nádia; PERPÉTUO, João. “Estruturas e Contextos da Idade do Ferro em Viseu” in *Al-Madan* Vol. II Nº 15, 2007, p. 53 – 59

BORGES, Sandra. “Vias Romanas no Concelho de Oliveira de Frades” in *Al-Madan* Vol. II Nº 9, 2000, p. 48 – 54

BYRNE, Gonçalo; CUNHA, Luísa Brito e; SIZA, Álvaro. “Intervenções no Centro Histórico” in *Monumentos* Nº 13, 2000, p. 93 – 101

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; CHENEY, Antonio. “Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio LVCVS AVGVSTI COMO PARADIGMA” in *Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26 – 29.XI.2005)*, 2005, p. 729 – 745

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; CRUZ, Domingos J.; GOMES, Luís Filipa C. “O Grupo de Tumuli da Casinha Derribada (Concelho de Viseu). Resultados Preliminares da Escavação Arqueológica dos Monumentos 3, 4 e 5” in *Conimbriga Instituto de Arqueologia*, Vol. XXXVII. 1998, p. 5 – 76

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; FERNANDES, Luís da Silva; FIGUEIRA, Nádia. “Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu” in *Palaeohispanica*, Vol. 9, 2009, p. 143 - 155

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; VALINHO, Alexandre Tiago Santos. “Arqueologia Urbana em Viseu. Primeiros Resultados” in *Conimbriga Instituto de Arqueologia*, Vol. XL, 2001, p. 37 – 64

CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; VAZ, João Luís Inês. “Viseu – a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana” in *Viseu- Cidade de Afonso Henriques*, AVIS, 2009, p. 31 – 46

CATARINO, Helena. “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra” in *Barroca, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Palmela: 2005, p. 195 – 214

CRAVO, Sónia; FIGUEIRA, Nádia; SANTOS, Carla. *Loteamento do Quintal (Viseu)* [poster]

CRUZ, António João. “Viseu e a Arqueologia. Esboço de levantamento de uma situação” in *A Voz das Beiras*, Viseu: 1984, p. 4 – 8

CRUZ, António João. “Em Torno das Origens de Viseu” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. XLV. Viseu: 1986

ENCARNAÇÃO, José de. “Indigenismo e Romanização na Epigrafia de Viseu” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1989, p. 315

FERNANDES, Luís da Silva. “A estrutura da família indígena das inscrições romanas do distrito de Viseu” in *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor - Amigos da Beira, 1997, p. 91 – 98

FERNANDEZ, Sérgio. “A Acrópole e a Cidade” in *Monumentos*, Nº 13, 2000, p. 53 – 55

FONTE, Leonor Pereira Barata. “Levantamento bibliográfico sobre as Vias Romanas do distrito de Viseu” in *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor - Amigos da Beira, 1997, p. 99 – 110

GIRÃO, Aristides de Amorim. “Cava de Viriato” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. III, Nº 1, p. 69 – 75

MANTAS, Vasco Gil. “Indícios de um Campo Romano na Cava de Viriato?” in *Al-Madan*, Vol. II, Nº 13, 2003, p. 40 – 42

MONTEIRO, Isabel. “A Judiaria de Viseu” in *Monumentos*, Nº 13, 2000, p. 57 – 61

RIBEIRO, Orlando. “Em Torno das Origens de Viseu” in *Revista Portuguesa de História*, Nº 13, 1971, p. 211 – 229

RIBEIRO, Orlando. “Ainda em torno das origens de Viseu” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. XXX, Nº 3, 1971, p. 437 – 443

RUÃO, Carlos. “A Arquitectura da Sé Catedral de Viseu” in *Monumentos*, Nº 13, 2000, p. 13 – 19

SANTOS; André Tomás; MARQUES, João Nuno. “Os tumuli do Rochão (Castro Daire, Viseu)” in *Conimbriga Instituto de Arqueologia*, Vol. XLVI, 2007, p. 27 – 51

SANTOS, Carla. “Largo Mouzinho de Albuquerque, nº 107 (Centro Histórico de Viseu) [relatório de escavação]. IGESPAR, 2009

SANTOS, Carla; CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; CARVALHO, Nádia de Peres. “Relatório final. Trabalhos arqueológicos no edifício sito na rua da Prebenda, nº 70 – 72 (Viseu). Escavação e acompanhamento arqueológico.” [relatório de escavação] Viseu: ArqueoHoje

SANTOS, Carla; CRAVO, Sónia; FIGUEIRA, Nádia. “Uma Insula em Vissaium” in *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. 2013, p. 827 – 833

SILVA, Celso Tavares da. “A Catedral de Viseu. I. O problema das origens.” In *Viseu Ilustrado*, Vol. 1, 1983, p. 29 – 30

SILVA, Rodrigo Banha da. “De volta à “Cava de Viriato”” in *Al-Madan*, Vol. II, nº 17, 2012, p. 163 – 164

VALE, A. de Lucena e. “Em torno das origens de Viseu” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. XXX, Nº 2, 1971, p. 255 – 260

VAZ, João Luís Inês. “Saxa Scripta na Civitas de Viseu: algumas notas” in *Máthesis*, Vol. 4, 1995

VAZ, João Luís Inês. “Organização Espacial Castreja na Civitas de Viseu” in *Máthesis*, Vol. 5, 1996, p. 149 – 162

VAZ, João Luís Inês. “Introdução ao estudo de Viseu na Época Romana” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. XLII, Nº 4, 1983, p. 729 – 746

VAZ, João Luís Inês. “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe” in *Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. LXVIII e L, 2009, p. 147 – 201

VAZ, João Luís Inês. “Espaço e Tempo na Acrópole de Viseu” in *Monumentos*, Nº 13, 2000, p. 45 – 51

VAZ, João Luís Inês. “Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia.” In *Cidade e foro na Lusitânia Romana*, Trinidad Nogales Basarrate (ed.), 2010, p. 315 – 363

VAZ, João Luís Inês. “A previvência da teonímia Indígena na toponímia actual da região de Viseu” in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1989, p. 325 – 329

VAZ, João Luís Inês. “A ocupação do espaço de Viseu na Época Romana” in *Máthesis*, Vol. 15, 2006, p. 143 – 154

VAZ, João Luís Inês. “A Civitas de Viseu n’O Arqueólogo Português” in *O Arqueólogo Português*, Vol. IV, Nº 11/12, p. 73 - 88

VAZ, João Luís Inês. “A Cava de Viriato num documento do século XVII” in *Conimbriga Instituto de Arqueologia*, Vol. XLV, 2006, p. 199 - 209

#### **Audiovisuais e media online:**

Artigo noticioso, *Viseu: Câmara aprova anteprojecto para museu ao ar livre com muralha romana* IN *Jornal Público*, 27 de dezembro de 2004, versão eletrónica disponível para consulta em: <https://www.publico.pt/2004/12/27/local/noticia/viseu-camara-aprova-anteprojecto-para-museu-ao-ar-livre-com-muralha-romana-1211782>

Artigo Informativo. VALE, Daniel. *A Via Antiqua de Braga a Astorga in Wall Street International*, 6 de janeiro de 2017, versão eletrónica disponível para consulta em: <http://wsimag.com/pt/arquitetura-e-design/22724-a-via-antiqua-de-braga-a-astorga>

Artigo noticioso, *Construção romana do século I foi descoberta na muralha de Viseu* in *Jornal Público*, 9 de julho de 2005, versão eletrónica disponível para consulta em: <https://www.publico.pt/local-centro/jornal/construcao-romana-do-seculo-i-foi-descoberta-na-muralha-de-viseu-29435>

#### **Sítios consultados:**

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70458/>

<http://imprompto.blogspot.pt/2006/05/mapas-das-vias-romanas-sul-de-portugal.html>

<http://www.hispanidad.info/provincias.htm>

CRÉDITOS DE IMAGENS

**Figura 1:** Divisão do território da Península Ibérica, a partir de 27 a.C. Foto retirada de <http://civilizacaoromanaabd.blogspot.pt/2010/08/principais-cidades-ibericas-na-epoca.html>

**Figura 2:** Esquema das principais vias, do Império Romano, no ano 17 a.C. Foto retirada de <http://slpswebquest.weebly.com/roads-of-the-roman-empire.html>

**Figura 3:** Fotografia de um troço da via romana em Abraveses, Viseu. Fotografia da autora.

**Figura 4:** Imagem de satélite da Península Ibérica, com a localização de Viseu. Retirado do Google Earth a 12 de janeiro de 2018.

**Figura 5:** Planta da atual cidade de Viseu com a localização dos achados pré-romanos. Planta da autoria de Sara Almeida, retirado de “*A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: O caso do morro da Sé*”

**Figura 6:** Planta do planalto de Viseu e envolvente, com curvas de nível e redes hidrográficas. Os castros romanizados encontram-se assinalados a laranja, os que foram abandonados estão sinalizados a azul. Planta da autoria de João Vaz, retirado de “*A Civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*” Volume II, tratada pela autora.

**Figura 7:** Planta do planalto de Viseu e envolvente, com curvas de nível e rede hidrográfica. Os castros romanizados encontram-se a vermelho, os habitats romanos a laranja, habitats romano-medievais a amarelo, as villa a verde e as necrópoles a castanho. Planta da autoria de João Vaz, retirada de “*A Civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*” Volume II, tratada pela autora.

**Figura 8:** Esquema da organização geográfica dos povos mencionados na ponte de Alcântara. A amarelo os nomes atuais, a vermelho os nomes romanos. Esquema feito pela autora, tendo como base o “mapa 7 – povos da inscrição CIL II 760”, feito por João Vaz, no livro “*Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*” Volume II.

**Figura 9:** Ara Votiva consagrada aos deuses vissaieigenses. “*Vissaium – O Espírito do Lugar*”, p. 24

**Figura 10:** Planta da atual cidade de Viseu, com o Rio Pavia e a Cava de Viriato. Planta atual da cidade tratada pela autora.

**Figura 11:** Planta da atual cidade e topografia de Viseu. A vermelho encontram-se assinalados alguns exemplos de alterações feitas à morfologia do terreno pelo homem. Planta tratada pela autora.

**Figura 12:** Planta da atual cidade de Viseu com as curvas de nível ao tempo dos romanos. Planta tratada pela autora.

**Figura 13:** Viseu no tempo dos Romanos segundo Amorim Girão. Imagem retirada do livro “*Viseu: Estudo de uma Aglomeração Urbana*”, p.34

**Figura 14:** Planta da atual cidade de Viseu com o limite assinalado, de acordo com Jorge de Alarcão. Planta retirada do texto “*Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe*”, p.163, tratada pela autora.

**Figura 15:** Planta da atual cidade de Viseu com delimitação da Cava de Viriato, a vermelho, e o limite da cidade romana durante o alto império, a vermelho esbatido. Planta atual da cidade tratada pela autora.

**Figura 16:** Planta da Cava de Viriato, com indicação das duas ruas interiores que ligam ao centro. Planta atual da cidade tratada pela autora.

**Figura 17:** Planta da Cava de Viriato com indicação do suposto campo militar romano, de cronologia anterior. Planta da autoria de João Vaz, retirada do texto “*A ocupação do espaço de Viseu na época romana*”, p. 152

**Figura 18:** Geometrização das medidas da Cava de Viriato, segundo Rodrigo Banha da Silva. Esquema retirado da revista *Al-Madam* nº17, p.164

**Figura 19:** Planta de escavações do acampamento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil. Planta retirada do relatório de escavação, publicado pelo Museu Regional de Arqueologia de Arganil, feito por João de Castro Nunes, Carlos Fabião e Amílcar Guerra

**Figura 20:** Planta dos vestígios arqueológicos das muralhas romanas de Viseu, localizados na rua Formosa. A muralha do Alto Império encontra-se sinalizada a vermelho. A muralha do Baixo Império está sinalizada a preto. Planta da autora sobre planta atual.

**Figura 21:** Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo Jorge de Alarcão. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 22:** Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo João Vaz. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 23:** Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Alto Império, segundo a empresa ArqueoHoje. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 24:** Interior da muralha romana de Idanha a Velha. É visível o reaproveitamento de partes de um edifício na construção da muralha. Fotografia da autora

**Figura 25:** Planta da muralha da cidade de Vissaium segundo Amorim Girão. Os círculos maiores representam os dois pontos-fronteira da muralha, os círculos mais pequenos são reconstituições do limite através do restante texto, feitos pela autora. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 26:** Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Baixo Império, segundo João Vaz. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 27:** Planta da muralha da cidade de Vissaium durante o Baixo Império, segundo a empresa ArqueoHoje. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 28:** Planta da atual cidade de Viseu com a topografia à época romana. O perímetro da cidade no Alto Império encontra-se assinalado a vermelho. Planta tratada pela autora.

**Figura 29:** Planta da atual cidade de Viseu com a topografia à época romana. O perímetro da cidade no Baixo Império encontra-se assinalado a vermelho. Planta tratado pela autora.

**Figura 30:** Planta dos limites da cidade romana de Viseu, com indicação de alguns dos locais com achados de cronologia romana. Planta da autoria da empresa ArqueoHoje, retirado do livro “*Vissaium – O Espírito do Lugar*” p. 010

**Figura 31:** Planta das muralhas de Viseu. A vermelho a muralha do Baixo Império, segundo a ArqueoHoje. A amarelo a muralha medieval da cidade. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

**Figura 32:** Porta de entrada na cidade romana de Idanha a Velha. Fotografia da autora.

**Figura 33:** Via Appia em Roma. Fotografia retirada do site: <http://www.viaappiaantica.com/storia/archivio-fotografie-storiche/> consultado a 09 de setembro de 2017

**Figura 34:** Planta da cidade de Viseu com marcação das portas romanas (segundo João Vaz) a amarelo e as capelas que se construíram nas suas proximidades a vermelho.

**Figura 35:** Bracara Augusta: representação da cidade romana, perfeitamente ortogonal, sobre a atual cidade de Braga. Imagem retirada do livro “*Bracara Augusta Cidade Romana*”

**Figura 36:** Conímbriga, planta da cidade durante o período flaviano. É possível perceber que o traçado regular foi adaptado para conter a topografia e as pré-existências do local. Imagem da autoria de Pedro Alarcão retirada da tese de doutoramento “*Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conímbriga*”

**Figura 37:** Planta da cidade romana de Mérida. O forum provinciae corta uma das vias principais, tal como a topografia sugere que tenha acontecido em Viseu. Imagem retirada do livro “*FORVM COLONIAE AVGVSTA EMERITAE Templo de Diana*”, p.321

**Figura 38:** Planta da cidade romana de Vissaium, muralhas e ruas, segundo João Vaz. Planta do GOOGLE EARTH tratada pela autora.

**Figura 39:** Planta da cidade romana de Vissaium, muralhas e ruas, segundo Jorge de Alarcão. Planta do GOOGLE EARTH tratada pela autora.

**Figura 40:** Planta dos achados na rua da Prebenda sobrepostos ao edificado atual. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos, desenhados a partir do muro da ínsula romana. A tracejado o centro desta via e passeios. Planta da autora.

**Figura 41:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos. Planta da autora.

**Figura 42:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão. Planta da autora.

**Figura 43:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão. Na interseção foi marcado eixo dos arruamentos perpendiculares. Planta da autora.

**Figura 44:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representadas as vias e passeios romanos correspondentes aos cardos e decumanus e a azul os arruamentos propostos por Jorge de Alarcão. Planta da autora.

**Figura 45:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representados os eixos romanos correspondentes aos cardos e decumanus. Planta da autora.

**Figura 46:** Planta da cidade de Viseu, com os vestígios de época romana assinalados a preto. A vermelho estão representados os eixos romanos correspondentes aos cardos e decumanus a azul a muralha da cidade para o período do alto império. Planta da autora.

**Figura 47:** Planta dos resultados das duas campanhas de escavações na Rua da Prebenda. Planta da ArqueoHoje, tratada pela autora.

**Figura 48:** Planta da atual cidade de Viseu com a localização de todos os achados de cronologia romana, a vermelho, à data de conclusão desta tese. Planta da autora.

**Figura 49:** Planta da cidade romana de Timgad, na Argélia. O forum encontra-se assinalado a vermelho, à face de um dos eixos principais da cidade. Planta retirada de <https://www.pinterest.pt/pin/294493263106124137/>, a 09 de setembro de 2017, e tratada pela autora

**Figura 50:** Museu Grão Vasco, em Coimbra. É possível ver a elevação de terreno criada para sustentar o edifício. Desenho retiro do livro “*O Forum de Aeminium. A busca do desenho original*”.

**Figura 51:** Planta dos achados arqueológicos, do pátio oeste, do Museu Grão Vasco. Imagem da autoria de ArqueoHoje, tratada pela autora. A verde os vestígios romanos do Baixo Império e a laranja os vestígios do Alto Império.

**Figura 52:** Vestígios do paramento romano e cunhal *in situ*, visíveis nas traseiras da Sé. A vermelho a linha de regularização do *forum* romano. A azul vestígios romanos *in situ*. A amarelo pedras reaproveitadas. Fotografia da autora, tratada de acordo com o texto “*Cidade e foro na Lusitânia*” de João Vaz.

**Figura 53:** Planta da acrópole de Viseu. A localização para o *forum* da cidade, segundo João Vaz, encontra-se marcado a vermelho. Planta da cidade de Viseu tratado pela autora.

**Figura 54:** Planta da cidade de Viseu com a representação dos limites da muralha durante o alto império e os eixos dos arruamentos. A vermelho encontra-se assinalado o retângulo correspondente à área do *forum* para a proposta um. Planta da autora.

**Figura 55:** Planta da cidade de Viseu com a representação dos limites da muralha durante o alto império e os eixos dos arruamentos. A vermelho encontra-se assinalado o retângulo correspondente à área do *forum* para a proposta dois. Planta da autora.

**Figura 56:** Planta da cidade de Viseu com a representação dos limites da muralha durante o alto império e os eixos dos arruamentos. A azul encontra-se assinalado o retângulo correspondente à área do *forum* para a proposta três. Planta da autora.

**Figura 57:** O templo do *forum* provincial de Mérida, vulgo Templo de Diana, na atualidade. Fotografia de Pedro de Alarcão, 2008

**Figura 58:** Planta do templo de Diana do *forum* colonial de Mérida. As medidas ilustram o raciocínio por detrás da escolha de 10 pes para o intercolúnio, embora as medidas em metro difiram umas das outras. Planta retirada do livro “*FORVM COLONIAE AVGVSTAE EMERITAE “Templo de Diana”*” p.124

**Figura 59:** Planta da acrópole da Sé, com eixos de via e arruamentos a vermelho. A vermelho escuro está assinalada a proposta de templo. Planta da autora.

**Figura 60:** Planta da acrópole da Sé, com eixos de via e arruamentos a vermelho. A vermelho escuro está assinalada a proposta de templo e basílica. Planta da autora.

**Figura 61:** Planta das termas romanas de São Pedro do Sul, Viseu. Esta estância termal encontrava-se dentro da área da civitas em estudo. Imagem retirada do livro “*Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade nº2*” Volume II

**Figura 62:** Planta da cidade da cidade de Viseu com topografia, limites teóricos das muralhas romanas e vestígios de cronologia romana. A vermelho encontra-se identificada a estrutura designada por termas. A amarelo a acrópole da Sé. Planta da autoria da empresa ArqueoHoje, tratada pela autora.

**Figura 63:** Esquema de passos de procura do traçado do teatro romano de *Tongobriga*, através da leitura de vestígios no terreno. Imagem da autoria de Charles Rocha.

**Figura 64:** Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A seta indica o sentido da pendente do terreno na zona. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade.

**Figura 65:** Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 60 metros, representando a *cavea*, do teatro, se estivesse implantada no “cotovelo”. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade. Planta da autora.

**Figura 66:** Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 50 metros, representando a *cavea*, do teatro, se estivesse implantada no “cotovelo”. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade. Planta da autora.

**Figura 67:** Planta de Viseu em 1950 do Instituto Cartográfico do Exército.

**Figura 68:** Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 60 metros, representando a *cavea*, do teatro, se estivesse implantada no arranque do “cotovelo” que é visível na planta de 1950. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade. Planta da autora.

**Figura 69:** Planta da interseção da rua do Gonçalinho com a rua Direita, formando o “cotovelo”. A vermelho escuro está desenhado um arco, com um diâmetro de 60 metros, representando a *cavea*, do teatro, se estivesse implantada no arranque do “cotovelo” que é visível na planta de 1950. A vermelho estão marcados os arruamentos da cidade. Planta da autora.

**Figura 70:** Planta da cidade atual de Viseu, com os arruamentos romanos desenhados a vermelhos, o forum e o teatro. Proposta um.

**Figura 71:** Planta da cidade atual de Viseu, com os arruamentos romanos desenhados a vermelhos, o forum e o teatro. Proposta dois.

**Figura 72:** Planta do distrito de Viseu, com sobreposição da centúria romana, a partir do centro da cidade. A ponte romana de Alcafache está assinalada a verde.

**Figura 73:** Localização do Largo Mouzinho de Albuquerque na cidade atual. Planta atual da cidade tratada pela autora.

**Figura 74:** Planta esquemática da cidade romana de Viseu e da Cava de Viriato, com as vias que partiam da cidade. Imagem da autoria de Jorge de Alarcão, retirada de “*A Cidade Romana de Viseu*”.

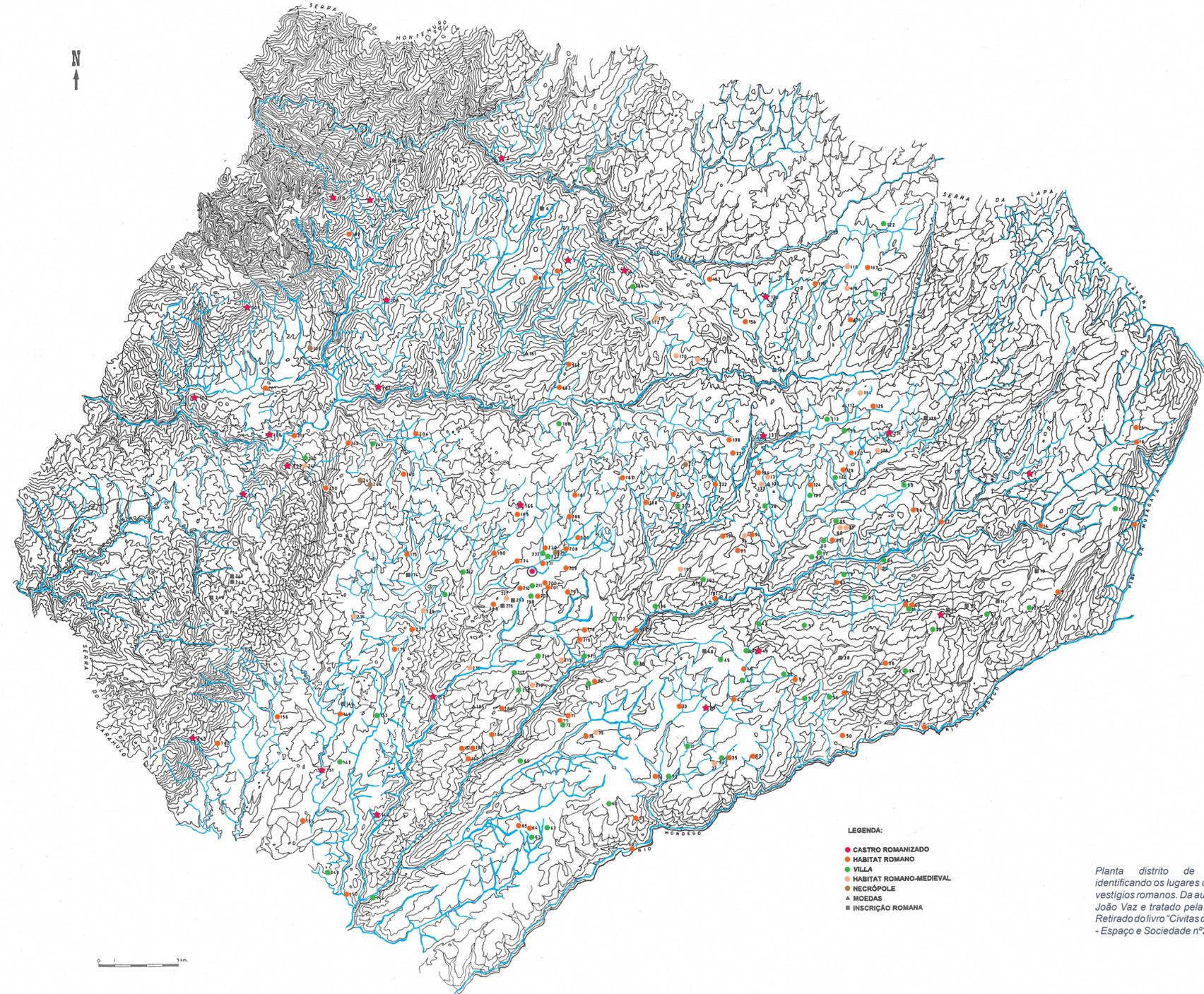
**Figura 75:** Planta da rede viária da civitas de Vissaium, segundo João Vaz. Planta atual do planalto de Viseu e zona envolvente, da autoria de João Vaz e tratada pela autora.

**Figura 76:** Planta da Sé de Viseu e Praça D. Duarte. A cabeceira da basílica, com três absidiolos visíveis, encontra-se a preto. Planta tratada pela autora, com recurso à cartografia da cidade atual e ao relatório de escavações na Praça D. Duarte

**Figura 77:** Planta da cidade atual de Viseu. A muralha medieval está representada a azul. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.

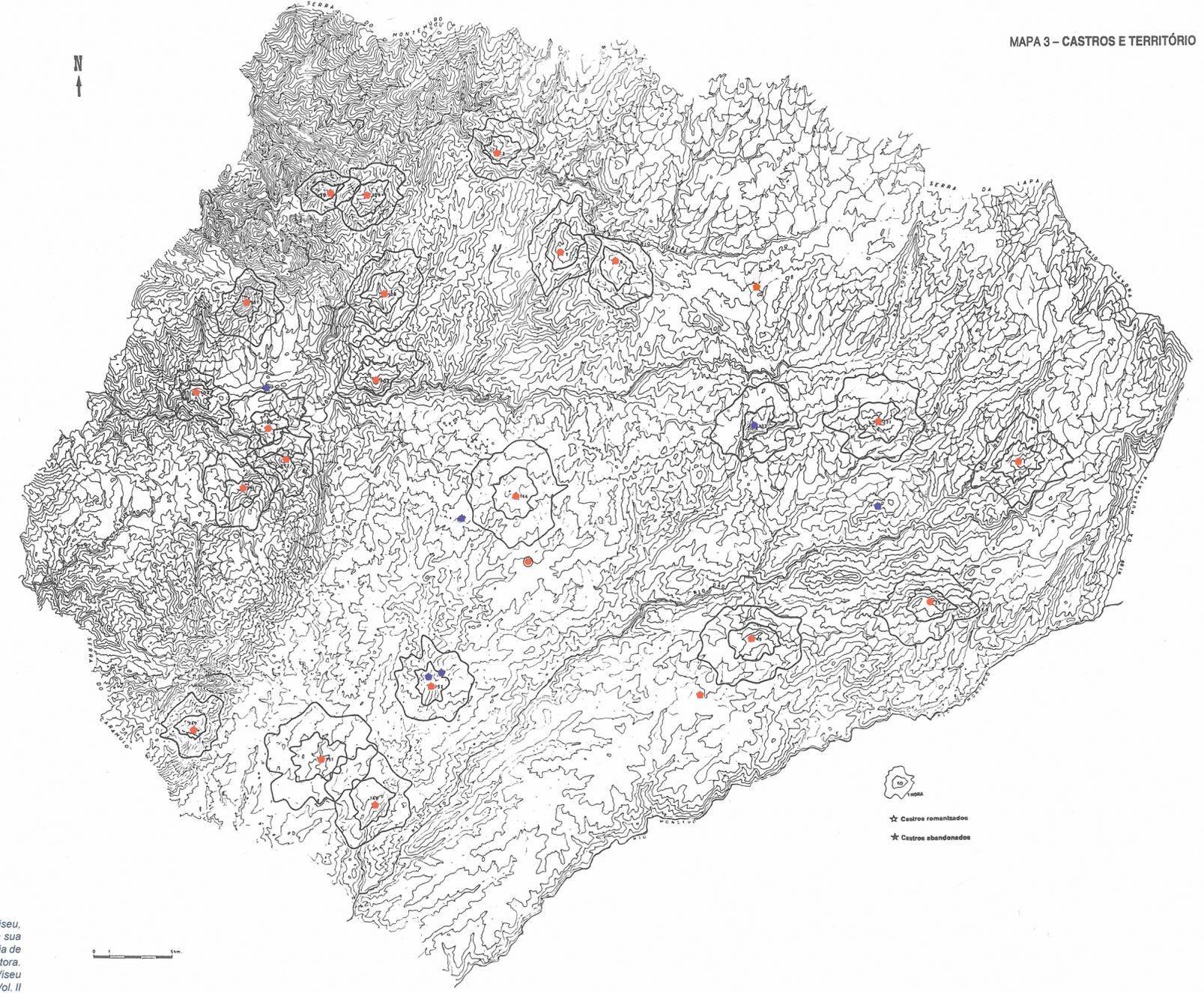
**Figura 78:** Planta atual de Viseu com indicação das portas da cidade: a preto da época romana, a vermelho da época medieval. Planta do GOOGLE EARTH tratado pela autora.





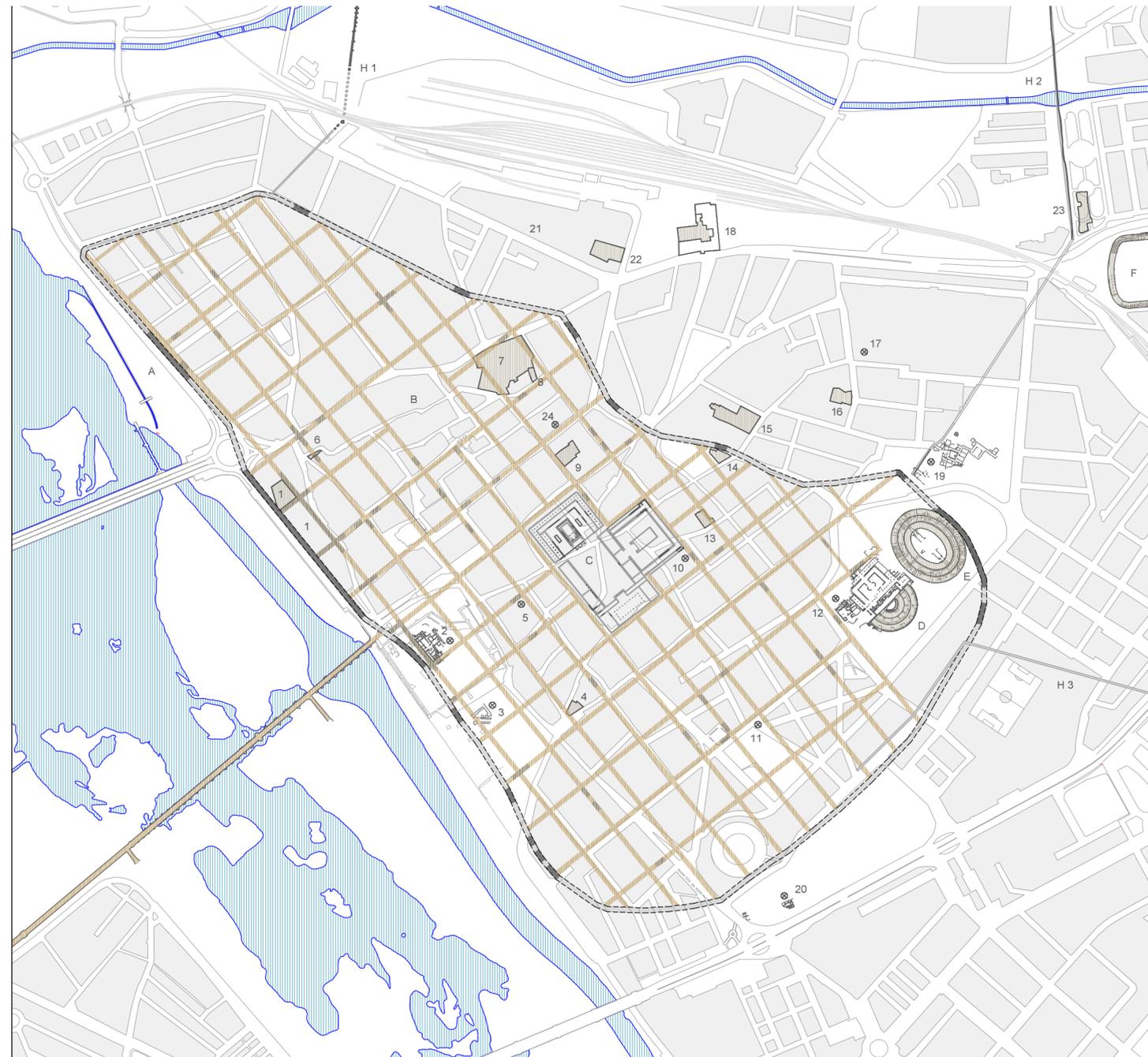
- LEGENDA:
- CASTRO ROMANIZADO
  - HABITAT ROMANO
  - VILLA
  - HABITAT ROMANO-MEDIEVAL
  - NECRÓPOLE
  - ▲ MOEDAS
  - INSCRIÇÃO ROMANA

Planta distrito de Viseu, identificando os lugares onde há vestígios romanos. Da autoria de João Vaz e tratado pela autora. Retirado do livro "Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade n.º2" Vol. II



- ★ Castros romanizados
- ★ Castros abandonados

Planta distrito de Viseu, identificando os castros e a sua área de influência. Da autoria de João Vaz e tratado pela autora. Retirado do livro "Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade n.º2" Vol. II



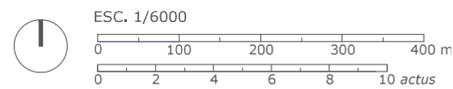
## II EMERITA AUGUSTA (Mérida)

- A - Muralha  
 B - Forum Provincial  
 C - Forum da Colonia  
 D - Teatro  
 E - Anfiteatro  
 F - Circo  
 G - Termas  
 1 - Casa de los Mármolos  
 2 - Casa de la Alcazaba  
 3 - Huerta Otero  
 4 - Aula CAB  
 5 - Calle John Lennon  
 6 - Calle San Salvador  
 7 - Parador  
 8 - Calle Braille n.9  
 9 - Calle San Francisco n.4  
 10 - Calle Baños  
 11 - Calle Pizarro  
 12 - Casa del Teatro  
 13 - Travesía Parejo  
 14 - Calle Sagasta n.41  
 15 - Solar Resti  
 16 - Calle Reyes Huertas  
 17 - Cuartel Hernan Cortes  
 18 - Sta Eulalia  
 19 - Casa Anfiteatro  
 20 - Casa Mitreo  
 21 - Calle Marquesa de Pinares  
 22 - Calle Carderos  
 23 - Termas del Circo  
 24 - Calle Valverde Lillo

*Planta da cidade de Mérida, com sobreposição dos vestígios da cidade romana de Emerita Augusta, e proposta de traçado viário e edifícios romanos. Planta da autoria de Maria Pilar Miguel dos Reis retirada dos anexos da tese de doutoramento "DE LVSITANIAE VRBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia" Vol. II*

- H - Aqueдutos  
 H1 - Los Milagros (Proserpina)  
 H2 - San Lázaro (Rabo de Buey)  
 H3 - Cornalvo (Aqua Augusta)  
 H4 - Abadias

- Estado Actual  
 — Curvas de Nivel  
 - - - Traçado muralha  
 — Rio  
 ■ Vestígios romanos existentes  
 ■ Vestígios romanos reconstruídos  
 ■ Estado Actual  
 ■ Vestígio traçado romano  
 ■ Reconstituição traçado romano  
 - - - Traçado hipotético de equipamentos públicos  
 - - - Cloaca  
 ⊗ Referências arqueológicas/epigrafia



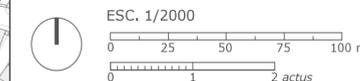
## XXVII LIBERALITAS IULIA EBORA (Évora)

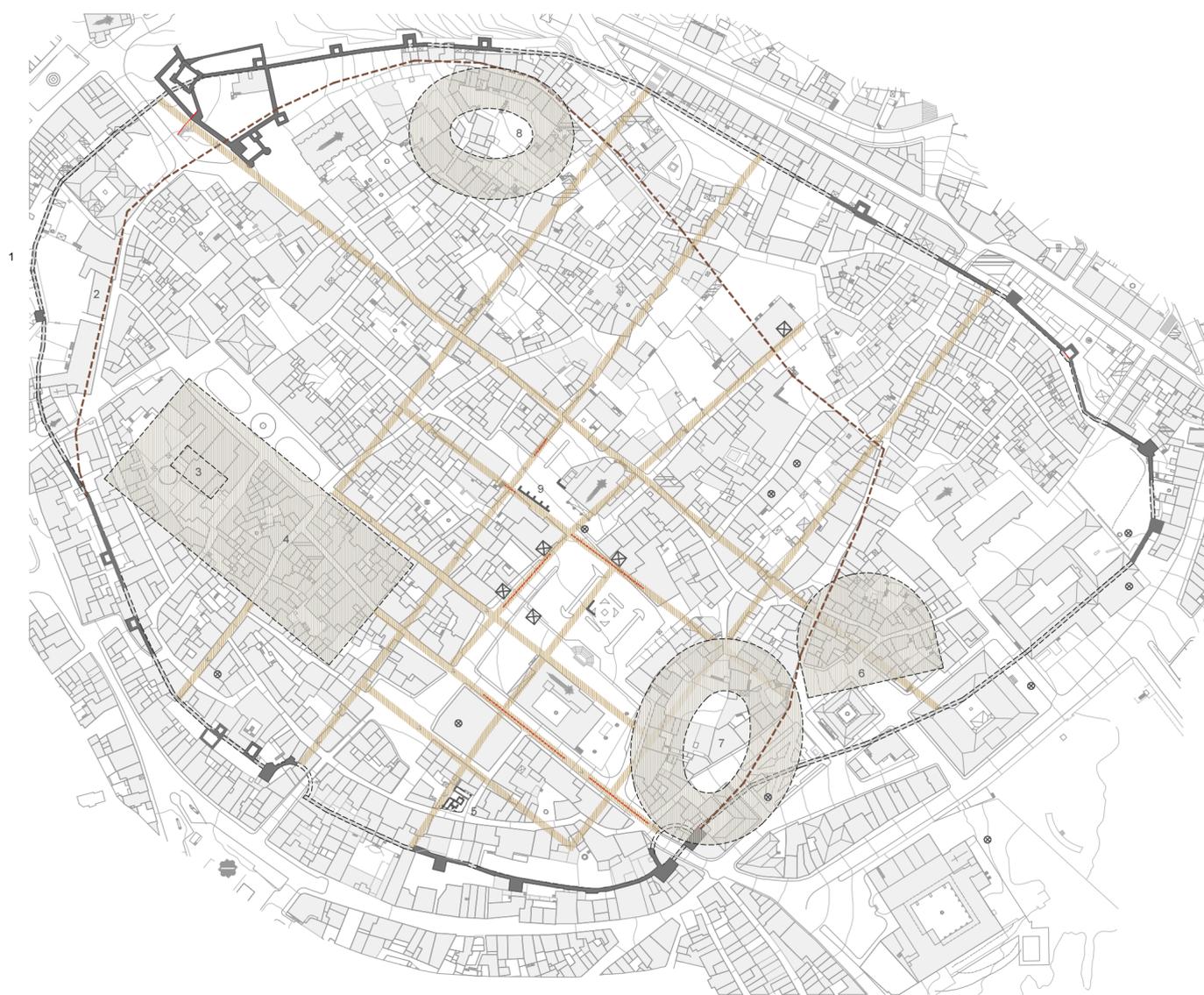
- 1 - Forum  
 2 - Termas da Praça do Sertório  
 3 - Teatro (proposta de implantação)  
 4 - Anfiteatro (proposta de implantação)  
 5 - Muralha tardo romana (Cerca Velha)  
 6 - Aqueдuto (traçado hipotético)  
 7 - Porta de D. Isabel  
 8 - Porta da Selaria  
 9 - Porta da Moura  
 10 - Domus da Rua de Burgos

- CM - Cardio maximus  
 DM - Decumanus maximus

*Planta da cidade de Évora, com sobreposição dos vestígios da cidade romana de Liberalitas Iulia Ebora, e proposta de traçado viário e edifícios romanos. Planta da autoria de Maria Pilar Miguel dos Reis retirada dos anexos da tese de doutoramento "DE LVSITANIAE VRBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia" Vol. II*

- Estado actual  
 — Curvas de nível (1m)  
 — Traçado muralha  
 ■ Vestígios romanos existentes  
 ■ Vestígios romanos reconstruídos  
 ■ Estado actual  
 ■ Vestígio traçado romano  
 ■ Reconstituição traçado romano  
 - - - Traçado hipotético dos equipamentos públicos  
 — Cloaca  
 ⊗ Referências arqueológicas/epigrafia



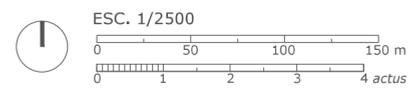


XXX  
PAX IULIA  
(Beja)

- 1 - Traçado muralha (augustana c/ ampliação tardia ?)
- 2 - Traçado muralha (augustana)
- 3 - Templo
- 4 - Forum
- 5 - Termas da Rua Sembrano
- 6 - Teatro (segundo G. Chouquer)
- 7 - Anfiteatro (segundo G. Chouquer)
- 8 - Anfiteatro (segundo Vasco Mantas)
- 9 - Balneário (?) do Largo de St.ª Maria.

Planta da cidade de Beja, com sobreposição dos vestígios da cidade romana de Pax Iulia, e proposta de traçado viário e edifícios romanos. Planta da autoria de Maria Pilar Miguel dos Reis retirada dos anexos da tese de doutoramento "DE LVSTITANIAE VRBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia" Vol. II

- Estado actual
- Curvas de nível (1m)
- - - - Traçado muralha
- Vestígios romanos existentes
- Vestígios romanos reconstituídos
- Estado actual
- Vestígio traçado romano
- Reconstituição traçado romano
- Traçado hipotético dos equipamentos públicos
- Cloaca
- ⊗ Referências arqueológicas/epigrafia
- ⊠ Cisterna
- > Pendente rua

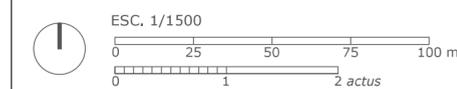


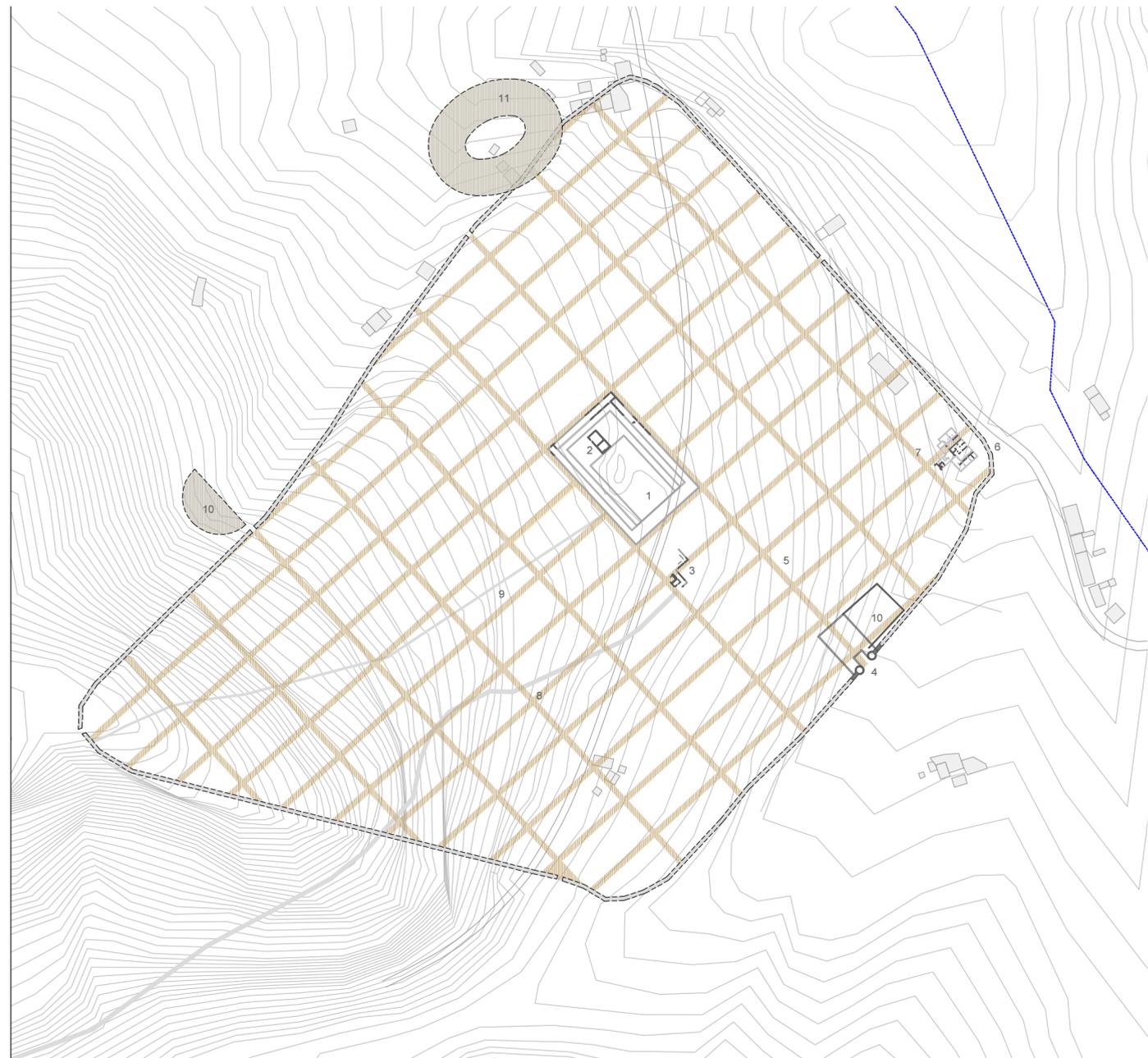
XXXIV  
IGAEDITANIA  
(Idanha-a-Velha)

- 1 - Templo
- 2 - Forum
- 2a - Estruturas domésticas republicanas
- 3 - Estruturas domésticas
- 3a - Domus
- 4 - Cloacas
- 5 - Podium edifício público
- 6 - Termas públicas
- 7 - Aqueduto
- 8 - Construções medievais
- 9 - Sé/ palácio visigótico
- 9a - Baptistério Norte
- 9b - Baptistério Sul
- 10 - Muralha tardo romana/medieval
- 11 - Anfiteatro (hipótese Vasco Mantas)
- 12 - Anfiteatro (2ª hipótese)
- 13 - Traçado viário
- 14 - Ponte
- 15 - Poço

Planta de Idanha a Velha, com sobreposição dos vestígios da cidade romana de Igaeditania, e proposta de traçado viário e edifícios romanos. Planta da autoria de Maria Pilar Miguel dos Reis retirada dos anexos da tese de doutoramento "DE LVSTITANIAE VRBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia" Vol. II

- Estado actual
- Curvas de nível (1m)
- - - - Traçado muralha
- Vestígios romanos existentes
- Vestígios romanos reconstituídos
- Estado actual
- Vestígio traçado romano
- Reconstituição traçado romano
- Traçado hipotético dos equipamentos públicos
- Cloaca
- ⊗ Referências arqueológicas/epigrafia



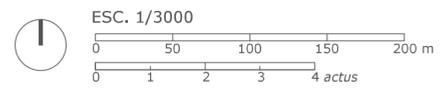


XXXVIII  
AMMAIA  
(São Salvador da Aramenha)

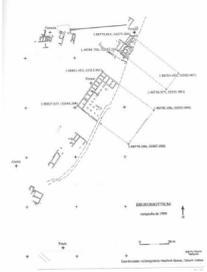
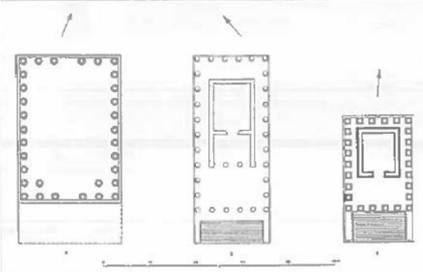
- 1 - Forum
- 2 - Templo
- 3 - Termas do Forum
- 4 - Porta Sul
- 5 - Decumanus Maximus (via porticada)
- 6 - Domus
- 7 - Banheário a Oeste da domus
- 8 - Aqueduto (traçado hipotético)
- 9 - Aqueduto (traçado hipotético)
- 10 - Teatro (localização hipotética)
- 11 - Anfiteatro (reconstituição hipotética)
- 12 - Edifício público (Macellum?)

Planta de São Salvador da Aramenha, com sobreposição dos vestígios da cidade romana de Ammaia, e proposta de traçado viário e edifícios romanos. Planta da autoria de Maria Pilar Miguel dos Reis retirada dos anexos da tese de doutoramento "DE LVSITANIAE VRBIVM BALNEIS Estudo sobre as termas e banheários das cidades da Lusitânia" Vol. II

- Estado actual
- Curvas de nível (1m)
- - - - Traçado muralha
- Rio
- Vestígios romanos existentes
- Vestígios romanos reconstruídos
- Estado actual
- Vestígio traçado romano
- Reconstituição traçado romano
- Traçado hipotético dos equipamentos públicos
- Cloaca
- ⊗ Referências arqueológicas/epigrafia



| # | Autor/Bibliografia   | Ano  | Localização | Descrição  | Estado                         | Imagem Original |
|---|--|------|-------------|--|--------------------------------|-----------------|
| 1 | ALARCÃO, Jorge de. <i>A Cidade Romana de Viseu</i> , Gabinete de História e Arqueologia (ed.). 1ª edição. Viseu: Câmara Municipal de Viseu   | 1989 | Viseu       | Planta urbanística esquemática da cidade romana de Viseu                     | Consulta livre das publicações |                 |
| 2 | FONTE, Leonor Pereira Barata. "Levantamento bibliográfico sobre as Vias Romanas do distrito de Viseu" in <i>Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu</i> . Viseu: Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor - Amigos da Beira                    | 1997 | Viseu       | Planta de localização dos miliários romanos encontrados no distrito de Viseu | Consulta livre das publicações |                 |
| 3 | CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; FERNANDES, Luís. <i>Vissaium O Espírito do Lugar</i> . Viseu: ArqueoHoje Conservação e Restauro do Património Monumental   | 2009 | Viseu       | Fotografia das escavações no pátio do Museu Grão Vasco                       | Consulta livre das publicações |                 |
| 4 | SANTOS, Carla; CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de; CARVALHO, Nádia de Peres. "Relatório final. Trabalhos arqueológicos no edifício sito na rua da Prebenda, nº 70 – 72 (Viseu). Escavação e acompanhamento arqueológico." [relatório de escavação] Viseu: ArqueoHoje | 2009 | Viseu       | Fotografia das escavações na Rua da Prebenda                                 | Consulta livre das publicações |                 |

| # | Autor/Bibliografia  | Ano  | Localização | Descrição   | Estado                         | Imagem Original   |
|---|---|------|-------------|---|--------------------------------|---|
| 5 | MOREIRA, José Beleza. <i>Cidade romana de Eborobritium, Óbidos.</i>   | 2002 |             | Planta das escavações de <i>Eborobritium</i> , com proposta de reconstituição | Consulta livre das publicações |    |
| 6 | ALARCÃO e Silva, Pedro Duarte Santos de. <i>Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga.</i> Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | 2009 | Porto       | Planta dos templos romanos de Mérida, Barcelona e Évora                       | Consulta livre das publicações |    |
| 7 | Instituto Geográfico do Exército  | 1950 |             | Plantas N° 178 e 189  | Consulta livre das publicações |   |
| 8 | Viação Romana das Beiras, <i>Beira Alta - Revista Semestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta</i>                                   |      |             | Planta das vias romanas da Beira Alta   | Consulta livre das publicações |  |